

ROGÉRIO ALVES DE FREITAS

**COMPLEXO MÍTICO DA NOVA IDENTIDADE
PORTUGUESA DE MATRIZ REPUBLICANA:
REFUNDAÇÃO DE PORTUGAL/RECONVERSÃO
MÍTICA**

Orientador: Prof. Doutor Nuno Estêvão Ferreira

Co orientador: Prof. Doutor José Eduardo Franco

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2013

ROGÉRIO ALVES DE FREITAS

**COMPLEXO MÍTICO DA NOVA IDENTIDADE
PORTUGUESA DE MATRIZ REPUBLICANA:
REFUNDAÇÃO DE PORTUGAL/RECONVERSÃO
MÍTICA**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências das Religiões no curso de Mestrado em Ciências das Religiões conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Prof. Doutor Nuno Estêvão Ferreira

Co orientador: Prof. Doutor José Eduardo Franco

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2013

A secularização arrasta consigo uma certa reinvenção religiosa.

Marcel Gauchet

A religião civil atua como religião política quando se assiste à socialização de uma ideologia e de um movimento político.

Gentile

DEDICATÓRIA

Curvo-me perante quem me gerou, sou grato a quem me formou e presto homenagem a quem me apoiou.

Minha mulher Helena e meus filhos Marcelo e Denise foram um apoio incondicional. A eles dedico especialmente este trabalho.

Quero também, com este trabalho, prestar uma homenagem sentida ao grande património humano e material responsável pelos principais momentos da realização de minha vida, a cidade do Porto.

AGRADECIMENTOS

Ter amigos como Alice Matos, Fátima Lourenço, Leonor Nunes e Isabel Clemente ajuda muito quando queremos avançar num projeto destes. Agradeço-vos do fundo do meu coração.

A todos os professores, pela forma como me ensinaram ao longo deste percurso, um muito obrigado.

Um agradecimento especial ao Dr. Paulo Mendes Pinto por ter estado sempre presente e motivador nesta fase de minha vida como Diretor e, sobretudo, como amigo.

Finalmente, agradeço aos doutores Nuno Estêvão Ferreira e José Eduardo Franco, meus orientadores e um exemplo como investigadores, que me marcaram pela mestria e entusiasmo com que ensinam

RESUMO

O mito da República e do novo cidadão republicano em Portugal foi um projeto que assentou na ideia de identidade, tendo para tal urdido uma reconstituição da história e da tradição portuguesa. Tal desiderato surgiu muito na linha do que fora a República em França mas, sobretudo, de um modo subjacente, na linha dos mitos primordiais, ritualizados na forma utópica de uma República ideal.

A nova identidade portuguesa, de matriz republicana, foi engenhosamente elaborada por um conjunto de intelectuais e políticos irmanados e convencidos da cientificidade do projeto que resultaria na transformação de uma sociedade portuguesa decadente.

A identidade impôs-se na memória, nos afetos, na educação, nos tempos, nos espaços, nos ritos... a identidade confundiu-se, no fundo, com o regime que, já antes de o ser, se assumiu como herdeiro do passado glorioso e mitificado e, ao mesmo tempo, representante direto do presente e do futuro promissor de Portugal. O ideal republicano gerou no seio da sociedade uma identidade que se consubstanciou nas ritualidades cívicas.

Palavras- Chave

Mito, identidade, memória, ritualidade, República

ABSTRACT

The republican myth and the new republican citizen in Portugal was a project based on the idea of identity, which led to a reconstitution of the history and of the Portuguese tradition. This aspiration emerged in line with what was the Republic of France, but especially and in an adjacent way, in the line of the primordial myths and ritualized in the utopian way of an ideal Republic.

The new Portuguese identity, within the republican model, was skilfully drafted by a united group of intellectuals and politicians. This group was truly convinced about the scientific approach of the project that would change the Portuguese decadent society.

The identity was established in the memory, in the affections, in the education, in the times, in the spaces and in the rites... The identity merged with the regime that acted as heir of the glorious and mystified past, and at the same time, as a direct representative of the present and the promising future of Portugal. The republican ideal developed within the society an identity that embodied itself in the civic rituality.

Key words

Myth, identity, memory, rituality, Republic

ÍNDICE

EPÍGRAFE.....	2
DEDICATÓRIA	3
AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	5
ABSTRACT.....	6
ÍNDICE	7
ÍNDICE DE FIGURAS.....	10
ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS	11
INTRODUÇÃO	12
I - DO MITO DOS PRIMÓRDIOS AO MITO REPUBLICANO EM PORTUGAL	17
1- Definição de mito.....	17
2- Arquétipos arcaicos e sua função.....	18
3- A relação entre mito e história.....	20
3.1 Considerações conceptuais.....	20
3.2 A evolução do mito na história.....	21
3.3 Quando o mito se torna mais forte que a história.....	22
3.4 A identidade portuguesa de fundamentação mítica.....	24
II RECONSTRUÇÃO MITIFICANTE DE UMA NOVA MEMÓRIA HISTÓRICA.....	29
1- Termos e conceitos: A Primeira República e a construção de uma nova identidade.....	29
1.1 Ideias centrais do Republicanismo português.....	29
1.2 A laicidade republicana.....	30
1.3 Via filosófica ou religiosa?	31
2- Teorizadores de uma nova história de Portugal.....	33
2.1 O papel das elites intelectuais na refundação de Portugal.....	33
2.2 A via cultural e científica como solução.....	34
3- Precusores e idealizadores de uma evolução histórica, modeladora de uma nova identidade nacional.....	35

3.1	Escritor – Ramalho Ortigão.....	36
3.2	Poeta – Antero de Quental.	37
3.3	Romancista – Eça de Queiroz.	40
3.4	Caricaturista – Rafael Bordalo Pinheiro.....	41
3.5	Dramaturgo – Henrique Lopes de Mendonça	43
3.6	Filósofo/Político – Teófilo Braga.....	45
4-	Os heróis símbolos de um Portugal novo em reconstrução.....	47
4.1	A figura do herói.	47
4.2	Culto aos heróis.....	48
4.3	Os mártires como precursores.	50
III OS CRIADORES E MEDIADORES DE UMA IDENTIDADE MITIFICADA.		52
1-	Os políticos republicanos – figuras centrais do processo de recriação da nacionalidade.....	53
1.1	Fenómeno social e cultural.....	53
1.2	Criando antes de criar: Nova identidade moldada à luz do criador político.....	54
1.3	Contributos políticos criadores da nacionalidade de cariz republicano.	56
1.3.1	Bernardino Machado.....	56
1.3.2	Teófilo Braga	57
1.3.3	Sebastião de Magalhães Lima.....	58
1.3.4	António José de Almeida	60
1.3.5	Afonso Costa.....	61
2-	A educação e o professor: “sacerdotes” aliados da República mitificada.....	65
2.1	A escola formadora do cidadão.	65
2.2	Educação Republicana e sistema de valores.	67
2.3	A valorização da função social do professor.....	69
IV UMA IDENTIDADE FORJADA NA NOVA SACRALIDADE.....		72
1-	Tempos de Memória.....	73
1.1	Comemorações.....	73
1.2	Novas datas especiais de culto da memória.	77

1.3 A Sacralização do 1º de Maio.	79
1.4 Festas escolares – A festa da árvore.	81
2- Lugares de memória.	82
2.1 Monumentos.	82
2.2 Símbolos Nacionais recriados: Bandeira e Hino Nacional.	84
2.3 O cemitério como local imortalizador de memória.	87
2.4 Instituições e Topónimos republicanizados.	89
3- Manifestações públicas de memória.	91
3.1 Cortejo cívico nas festas dos centenários.	91
3.2 Os cortejos fúnebres.	93
3.3 As romagens cívicas.	98
3.4 Os cortejos escolares.	99
CONCLUSÃO	102
BIBLIOGRAFIA.	105
ANEXOS.	I
FIGURAS.	II
FOTOGRAFIAS	XII

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - O ZÉ POVINHO	II
FIGURA 2 - O ZÉ É PORTUGAL	III
FIGURA 3 – AS FOGUEIRAS ELEITORAIS EM VÉSPERA DE SÃO PEDRO.....	IV
FIGURA 4 - A FRANÇA REPUBLICANA	V
FIGURA 5 – MARQUÊS DE POMBAL	VI
FIGURA 6 - O TRICENTENÁRIO DE CAMÕES.....	VII
FIGURA 7 - O PAVILHÃO REAL.....	VIII
FIGURA 8 – FESTA DO CENTENÁRIO DE CAMÕES..	IX
FIGURA 9 - TRICENTENÁRIO NA NOITE LISBOETA.....	X
FIGURA 10 - A MARCHA A <i>PORTUGUESA</i>	XI

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - TRANSLADAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DE ALMEIDA GARRET	XII
FOTOGRAFIA 2 – CORTEJO DA TRANSLADAÇÃO DE ALMEIDA GARRET..	XIII
FOTOGRAFIA 3 – TRASLADAÇÃO PARA O PANTEÃO DOS RESTOS MORTAIS DE ALMEIDA GARRET	XIV
FOTOGRAFIA 4 - DESFILE CÍVICO.	XV
FOTOGRAFIA 5 –FUNERAIS DE MIGUEL BOMBARDA E CÂNDIDO DOS REIS.....	XVI
FOTOGRAFIA 6– CORTEJO FUNEBRE	XVII
FOTOGRAFIA 7 –CORPORAÇÕES NO CORTEJO.	XVIII
FOTOGRAFIA 8 – ACADEMIA DE LISBOA.....	XIX
FOTOGRAFIA 9 –CORTEJO CÍVICO DOS FUNERAIS NO LARGO DE CAMÕES..	XX
FOTOGRAFIA 10 – CORTEJO NA ROTUNDA DA AVENIDA	XXI
FOTOGRAFIA 11–PROJETOS DA NOVA BANDEIRA NACIONAL	XXII
FOTOGRAFIA 12 – A PRIMEIRA FESTA DA BANDEIRA	XXIII
FOTOGRAFIA 13 – A PRIMEIRA FESTA DA BANDEIRA NO DIA 1 DE DEZEMBRO.	XXIV
FOTOGRAFIA 14 – ASPETO DA AV. DA LIBERDADE DURANTE A FESTA DA BANDEIRA.	XXV
FOTOGRAFIA 15–PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA REPÚBLICA...	XXVI
FOTOGRAFIA 16 –CARRO ALEGÓRICO.....	XXVII
FOTOGRAFIA 17–FESTAS DO PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DA REPÚBLICA...	XXVIII
FOTOGRAFIA 18 –1º ANIVERSÁRIO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.....	XXIX
FOTOGRAFIA 19 –CORTEJO CÍVICO DO 1º ANIVERSÁRIO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.	XXX
FOTOGRAFIA 20 –VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA REVOLTA DE 31 DE JANEIRO..	XXXI
FOTOGRAFIA 21 –CORTEJO COMEMORATIVO DO VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO DA REVOLTA DE 31 DE JANEIRO.	XXXII
FOTOGRAFIA 22 – ROMAGEM CÍVICA..	XXXIII
FOTOGRAFIA 23 –ROMAGEM CÍVICA A SEPULTURA DO VICE-ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS.	XXXIV

INTRODUÇÃO

Falar da história é sempre um exercício que se revela fascinante e, ao mesmo tempo, exigente. Um determinado fenómeno histórico, seja ele de que dimensão for, deve ser sempre contextualizado e enquadrado no lugar onde ocorre, bem como na região, país, continente e até mesmo no momento histórico do mundo.

Todas as influências a que esse fenómeno esteve sujeito em sua época precisam de ser acauteladas, consideradas e até mesmo testadas, para que esse mesmo fenómeno possa ser explicado e compreendido.

Dentro deste prisma, a Primeira República surge como uma época da história rica e de grande diversidade cultural, o que representa para o investigador um inegável motivo de atração.

À semelhança desse passado mitificado no período republicano, o país e a sociedade hodierna atravessam, não só em Portugal, mas na Europa e um pouco por todo o mundo, salvo raras exceções, uma crise acentuada de valores e de regime. Como em nosso passado de há cem anos, enfrentamos hoje problemas económicos, políticos, sociais e religiosos que nos fazem repensar modelos e, quem sabe, porventura, novos caminhos identitários.

As últimas duas décadas, os últimos anos mesmo, têm acentuado a ideia de que vivemos uma época em que é notória a falência do sistema vigente instalado em Portugal, na Europa e no mundo.

Volta-se a notar, como nos finais do século XIX, uma crise de identidade, não só em Portugal mas também em toda a Europa. Pensava-se que a Europa, através da união monetária, da abolição das barreiras alfandegárias e da livre circulação de cidadãos, tinha chegado ao ponto culminante de um processo de pacificação e desenvolvimento. Hoje esta utopia parece cada vez mais distante. O fato de se olhar para os problemas europeus de um ponto de vista restrito, ou seja económico, tem condicionado outros planos de projeto Europeu.

Espetros que há muito estavam exorcizados da alma dos europeus regressam em força após o repouso de 60 anos. São os nacionalismos, os etnocentrismos e os racismos. O resultado é uma profunda crise de identidade que levantou a questão de como Portugal e os seus parceiros europeus se vêm a si próprios, às suas sociedades e aos seus vizinhos.

Assiste-se novamente, como no século XIX, a uma instrumentalização da história para se atingir fins políticos. Fator utilizado nessa época pelas elites portuguesas e europeias, muitas vezes fantasiando períodos ditos obscuros, como a Alta Idade Média.

Momentos críticos como os vividos nos finais do século XIX e inícios do século XX, em Portugal particularmente, e momentos igualmente críticos da atualidade obrigam-nos a aprofundadas reflexões sobre as causas subjacentes aos problemas. As causas podem ser as mais diversas, desde políticas, sociais, morais, estruturais, filosóficas e, até mesmo, do foro religioso. No caso histórico da Primeira República, o fator religioso foi considerado pela

propaganda republicana como uma das causas de degradação do país. Por outro lado, procura-se formular um novo modelo fundamentalmente a partir de correntes ideológicas de caráter filosófico e político.

No passado, o que estava em causa, entre outras coisas, era o regime ideológico e político em vigor, a monarquia Constitucional, sendo a mesma apoiada pela religião católica. Na atualidade, o que parece estar em causa, embora ainda não haja uma alternativa, é o sistema económico/financeiro que se tem aproveitado de toda uma estrutura democrática para, a partir daí, condicionar os governos e a própria democracia. Coincidentemente o regime de hoje vê-se a braços com a mesma encruzilhada de inícios do século passado.

Entende-se que o tema deste trabalho é pertinente uma vez que Portugal vive um momento com aspetos semelhantes àqueles que foram vividos há cerca de cem anos.

O próprio governo admite que o Estado deve ser refundado numa área sensível e quiçá fundamental – o Estado social. Uma mudança desta natureza está assente nas bases económicas e financeiras das teses ultra liberais. Será que estamos em presença do nascimento de um novo mito de contornos financeiros? No entanto, face ao exposto, Portugal vê-se de novo confrontado com a necessidade de se reconfigurar.

No período antecedente ao advento da República sentiu-se a necessidade de refundar, no caso concreto, a nacionalidade. Por essa época, debaixo de uma forte confluência de ideias políticas e filosóficas muito próximas de uma certa religiosidade, Portugal vai ser refundado sob os auspícios de uma nova identidade mitificada.

Parece-nos notório que a Primeira República surge como um novo messianismo nos horizontes sombrios de um Portugal desgastado e agastado pelo regime Monárquico Constitucional, sobretudo em sua última fase. Pois, em abono da verdade, a decadência de Portugal remonta ao século XVII¹.

De acordo com essas teses largamente estudadas e difundidas, o ideário republicano vai apoiar-se e até mesmo alargar-se de forma mitificada. Ideário construído e fortemente influenciado pelas correntes filosóficas tendentes no século XIX, das quais destacamos o positivismo². O momento histórico de algumas nações de inspiração republicana não pode ser dissociado desse ideário que, por via disso, se sentia legitimado³. Causas conjugadas com as propostas republicanas difundidas durante cerca de três décadas irão criar no Portugal urbano da época uma esperança sem precedentes que culminará, em apoteose, na instauração da República.

¹ Real, M. (2012). A mudança de paradigma. In *A vocação histórica de Portugal*. pp. 75-82. Lisboa: Esfera do Caos.

² Pintassilgo, J. (1998). A Educação Cívica no pensamento pedagógico. Educação e religião da humanidade em Auguste Comte. In *República e formação de cidadãos*. pp. 27-30. Lisboa: Edições Colibri.

³ Moniz, A. (2011). A República Portuguesa: Os sonhos e as lutas, as propostas e as desilusões. In Rita, A., Maior, D.V. (Coords.). *Do Ultimato à (s) República (s)*. pp. 79-80. Lisboa: Esfera do Caos.

Uma das causas que importa frisar é a influência hegemónica do catolicismo, na sua vertente sociológica, na mentalidade coletiva portuguesa que se vai tornar esmagadora entre os finais do século XVI e a tomada de posse de D. João V em 1705. Aliás, será esse um dos alvos, senão mesmo o principal alvo, do combate serrado do Partido Republicano numa primeira fase e, depois da própria República, numa segunda fase.

Encontrava-se profundamente arreigada, por essa altura, a convicção de que a modernização da sociedade e da vida política não se poderia realizar em profundidade se continuasse a existir o estatuto constitucional da religião católica, como a religião da nação portuguesa.

O poder estatal, nessa conjuntura, manteria o seu condicionamento na sua organização e funcionalidade. Portanto, era preciso romper de modo firme e incondicional para que fosse possível o desenvolvimento do processo de secularização da sociedade, fator que já estava em curso na vida dos povos europeus.

O anticlericalismo republicano culminará com a expulsão, confisco e nacionalização das Ordens e Bens das Congregações Religiosas Católicas, nomeadamente os Jesuítas. Nesta perspectiva, foi aberto o caminho para que se pudesse secularizar e laicizar a sociedade portuguesa. Esse secularismo e esse laicismo conduzirão a uma via alternativa ao catolicismo, sem Deus, é certo, mas com aspetos decalcados do religioso.

A República foi mais do que um regime político que surge na esteira da inspiração de outras Repúblicas, nomeadamente da francesa, sua principal referência. À semelhança das religiões, criou toda uma sistematização de processos, práticas, rituais e instituições físicas e simbólicas que lhe deram corpo.

É nesse sentido que a nossa pesquisa irá incidir, ou seja, numa reconversão e refundação de Portugal segundo um complexo mítico da identidade portuguesa de matriz republicana. O regime republicano, ao estabelecer-se, vai ultrapassar a mera estrutura política. Será o vértice de uma confluência de ideias que darão sentido e corpo a esse mesmo regime e fundo religioso. Sem querer delimitar o âmbito da nossa pesquisa, o período inicial, que vai de 1910 a 1915, é aquele que se revela particularmente rico.

Para podermos fundamentar cientificamente este trabalho propomo-nos alcançar os seguintes objetivos:

- Observar as raízes dos mitos dos primórdios e como estes, sob novas formas, continuam a exercer influência e a povoar o imaginário coletivo, no caso concreto do período republicano em Portugal.
- Analisar como se foi constituindo o novo paradigma republicano de forte pendor religioso, quais os meios utilizados e quem foram os seus criadores e mediadores.
- Estudar o fato de que, uma vez estabelecido o regime na sua tentativa de consolidação e socialização política feita mediante o civismo, fomentará uma doutrinação, implicando com isso a imposição de um sistema de valores.

– Apreciar o mimetismo do discurso republicano nos rituais religiosos coletivos, decalcado da linguagem religiosa cristã, em benefício da religiosidade cívica.

Quanto à documentação utilizada, como se poderá constatar, tratando-se de um trabalho de dissertação do mestrado, procurámos estudar livros publicados relacionados com o período republicano, sem obviamente descurar a pesquisa das fontes, muitas delas feitas na Biblioteca Nacional, na Biblioteca da Assembleia da República, no Arquivo Municipal de Lisboa e na Hemeroteca de Lisboa. Muitas dessas fontes foram os jornais da época, o diário do governo, panfletos, obras artísticas e pedagógicas e outras publicações.

A metodologia empregue foi, fundamentalmente, a análise de conteúdo ajustada no sentido de corresponder às necessidades da temática e ao plano de trabalho.

Pode enquadrar-se teoricamente o presente trabalho no âmbito do fenómeno religioso, sem contudo excluir outro tipo de abordagens no campo da sociologia, psicologia, política, história, entre outras.

O nosso objetivo de estudo tem sido alvo de análises múltiplas. Os estudos têm-se baseado em bibliografias de republicanos, quer de figuras políticas, quer de figuras ligadas à cultura e às ciências.

O período republicano tem sido investigado historicamente na vertente regimentária, constitucional e legislativa. As relações tensas entre o Estado republicano e a Igreja Católica, nomeadamente as Congregações, é outro assunto largamente estudado. Neste âmbito, destacamos as obras de Maria Lúcia de Brito Moura⁴ e de Luís Salgado de Matos⁵. Por outro lado, a ligação do regime e muitas das suas figuras à Maçonaria é abordada por António Ventura⁶ e Oliveira Marques⁷, entre outros. Este último escreveu também a história da República. É inegável o contributo, a nível teórico, de Fernando Catroga⁸ e de obras como as de Sérgio Campos Matos, António Nóvoa, entre outros.

Ao nível da educação e formação escolar no período em causa, um dos estudos de referência, situado na discussão pedagógica e dos métodos de implementação política de uma escola laica, com todas as suas implicações, é o desenvolvido por Joaquim Pintassilgo⁹.

⁴ Moura, M.de B.(2010). *A Guerra Religiosa na I Republica*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

⁵ Matos, L.S. (2010). *A Separação do Estado e da Igreja*. Lisboa: D. Quixote.

⁶ Ventura, A. (2008). *A Carbonária em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.

⁷ Escreveu *a história da Maçonaria* em 3 vol. *A Maçonaria portuguesa e o Estado Novo; Dicionário de Maçonaria portuguesa*.

⁸ Fernando Catroga defende que o republicanismo não considerava a sociedade e o Estado como adversários do individuo mas, ao contrário, a perfeita coexistência entre as esferas pública e a privada. Deste modo, o homem apenas se realizaria em pleno numa cidadania participada que não se esgotava no campo eleitoral e adesão simbólica de pendor político e cívico. Teria que ser mobilizado em suas consciências por valores que obrigariam os indivíduos assumirem-se como um ser social. Catroga, F. (2010). *O Republicanismo em Portugal da Formação* ao 5 de outubro de 2010. (3ª Ed.). p. 288. Lisboa: Casa das Letras.

⁹ Pintassilgo, J. (1998). *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

Como se pode depreender e compreender pelo espaço delimitado, muitos outros autores e obras poderiam ser referenciados. No entanto, podemos ainda referir que existe um vasto espólio sobre a primeira república, desde teses, dissertações, livros, ensaios, artigos e publicações, versando diversos quadrantes de enquadramento teórico. É ainda de referir um conjunto de obras publicadas aquando das comemorações do centenário da República, em 2010.

Parece-nos que, embora diversos autores tenham abordado a problemática mítico/religiosa da Primeira República, nunca houve uma preocupação de aprofundamento exclusivo da problemática em questão. Sendo assim, parte do nosso tema de trabalho já foi abordado noutros contextos; no entanto, cremos que será inédita a abordagem sistemática e global da problemática sobre a Primeira República que nos propomos trabalhar.

No tocante ao plano deste trabalho, pareceu-nos vantajoso apresentar na introdução, em linhas gerais, uma ideia sucinta da Primeira República, em função da temática proposta. Importando com isso verificar qual a relevância do tema e sua atualidade no contexto da época, tal como descortinar à luz da situação atual, em Portugal e na Europa, eventuais pontos de contato.

Pareceu-nos útil, no capítulo I, fazer o ponto da situação relativamente à fundamentação e contextualização teórica da temática. No capítulo II procedeu-se à caracterização geral dos precursores tidos como figuras avatares da República e como foram determinantes na refundação da nacionalidade, de acordo com uma sacralidade laica. Os criadores e mediadores do fenómeno mítico identitário, bem como o processo da criação do novo mito, serão alvo de reflexão no capítulo III. Uma vez referida a instauração da República, não nos detemos em fatores de descrição histórica. Chegamos ao ponto fulcral do presente trabalho, ou seja, o capítulo IV, que irá deter-se na nova sacralidade que ganhará corpo com novas ritualidades, entre as quais os tempos e os lugares de memória, visando a socialização política e, sobretudo, mítica do cidadão.

No final deste trabalho, preparámos um conjunto de anexos que ilustra de forma clara o sentimento agregador de uma memória mitificada da República.

Como já referimos, assume-se uma análise predominantemente feita ao conteúdo das diversas fontes.

Para terminar, no que diz respeito a algumas opções de caris técnico a que foi necessário proceder no decurso da investigação, optámos por atualizar a ortografia, no caso das citações das fontes portuguesas.

I - DO MITO DOS PRIMÓRDIOS AO MITO REPUBLICANO EM PORTUGAL

Para se compreender melhor como se pôde chegar a um mito como o republicanismo, na sua faceta complexa e identitária, é preciso recuar no tempo e observar de perto os mitos dos primórdios. O horizonte temporal dos mitos primordiais sofrerá uma evolução através de novas representações, à medida que as civilizações se vão modernizando. Ao contrário do que durante algum tempo se pensou, os mitos não desapareceram por completo, assumiram sim novas formas.

Os estudos realizados por diversos especialistas são contundentes. O mito é, desde sempre, uma realidade das civilizações antigas, arcaicas, indígenas e modernas.

O que me proponho fazer é demonstrar que o regime republicano em Portugal se fundamentou num complexo mítico que refundou a identidade nacional e se constituiu, a si próprio, num mito moderno.

1- Definição de mito.

Durante o século XIX, apesar do iluminismo, entre outras correntes filosóficas e libertárias, e fruto de uma cultura marcadamente cristã, continuava a teorizar-se o mito como tudo aquilo que fosse contrário à realidade, tudo o que não se pudesse justificar pela Bíblia.

Pesquisas feitas por etnólogos no século XX permitiram que essa teoria fosse reavaliada. Os mitos começam então a ser conhecidos, compreendidos e valorizados. Comprovou-se que o lugar deles nas sociedades assumia a fundamentação da via social e cultural das mesmas. Nas sociedades primitivas e arcaicas o mito é considerado como uma verdade absoluta pelo fato de contar uma história sagrada.

O mito, ao ser considerado real e sagrado por revelar uma história dos começos transumana e de dimensões épicas, torna-se exemplar e, por conseguinte, passível de se repetir, transformando-se em modelo que justifica os atos humanos¹⁰.

Apresentar uma definição contundente de mito revela-se uma tarefa quase impossível. Os estudiosos, atendendo ao fato dos mitos serem realidades culturais complexas e que podem ser abordadas e interpretadas em perspetivas múltiplas e complementares, têm dificuldade em defini-los de forma abrangente¹¹.

¹⁰ Eliade, M. (2000). Os Mitos do Mundo Moderno. In *Mitos, Sonhos e Mistérios*. pp. 15-16. Lisboa: Edições 70.

¹¹ No seu livro *Mitologias*, Roland Barthes procura definir o conceito de mito a partir da linguagem e não tanto em sua forma objetiva com os seus limites históricos, condições de emprego etc. Conforme esta análise o mito é um sistema de comunicação e uma mensagem. Portanto, o mito como objeto e ideia é posterior. A sua abordagem é semiótica para postular uma significação, sendo o mito analisado segundo o esquema tridimensional baseado no significante ou significado e o signo. Enquanto estudo de uma fala, o mito não é, com efeito,

Entre as diversas definições de diferentes especialistas, a que me pareceu mais lata e que se encaixa perfeitamente no âmbito do nosso trabalho é a que Mircea Eliade apresenta, e que passo a citar: “O mito conta uma história sagrada, relata um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, o tempo fabuloso dos começos” (Eliade, 1989, p. 12).

Os mitos são relatos que explicam a origem do mundo, dos animais, das plantas e dos homens. Eles fornecem uma explicação do mundo e ensinam histórias primordiais que podem justificar, quer a existência do mundo, quer a existência do homem.

Os povos arcaicos formulavam essas concepções metafísicas do mundo numa linguagem que, embora não sendo elaboradamente teórica, se exprimia coerentemente através do símbolo, do mito e do rito¹². Era através destes que expressavam um complexo sistema de afirmações sobre a realidade última das coisas, ou seja, que tomavam consciência de determinada situação dos cosmos.

Os mitos procuram fornecer modelos para o comportamento do homem, revelando ao mesmo tempo a sua condição face ao cosmos¹³. O mito conta uma história que se considera sagrada, logo verdadeira. Narra e descreve aquilo que aconteceu, mediante a ação e o contributo de seres sobrenaturais ou heróis, para a existência de realidades cruciais, como o cosmos, o comportamento humano e uma instituição¹⁴.

2- Arquétipos arcaicos e sua função.

Os mitos, desde os que relatam as origens aos que relatam uma idade de ouro, de renovação do tempo, do espaço e do tempo sagrado, são realidades mais ou menos difundidas ao longo dos tempos e dos povos, com muitas semelhanças entre as suas narrações.

Investigadores conceituados, como Mircea Eliade, estudaram de modo profundo a estrutura e função dos mitos nas sociedades arcaicas. Tais investigações permitiram perceber a estrutura e a função desses mitos naquelas sociedades.

Uma das conclusões de Mircea Eliade é que, conhecendo-se o mito, conhece-se a origem das coisas e, deste modo, é possível dominá-las e manipulá-las. O conhecimento do mito permite que seja vivido e contado de forma ritual, mas também que seja efetuado o ritual que lhe serve de justificação. Deste modo, ao viver-se o mito adquire-se uma força sagrada pela evocação reatualizada. Trata-se muito mais que uma mera comemoração dos acontecimentos míticos, trata-se da sua repetição. Os personagens do mito tornam-se presentes e passa-se a ser

mais do que um fragmento da ciência dos signos e que reporta sem cessar ao problema da significação. Barthes, R. (2007). *Mitologias*. pp. 261-280. Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1957).

¹² Eliade, M. (2000). *O Mito do Eterno Retorno*. p. 17. Lisboa: Edições 70.

¹³ Eliade, M. (2000). A Estrutura dos Mitos. In *Aspetos do Mito*. pp. 10-14. Lisboa: Edições 70. Victor Jabouille tece considerações pertinentes sobre as questões mitológicas. Consultar: Jabouille, V. (1993). *Do Mythos ao Mito: Uma introdução à Problemática da Mitologia*. Lisboa: Edições Cosmos.

¹⁴ Ibidem.

seu contemporâneo. Isto vai implicar que já não se viva no tempo cronológico mas no tempo primordial, o tempo em que o acontecimento teve lugar pela primeira vez¹⁵.

No seu livro *Mito do Eterno Retorno*, o investigador expõe uma série de mitos de diversos povos, onde o mito da idade do ouro, do paraíso e duma humanidade ideal são lugares comuns.

Segundo uma cosmologia iraniana, a nossa terra corresponde a uma terra celeste¹⁶. O Santuário que Deus mostra a Moisés no Monte Sinai é um protótipo celeste¹⁷. Também as cidades de Babilónia tinham os seus arquétipos nas constelações¹⁸. A própria cidade que Platão idealizava era um arquétipo da celeste¹⁹.

O que pode, desde já, dizer-se é que o homem constrói, segundo um arquétipo, cidades, templos, regiões, rios, campos etc.

Outro aspeto a reter desta simbólica mítica é conferir-se a lugares, como montes, por exemplo, um valor mítico. Nas crenças indianas o Monte Meru ergue-se no centro do mundo, sendo que sobre ele brilha a estrela polar²⁰. De acordo com certas crenças iranianas, a montanha sagrada Haraberezaiti encontra-se no centro da terra e está ligada ao céu²¹. Os montes Thabor e Gerizim, na Palestina, significam o umbigo e centro da Palestina ou umbigo da terra, respetivamente²². Encontram-se tradições análogas nos finlandeses e nos japoneses, entre outros²³.

Não cabe no âmbito deste trabalho examinar, de modo exaustivo e minucioso, os mitos arcaicos. Apenas citamos alguns exemplos para podermos comparar e depois enquadrar teoricamente com a nossa temática.

O investigador Mircea Eliade, nos seus estudos, refere que, na tentativa dos povos arcaicos assegurarem a realidade e a duração de uma construção, fosse ela criação dos mundos ou do homem, havia que repetir o ato divino da edificação exemplar, mediante a consagração do terreno, transformando-o num centro e validando o ato de preparação através da confirmação pela repetição do sacrifício divino²⁴.

Todos os rituais se desenvolvem, não só num espaço consagrado, distinto do espaço tido por profano, mas também num tempo sagrado, em que o ritual foi realizado pela primeira vez por um deus, um antepassado ou um herói. Cabe ao homem arcaico repetir o ato e, deste modo,

¹⁵ Ibidem. pp. 23-24.

¹⁶ Eliade, M. (2000). Arquétipos e Repetições. In *Mito do Eterno Retorno*. p. 21. Lisboa: Edições

70.

¹⁷ Ibidem p. 21.

¹⁸ Ibidem p. 22.

¹⁹ Ibidem p. 23.

²⁰ Ibidem p. 27.

²¹ Ibidem p. 27.

²² Ibidem p. 28.

²³ Ibidem p. 27

²⁴ Ibidem p. 35.

transcender os seus limites, colocando-se ao lado dos deuses e heróis míticos, ou seja, fazendo com que o homem se possa elevar.

O mito tem por finalidade ajudar o homem e a comunidade humana, seja ela tribal, rural ou urbana, a ultrapassar os seus limites e condicionamentos. Deste modo, os homens e as comunidades são incitados a elevar-se a níveis superiores.

Sem querermos parecer, nesta fase inicial e preliminar do nosso trabalho, algo precipitados e contundentes, observamos que muito deste comportamento arcaico ao nível da estrutura do mito e do rito, se mantém intacto no mundo moderno, mesmo que as experiências provocadas pela sua atualização lhe possam conferir caráter profano²⁵.

É dentro deste prisma que poderemos enquadrar a Primeira República pois ela vai construir uma nova organização cultural e social, sob bases míticas. Deste modo, determinados momentos históricos e personagens, serão reinterpretados. O novo regime republicano adotará uma postura alicerçada numa revalorização da história de Portugal, nos seus feitos e conquistas. Os heróis portugueses assumirão papel de destaque, sendo evocados em celebrações apoteóticas com fins iniciáticos.

3- A relação entre mito e história.

3.1 Considerações conceptuais.

Para estabelecer uma relação entre ambos, primeiramente há que separar o conceito filosófico de história, como o conhecemos, elaborado por vultos como Agostinho, Gioacchino da Fiore até Vico, Hegel, Marx e os grandes historiadores contemporâneos. A filosofia destes tem por objetivo encontrar o sentido e a direção da história universal.

No âmbito deste trabalho de investigação, propomo-nos considerar a historiografia, por outras palavras, o esforço de conservar a memória dos acontecimentos com a maior exatidão possível. O nosso objetivo não é a própria historiografia mas sim usá-la como recurso ou auxílio no sentido de perceber os mitos através dos relatos historiográficos.

Este esforço começa na Grécia, com Heródoto, para que as histórias não se perdessem com o tempo. Outros historiadores da antiguidade tiveram preocupações diferentes. Por exemplo, Tucídides escreveu para ilustrar a luta pelo poder que, para ele, era o traço que caracterizava a natureza humana. Políbio, por sua vez, entendia que toda a história do mundo foi sendo urdida para que desembocasse no império romano. Já Tito Lívio via na história modelos que se podiam adaptar para o país²⁶.

²⁵ A história recente está repleta de mitos multissetoriais, muitos deles são descritos por Roland Barthes em seu livro *Mitologias*. Dignos de nota são O Mundo do Wrestling e os Marcianos, entre os muitos exemplos que apresenta. Para consultar estes e outros mitos cf. Barthes, R. (2007). *Mitologias*. pp. 57-251. Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1957).

²⁶ Eliabe, M. (1989). Mitologia da memória e do Esquecimento. *In Aspetos do Mito*. p. 115. Lisboa: Edições 70.

3.2 A evolução do mito na história.

Em muitas culturas existe uma clara separação entre histórias verdadeiras - mitos, e histórias falsas - fábulas ou contos. Em síntese, as histórias verdadeiras retratam o sagrado e o sobrenatural (cosmogonia, criação dos astros, origem da morte) e as histórias falsas são de conteúdo profano, contos que narram as aventuras extraordinárias do herói nacional, cujas raízes são extremamente humildes mas que se transforma no herói do seu povo²⁷.

À medida que o tempo avança surgem as grandes mitologias, algumas delas consagradas por poetas como Homero e Hesíodo. Elaboradas por ritualistas e teólogos do Egito e da Mesopotâmia, tendem a perder o seu significado. Nota-se um esforço consciente de um processo de desmitificação²⁸. Pese embora, o mito passa por um esvaziamento de significado nalgumas culturas, transformando-se em conto. Com efeito, após este processo desmistificador, assiste-se a um esforço para ir além da mitologia enquanto história divina. O grande objetivo é atingir-se a fonte primordial, a identificação da génese.

O esforço empreendido neste sentido levará inevitavelmente à especulação filosófica que será contemporânea, ainda que por pouco tempo, da cosmogonia. Pode-se afirmar que as primeiras especulações filosóficas derivam das mitologias²⁹.

O pensamento sistemático esforça-se por identificar e compreender o começo de tudo. A desmitificação da religião grega e o triunfo da filosofia de Sócrates e Platão não serão suficientes para erradicar o pensamento mítico³⁰.

O despertar da consciência histórica operada séculos depois, no cristianismo, e tendo o seu desenvolvimento em Hegel e seus sucessores, afastou-se da ideia mítica arcaica e tradicional de defesa da história, abolindo-a periodicamente graças à repetição da cosmogonia e à regeneração periódica do tempo. Por conseguinte, a partir do século XVII, afirmar-se-á a linearidade e a conceção progressista da história, afirmando-se cada vez mais como uma crença num progresso infinito, muito difundida no século XIX, pelo triunfo das ideias evolucionistas³¹.

Face ao exposto, este novo modo de representação da existência humana ultrapassou em parte o mito. No entanto, a teoria da história dos ciclos renascerá nos círculos científicos aplicada à economia política, em filosofia através de Nietzsche, em filosofia da história mediante Spengler e Toynbree³². O mito do passado, mediante estas perspetivas, vai sobreviver, obviamente modificado, diríamos radicalmente modificado. Mas, no fundo, podemos dizer que o mito arcaico ganha novamente valor nas teorias cíclicas modernas dos inícios do século XX.

²⁷ Eliade, M. (1989). A Estrutura dos Mitos. In *Aspetos do Mito*. pp.15-16. Lisboa: Edições 70.

²⁸ Carreira, J.N. (1994). Cultura e Progresso – uma abertura em tom menor. In *Mito, Mundo e Monoteísmo*. pp. 87-89. Mem Martins: Publicações Europa – América.

²⁹ Carreira, J.N. (1985). História e Historiografia na Antiguidade Oriental. In *Estudos da Cultura pré-Clássica* pp. 142-164. Mem Martins: Editorial Presença.

³⁰ Eliade, M. (1989). Mitologia, Ontologia, História. In *Aspetos do Mito*. p. 96. Lisboa: Edições 70.

³¹ Eliabe, M. (2000). O Terror da História. In *O Mito do Eterno Retorno*. pp. 153-166. Lisboa: Edições 70.

³² *Ibidem*.

A Primeira República não será alheia a esses conceitos e evolução teórica que marcam profundamente os seus idealizadores. Convém não esquecer que a Primeira República Portuguesa, como teremos oportunidade de ver, é um fenómeno político moderno alicerçado, desde logo, no mito da República clássica, revisitada e refundada sobretudo pelo filósofo francês Jean Jacques Rousseau.

A ideia de mudança de regime e conseqüente refundação da nacionalidade pela República em Portugal, valendo-se de seus instrumentos fomentadores e estabelecadores (entre os quais destacamos os rituais e cerimónias que oportunamente abordaremos), levar-nos-á a concluir que a nossa República, embora fosse um fenómeno moderno, tinha muitos pontos de contato com os mitos, como por exemplo com os mitos e ritos iniciáticos primitivos de regresso ao útero, onde se salienta o regresso à origem. A ideia fundamental é que, para atingir uma forma superior de existência, era necessário repetir os gestos da gestação e o nascimento de forma ritual³³.

3.3 Quando o mito se torna mais forte que a história.

A mentalidade primitiva afirmava que um determinado objeto ou uma ação só se tornam reais na medida em que imitam ou repetem um determinado arquétipo. Deste modo, a realidade só será atingida pela repetição ou pela participação, ou seja, para que algo fizesse sentido teria de ter um modelo exemplar. O fato é que esse modelo exemplar nunca deixou de existir no subconsciente humano, apesar da evolução operada pelo tempo e pelo raciocínio.

Segundo esta perspectiva, o homem é transformado em arquétipo através da repetição. Sendo assim, o homem ou guerreiro, seja ele quem for, imita um determinado herói e tende, por via disso, a identificar-se o mais possível com esse modelo arquétipo.

Observe-se o caso de alguns personagens históricos numa fase que já não se pode dizer primitiva. Assim, para dar alguns exemplos, veja-se o caso do mito paradigmático do combate entre o herói e uma enorme serpente que, em certos registos, aparece como tendo três cabeças. No caso do rei Dario, ele considerou-se o novo herói mítico dos iranianos, denominado Thraetaone, dando claras indicações de que a história se renovou, reatualizou-se um mito heroico dos primórdios³⁴. Num outro relato egípcio, escrito no livro de Apophis, encontramos a mesma transfiguração operada no sentido de transformar a história em mito. O texto identifica os inimigos de Faraó como o Dragão Apophis, enquanto o próprio Faraó é identificado como deus Rê que vencerá o dragão.

Através destes dois casos percebemos que certos acontecimentos contemporâneos são alvo da interpretação de acordo com o modelo atemporal do mito heroico³⁵.

³³ Burket, W. (2001). *A Criação do Sagrado*. pp. 151-154. Lisboa: Edições 70.

³⁴ Eliabe, M. (2000). Arquétipos e Repetição. In *O Mito do Eterno Retorno*. p. 52. Lisboa: Edições 70.

³⁵ Ibidem.

Se no passado primordial tal interpretação podia ser vista como uma análise análoga aos acontecimentos históricos, nestes últimos casos o que acontece é que o imaginário popular se sobrepõe à história dos fatos, integrando os relatos numa categoria de mito. Muitas dessas mitificações da história assumem uma faceta poética, de origem literária. A esse propósito Roland Barthes diz que o mito usa a poesia e a literatura tradicional para: “transformar um sentido em forma”. (Barthes, 1956/2007, p. 284).

Estes casos, entre outros que por questões de espaço não iremos mencionar, ilustram que a história sofre uma erosão mítica muito por culpa do imaginário popular que a vai recompor, dando-lhe contornos de lenda³⁶. Na história e na poesia portuguesa há inúmeros casos que, por ora, não importa referir mas que traduzem a continuação de uma tendência de enriquecer uma história verdadeira. Basta apenas a crença no milagre de Ourique, surgida no final do século XIV ou princípio do seguinte, e a epopeia dos descobrimentos relatada por Camões, vista como história, como na sua época se entendia, e que assumirá foros e força de mito, sendo transformada pelos autores cultos do século XIX como um dos marcos de identidade nacional³⁷.

No nosso caso, a sobreposição da história e do mito agravou o sentimento de decadência nacional por um lado e por outro expôs a emergência de uma identidade nacional, socorrendo-se do caráter heroico para despertar sentimentos patrióticos.

Acertadamente Boaventura de Sousa Santos disse que “o excesso mítico de interpretação do fenómeno da identidade nacional seria um mecanismo de compensação do défice de realidade”. (Santos, 1994, p. 44).

Há, na sociedade portuguesa dos finais do século XIX, uma transformação de identidade sociológica resultante de ideias políticas trazidas pelo liberalismo e pela investida republicana.

³⁶ O mito procura passar um conceito intencional, muitas vezes deformado, da realidade histórica sem que isso possa ser conotado como mentira ou como uma confissão verídica. O mito relacionado com uma história responde ao interesse de uma sociedade definida, passando a ostentar uma ideologia. Barthes, R. (2007). *Mitologia*. pp. 280-282. Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1957).

³⁷ Mattoso, J. (2008). Identidade sociológica. In *Identidade Nacional*. (4ª Ed.). pp. 102-103. Lisboa: Gradiva.

Este caso do período Republicano não é único na História de Portugal no que concerne à mitologia Nacional. O mito de Portugal constitui um sistema de representações vitais, uma organização de valores mentais, afetivos e até mesmo espirituais, que se foi formando sob os efeitos das injunções da história e ao longo das circunstâncias dos portugueses na história, que se vai confundir com a ideia de nacionalidade e sua permanência no tempo. O mito de Portugal vai ser revisitado nas diferentes fases da história do país, denotando que apesar de morrerem gerações sucessivas, o mito não morre. O mito de Portugal é um processo marcado por momentos que serviram para o surgimento, formação e consolidação do mesmo: Desde a batalha de Ourique e a fundação da nacionalidade (1139-1140), à tomada de Ceuta, que dá início à expansão, à restauração e à morte do Padre António Vieira (1415-1697), passando pela geração de 70 (1870), até ao mito da República (1910). Saraiva, A. J. (1996). *A Cultura em Portugal*. (Vol. I e II.). Lisboa: Gradiva.

Esta última, num grande esforço de socialização e propagada, tentará tecer uma nova identidade a partir da história, reduzindo determinados episódios chave a mito.

Processo semelhante será utilizado para as figuras desaparecidas da República que, após a morte, verão sua biografia reconstruída cheia de superlativos fantasiados, dando-lhes uma auréola de santidade. Estava em curso uma mitificação de personalidades, conferindo-lhes caráter de culto, pelo modelo de perfeição que a partir daí carregavam sobre si.

Como temos vindo a expor, e se pode verificar, o mito primordial não desapareceu por completo na modernidade, antes assumiu novas formas e, no caso que nos interessa a República, assume um papel de relevo numa nova identidade que se pretende construir.

3.4 A identidade portuguesa de fundamentação mítica.

A ideia de uma fundamentação da identidade nacional não é um exclusivo português. Constituiu um esforço de intelectuais e políticos do século XIX que, valendo-se da base étnica, vão imaginar comunidades que serão chamadas Estado-Nação³⁸. Gizar de modo criativo tamanha empreitada revelou-se num esforço que, entre outras fundamentações teóricas, implicou um esforço de refazer uma identidade segundo teorias míticas e messiânicas carregadas de emotividade.

Esta visão romântica e nacionalista, difundida um pouco por toda a Europa no século XIX, fundamentou-se, por um lado no passado desses mesmos povos, mas por outro numa interpretação fantasiosa de eruditos, políticos e poetas.

A base da construção dessas teorias de identidade nacional foram as fontes escritas, tradições, lendas, convicções, etc. O material utilizado serviu para, de uma maneira inovadora, forjar e urdir uma unidade cultural, territorial e política.

Patrick J. Geary em seu livro intitulado *O Mito das Nações*, cita Ivo Benac e assevera que,

“ no processo de criação destas sociedades imaginadas eles incluem, em primeiro lugar, o estudo da língua, da cultura e da história de um determinado povo por um pequeno grupo de intelectuais «iluminados»; em segundo lugar, a propagação das ideias formuladas pelos eruditos através de um grupo de «patriotas» que as divulgam na sociedade; e, finalmente, a fase em que o movimento nacional atinge o seu auge pelo apoio das massas”. (Geary, 2008, p. 25)³⁹.

³⁸ Geary, P.J. (2008). Uma Paisagem Envenenada Etnicidade e Nacionalismos no Século XIX. *In O Mito das Nações*. p. 24. Lisboa: Gradiva.

Sobre o tema das comunidades imaginadas consultar. Anderson, B. (2008). *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do Nacionalismo*. S. Paulo: Companhia das Letras.

³⁹ Benac, I. (1984). The National Question in Yugoslavia: Origin, History; Politics. p. 28. Ithaca. *In Geary, P.J. (2008). O Mito das Nações*. p. 25. Lisboa: Gradiva.

Partindo destes pressupostos, haviam-se encontrado os traços essenciais e definidores de uma nação e sua identidade. A língua, o território e uma cultura própria num passado remoto⁴⁰.

Portugal, na Primeira República em particular, não será alheio a estas influências ideológicas, fazendo uso dos mesmos mecanismos e métodos referidos acima, com o objetivo de criar uma nova identidade. Convém não esquecer que a identidade nacional é um processo histórico e lento com diversas fases. Não é nosso intuito, mediante a investigação em curso, reconstruir cada uma dessas fases, pretende-se sim referir os episódios chave que funcionaram como ritos de passagem. Parte-se deste cenário no sentido de reconstruir uma nova identidade portuguesa, onde a Primeira República assume um papel decisivo.

O mito da nova identidade vai beneficiar, em sua construção, de alguns fenómenos característicos do século XIX, tais como as invasões francesas, a ameaça inglesa, as guerras liberais, a difusão da escrita e da imprensa, o aumento do número de escolas, a implantação de um sistema eleitoral, a generalização de matérias administrativas uniformes e a participação ativa da população na vida pública⁴¹.

Condições desta natureza permitiram que os mentores da nação chegassem com sua mensagem, não só às classes dominantes, mas também às classes populares. A consciência da identidade nacional fortalecia-se e as teses que se defendiam sobre as causas da decadência do país eram aceites.

Comparativamente a outros países Europeus, Portugal era culturalmente, tecnologicamente e industrialmente atrasado, o que se refletia em termos económicos e sociais. A total incapacidade do país foi explorada até ao extremo por um conjunto de intelectuais e políticos, na maioria afetos à causa republicana, com maior incidência a partir de 1870, através da denominada “geração de 70”. Se juntarmos a isso a forte implantação em Portugal do catolicismo, destacando-se no seu monopólio em áreas como o ensino, infraestruturas sociais e influência política, temos outro argumento de peso para os opositores do regime monárquico usarem, a seu favor.

O movimento político e intelectual defendia a regeneração da nação, ao definir e explicar as origens do povo português. A averiguação exata da sua história tomou forma utilizando processos de persuasão, como as grandes comemorações coletivas de feitos nacionais gloriosos.

Os grandes homens, isto é, figuras que encarnavam as qualidades construtivas da nação, tornaram-se arquétipos de valores coletivos. Como se pode ver, e como atrás já referimos, os

⁴⁰ Geary, P.J. (2008) Uma Paisagem Envenenada: Etnicidade e Nacionalismo no Século XIX. In *O Mito das Nações*. p. 42. Lisboa: Gradiva.

⁴¹ Mattoso, J. (2008). O Processo de Categorização da Identidade Nacional. In *a Identidade Nacional*. (4ª Ed.). p. 20. Lisboa: Gradiva.

mitos modernos, no caso de inspiração republicana, são uma construção psicológica renovada dos mitos primordiais⁴².

No nosso país operou-se a reconstrução de uma memória centrada na formação de uma componente hagiográfica do foro cívico que teve por finalidade o fortalecimento de uma solidariedade e de uma identidade nacional míticas. Esse desiderato constituiu uma alternativa cívica à galeria de santos que faziam parte do culto católico, consubstanciando-se em comemorações de iniciativa republicana antes do advento da república, com destaque para o tricentenário da morte de Camões (1880), homenagens a Marquês de Pombal (1882), Alexandre Herculano (1880 e 1910), Almeida Garret (1899), João de Deus (1896) e António Feliciano de Castilho (1900).

A dimensão simbólica assumiu uma função corroborante no discurso nacional, tornando-o mais explícito. De acordo com este raciocínio, Joaquim Pintassilgo, em sua tese de doutoramento, opina que:

“o papel desempenhado pelo símbolo enquanto representação material duma ideia ou dum mito. A sua importância remete para a tese, amplamente difundida na época e à qual já nos reportamos, segundo a qual a sensibilidade representava uma forma privilegiada de apreensão da realidade “ (Pintassilgo, 1998, pp. 171).

A Primeira República tentará realizar o seu projeto político e revolucionário mediante uma disseminação de novas ideias, valores e instituições, valendo-se da vertente simbólica para favorecer uma adesão que supere a formalidade. Criando com a nova simbologia uma identificação e uma afetividade das massas, torna a sua implantação mais profunda e duradoura⁴³.

Desde a época do *Ultimatum* inglês de 1890, a causa republicana popularizou-se ainda mais, acentuando o sentido patriótico e nacionalista das massas populares. Este fator,

⁴² A política no seu âmbito funciona como um conjunto de relações humanas na sua estrutura social e no seu poder de fabricação do mundo. Neste campo opera a inversão do real e o esvaziamento da história e como diz Roland Barthes: “A função do mito é a de evacuar o real: ele é literalmente um escorrer incessante, uma hemorragia, ou, se preferir, uma evaporação, em resumo, uma ausência sensível” Barthes, R. (2007). *Mitologias*. p. 295. Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1957).

⁴³ A delimitação do campo político e estatal, do religioso, da forma que conhecemos hoje, é um processo relativamente recente, tendo o primeiro se emancipado do segundo. O Estado sendo um poder de espírito mundano agregador, dotado de um poder soberano, criará em cada país uma sistematização do seu aparelho orgânico e simbólico secular capaz de substituir antigas formas e devoção. Cf. Voegelin, E. (2002). *As Religiões Políticas*. (1ª Ed.). Lisboa: Vega. (Trabalho original publicado em 1938).

No passado remoto, nomeadamente nas sociedades arcaicas, o papel do sacerdote fundia-se no papel do político. Desde a antiguidade, as várias fases de poder tinham matriz e fundamento metafísico, observadas como uma imitação ou reflexo de uma ordem cósmica superior. Villalba, J. A. S. (1973). *El Poder Político: Del mito Monárquico a la Ficción Democrática*. pp. 2-39. Buenos Aires: Ediciones Depalma.

conjugado com a difusão da imprensa e a multiplicação de escolas, permitirá uma maior consciência da identidade nacional. Será pois aceite com naturalidade que Portugal possui um passado glorioso, com momentos históricos e simbólicos como o de Ourique, Aljubarrota e os descobrimentos, momentos esses que remetem para uma identidade corajosa vanguardista e empreendedora.

Aliás, a dimensão histórica do patriotismo republicano é fundamental no discurso pedagógico que difunde, sendo isso patente em afirmações oficiais como no Diário do Governo, por exemplo, do qual citamos o seguinte enxerto: “ o que é a Pátria e a independência. Ideia sucinta da fundação de Portugal e das lutas para a sua conquista. Crises da independência ou invasões estrangeiras. Ação colonial e civilizadora de Portugal.” (DL N° 123/11, p. 2203).

É perceptível no discurso pedagógico, político e oficial, esse lado histórico caldeado de uma auréola mitificada. Teófilo Braga, um dos teóricos do republicanismo português e das comemorações cívicas, tornou-se um dos expoentes máximos dessa realidade. Num dos seus livros diz: “um povo que conhece a sua história sabe quanto lhe custou a sua liberdade” (Braga, 1912, p. 12).

No mesmo livro e na mesma página é mais explícito na valorização da base histórica de teor simbólico na implementação de ideias e valores de dimensão republicana.

“A unidade de ação do partido republicano não depende das combinações de chefes, mas desse acordo e inteligência de uma situação, que é onde reside o segredo da força invencível do povo. Ensinemo-los, doutrinemo-los, expliquemos-lhe os seus direitos derivados dos seus deveres para com a Pátria e para com a solidariedade social. Levantemos-lhe o espírito pela sua história nacional, e então ele saberá mover-se, porque uma vez convencido nenhum dique é capaz de sustê-lo” (Braga, 1912, p. 12).

O esforço por unir a dimensão histórica e mítica na disseminação das ideias e valores republicanos é uma constante cujo intuito é construir, ou melhor, reconstruir a identidade portuguesa. Noutra fase da investigação pretendemos apresentar mais profundamente essa construção, feita por políticos e intelectuais.

Como temos vindo a verificar por alguns destes exemplos, os mentores da República reconstruíram a identidade portuguesa, assumindo-se como herdeiros do passado nacional, procurando identificar-se com a história da nação e realçando uma continuidade transcendente. O projeto republicano surge vinculado ao passado histórico, mais ou menos mitificado, aspeto último muito semelhante aos mitos primordiais que continham o elemento verdadeiro (historiografia) e a fábula ou conto em torno da história. Salienta-se que as duas principais representações míticas da história portuguesa – o mito das origens e o mito do império - serão associados à República, aliando a tradição com a inovação. Só desta maneira Portugal se poderia regenerar.

O ideal regenerador era parte do ideal da propaganda republicana. O idealismo sentimental e religioso, de teorização comtiana, é característico nos construtores da nova identidade portuguesa. A propósito, Sebastião Magalhães de Lima, em 1890 disse que “o ideal é digno de ser amado, de acordo com valor santo” (Lima, 1890, p.2).

Em síntese, as ideias e as aspirações dos republicanos e, mais tarde, da República consubstanciavam-se nos grandes homens e feitos nacionais, reinterpretados para fomentar a identificação coletiva. Tais modelos revisitados e reinterpretados numa lógica iluminista destacam o talento e a virtude do novo homem, capaz de construir um presente e um futuro auspiciosos através da sua participação social.

II RECONSTRUÇÃO MITIFICANTE DE UMA NOVA MEMÓRIA HISTÓRICA.

Como procurámos demonstrar no capítulo anterior, mitos modernos como o da nova identidade portuguesa de matriz republicana, comportam uma dimensão histórica na sua filosofia política⁴⁴. No presente capítulo teremos oportunidade de verificar que a história de Portugal será revisitada e reatualizada por diversos agentes sociais que, mesmo não sendo políticos, formularão concepções teóricas que serão consideradas e estudadas no âmbito de nossa investigação. Inerentes e conducentes à problemática em estudo, tais teses permitirão uma reconstrução de um novo imaginário coletivo, fundamentado numa ideia política de natureza mítico-religiosa.

Uma vez observada a função do mito na construção da nova realidade, face ao exposto e antes de avançar com a nossa investigação, impõe-se fazer duas definições: Primeira, se é possível falar-se neste caso concreto de uma religião ou de religiosidade cívica. Segunda, ainda relacionada com a questão anterior, quais seriam as ideias dos mentores políticos da República. Finalmente, definidos os dois campos, relacioná-los entre si.

1- Termos e conceitos: a Primeira República e a construção de uma nova identidade.

1.1 Ideias centrais do Republicanismo português.

A ideologia republicana pode remontar a 1820, todavia será apenas em meados do século XIX que irá estabelecer-se com expressividade e com repercussão popular, através de José Félix Henriques Nogueira. A matriz ideológica sofreu sucessivas alterações. O pensamento inicial foi norteado pela ideia central da República, de herança romana, e reatualizado por Rousseau, pela descentralização municipalista, pelo federalismo ibérico (abandonado numa fase posterior) e pelo associativismo, ideia cara entre os maçonícos, na maioria dos casos republicanos.

Uma segunda vaga ou impulso republicano surge por volta de 1870, através de uma geração de jovens devotos das ideias republicanas e inimigos atrozés da monarquia e da igreja católica, fazendo reviver o anticlericalismo das ideias liberais do princípio de século XIX em Portugal. Estas ideias afastam-se do ideário socialista que antes era o seu apanágio e assumem-se como herdeiras da corrente democrática do liberalismo oitocentista, enfatizada na igualdade, na democracia e no sufrágio universal.

⁴⁴ Matos, S.C. (1990). Para a caracterização de uma mitologia nacional. *In História, Mitologia, Imaginário Nacional. A história no curso dos liceus (1895 – 1939)*. pp. 84-89. Lisboa: Livros Horizonte.

Do seu projeto político fazia parte a laicização da sociedade portuguesa e um nacionalismo exacerbado, fruto dos Centenários. O *Ultimatum* inglês e o conseqüente fervor imperialista, alicerçados no legado colonial, caracterizam o ideário republicano tardio⁴⁵.

Por fim, do ponto de vista filosófico, o seu pensamento é claramente influenciado pelas correntes positivistas e cientistas que explicarão muitas de suas opções e que voltaremos, a seu tempo, a referenciar.

O regime republicano é instaurado em Portugal tardiamente, em relação a outros países europeus, sendo este mais um fator, se quisermos, de atraso face ao resto da Europa.

1.2 A laicidade republicana.

De acordo com o *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, laicidade “é um conceito amplo, ainda que utilizado concretamente para designar a autonomia social em relação ao controlo exercido pelas igrejas e pelas religiões” (Azevedo, 2001, p. 59).

A complexidade do termo não se resolve apenas através desta definição ampla. É preciso tomar em consideração o longo processo em que se inscreve o termo, em particular a sua incidência na realidade sociopolítica e cultural das diversas sociedades Ocidentais.

Nos casos que mais nos interessam, o período que antecede e o período imediatamente a seguir ao advento republicano, a ideia de laicismo está teoricamente enquadrada com a definição acima citada, ainda que represente ideologias de combate, de militância, como forma de transformar a realidade e de instaurar uma nova ordem⁴⁶.

A separação era vista por setores radicais do liberalismo, nomeadamente o republicanismo anticlerical, como um programa de combate político que contemplava “laicizar o conhecimento, a natureza, a sociedade e a vida, tornar a escola gratuita e laica, dessacralizar o padre, civilizar os ritos de passagem, constituíam, assim, momentos de um processo descristionalizador totalizante” (Catroga, 1988, p. 226).

Teoricamente subjaz a ideia de neutralidade, mas em termos práticos assiste-se, mediante alguns destes processos, à ascensão de uma nova ritualidade. O que se pretende é separar as duas esferas, o político e o religioso, sem que isso possa implicar que o laicismo seja sinónimo

⁴⁵ Marques, A.H.O. (2010) Ideologia Política. In *A Primeira República Portuguesa*. pp. 59-62. Lisboa: Texto Editores. Ernest Gellner defende que o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra. O nacionalismo, segundo ele, é um problema que se coloca apenas nas sociedades que sejam dotadas do Estado que, por sua vez, é um conjunto das instituições especialmente consagradas à manutenção da ordem. Gellner, E. (1993). *Nações e Nacionalismo*. pp. 11-15. Lisboa: Gradiva.

⁴⁶ Azevedo, C.M. (Ed.). (2001). Laicidade. In *Dicionário da História religiosa de Portugal*. (J-P). p. 59. Mem Martins: Círculo de Leitores.

de neutralidade ou mesmo ateísmo. Isto conduz-nos à próxima análise, percebermos com maior clareza o posicionamento republicano.

1.3 Via filosófica ou religiosa?

Os republicanos portugueses foram influenciados filosoficamente por alguns autores positivistas mas, sem sombra de dúvida, o autor que mais os influenciou foi Auguste Comte (1798-1857).

Comte afirmava que sociedade Ocidental, tal como existia na época, estava em decadência, precisando de uma regeneração social que permitisse aos homens atingirem uma sociedade espiritual. A tese central que o popularizou era que a evolução do espírito humano conduziu a humanidade a passar sucessivamente por três estados: Teológico, metafísico e positivo. Na sua opinião, os dois primeiros conheciam na sua época a decadência, enquanto a última fase se encontrava em plena ascensão. O estado positivo representava a afirmação da ciência como forma de conhecimento e unificação intelectual. A progressão do espírito humano, segundo ele, era conciliada com a ordem evitando assim desequilíbrios sociais.

A teoria de Comte no âmbito do positivismo vai, na última fase de sua vida, sofrer alguns reajustes. A reorganização social por ele proclamada sugere por esta altura, na sua fase final, que a mesma decorre de uma sistematização e propaganda imbuída de uma cultura intelectual afetiva e de sentimento, e não tanto, como defendera antes, uma cultura de divulgação intelectual nua e crua⁴⁷.

Nesta perspetiva, Comte desenvolvera uma religião da humanidade, assumindo-se como força integradora dos campos pessoais e sociais, integrando no conceito de humanidade uma lógica de continuidade entre o passado e o futuro, assegurada pelo contributo de sucessivas gerações que se notabilizaram por via de grandes feitos realizados para o desenvolvimento e progresso da humanidade.

No atual contexto, os republicanos vão adotar este conjunto de noções e conceções, adaptando-as à realidade portuguesa. Será nesse quadro que nos vamos quedar, em termos de investigação, noutra parte de nosso trabalho.

São notórias algumas ideias - força, advindas dos contributos de Comte, no pensamento e na ação dos republicanos. Podemos constatar que esta matriz de pensamento se consubstanciou no discurso e nas celebrações coletivas, ambos com fins propagandísticos numa primeira fase. Posteriormente, após a implantação da República, estes irão figurar, em conjunto com outras iniciativas, como meios de doutrinação e de garantir a legitimação do regime.

O fenómeno do positivismo é normalmente analisado no movimento das ideias. Não será legítimo esse corpo de ideias ser analisado segundo uma perspetiva religiosa? O positivismo,

⁴⁷ Comte, A. (1979). *Catecismo positivista ou exposição sumária da religião universal em onze colóquios sistemáticos entre uma mulher e um sacerdote da humanidade*. pp. 27-96. Mem Martins: Publicações Europa América. (Trabalho Original publicado em 1852).

não apresentando um discurso religioso, parece apresentar funções religiosas. O que importa para o nosso estudo é o processo através do qual essa teoria ou doutrina se tornou socialmente significativa. Importa perceber como e quando a mesma influenciou a percepção da realidade e as escolhas de um número significativo de pessoas.

O filósofo Keith Yandell propõe a seguinte definição de religião, a qual se afigura consentânea com o positivismo e em particular o nosso objeto de trabalho – A Primeira República.

“Uma religião é um sistema concetual que contem uma interpretação do mundo e do lugar que nele ocupam os seres humanos e que se baseia nessa interpretação e sua explicação para a maneira como a vida deve ser vivida, expressando essa interpretação e estilo de vida num conjunto de rituais, instituições e práticas” (Yandell, 1999, pp. 16-17.)

Autores e teóricos de nomeada, como Fernando Catroga, entendem que sistemas de ideias (positivismo) e regimes, como o republicanismo, devem ser vistos como religião civil por comportarem mitos, símbolos e ritos, decalcados muitas vezes das religiões históricas⁴⁸. A sua opção inclina-se mais para uma religião civil do que para uma religião, no sentido restrito do termo. No mesmo sentido Joaquim Pintassilgo, citando Jean-Pierre Sironneau, amplia o escopo da questão ao dizer que:

“as religiões políticas exercem geralmente as mesmas funções das religiões tradicionais, ou seja, elas procuram atenuar o sofrimento e a angústia inerentes à condição humana, oferecem proteção contra as ameaças, auxiliam à compreensão do mundo, favorecem a nossa identificação com a comunidade e inspiram sentimentos de devoção a uma causa” (Pintassilgo, 1998, p. 154).

Parece mais plausível, face ao exposto, pensar-se numa filosofia cuja laicidade não comporta a ideia de neutralidade, mas uma forma de religião civil que Pierre Nora, citado por Daniele Hervieu-Léger, diz ser um contra modelo que comporta: “o seu martirologio e a sua liturgia, os seus mitos, os seus ritos, os seus altares e os seus templos” (Léger, 2005, p. 213).

Em suma, estamos em condições de dizer que ideologias como o republicanismo, para além de retomarem traços característicos das mitologias antigas, reinventam os rituais dando-lhes caráter profano ao transferir a sacralidade deles para o campo político, servindo de compensação para uma laicização social.

Compreendida esta questão, passamos ao estudo de como se vai, a partir destas complexas ideias filosóficas, reconstruir a identidade e o imaginário nacional através de seus precursores.

⁴⁸ Catroga, F. (2010). *Entre Deuses e Césares Secularização, Laicidade e Religião civil*. (2ª Ed.). pp. 137-144. Coimbra: Almedina.

2- Teorizadores de uma nova história de Portugal.

2.1 O papel das elites intelectuais na refundação de Portugal.

Já atrás abordámos o papel decisivo da imprensa na projeção cultural e política. Numa época em que gozava total exclusividade em matéria de comunicação, a imprensa será um veículo poderoso a serviço das elites intelectuais na transmissão de ideias à população letrada, maioritariamente urbana das grandes cidades de então.

O vasto universo da comunicação social, concretamente os periódicos, permitia que se revelassem e empregassem novos valores do campo das letras.

Os grandes escritores portugueses, na grande maioria dos casos da época responsáveis por uma nova história de Portugal, foram produto da imprensa. Alinhados como críticos do regime, denominados por via disso como «dissidentes», literariamente pela engenhosidade de suas obras, fossem romances, poemas, desenhos, teatro e, sobretudo, pelo impacto apologético e reconfigurador da história que estas tiveram, foram alguns deles catalogados por «geração nova»

Os escritores portugueses da segunda metade do século XIX, apesar de críticos e reacionários, gozavam de liberdade para manifestarem suas opiniões na imprensa. Por seu turno, a mesma imprensa garantia influência pública. A força de tais figuras, volvidos mais de cem anos, ainda é notória, quanto mais em sua época. Basta citar Alexandre Herculano, Oliveira Martins, João de Deus, numa fase inicial, e os casos de Latino Coelho, Ramalho Ortigão, Consiglieri Pedroso, Antero de Quental, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, etc., numa fase mais adiantada e decisiva.

O génio literário e o sucesso de alguns autores ultrapassaram o estrito âmbito de suas obras; suas opiniões e ideias eram seguidas por uma considerável franja da população, na grande maioria homens de esquerda que haviam participado em momentos chave, como a questão Coimbrã de 1865 e a Conferência do Casino de 1871.

O núcleo duro dessa geração tornou-se conhecido durante a conjuntura revolucionária que Portugal viveu entre 1867-1871. A maioria vivia em Lisboa e Porto, tendo contato regular em locais privilegiados, fossem eles as companhias, os jornais, as escolas e os salões.

Na construção desse novo Portugal de nova identidade, os escritores não foram os únicos arquitetos, ainda que fossem parte considerável. Havia entre os precursores políticos, filósofos e cientistas que, no tempo devido, quer uns quer outros, serão analisados, dentro dos limites da investigação.

Inegável é o fato de que este grupo representativo de intelectuais atuava em grupo, segundo uma filosofia em que está presente a ideia peregrina de missão. Uma missão que

utilizaria a arte, a literatura, a filosofia e a política como instrumentos de observação da vida moderna e da reorganização social⁴⁹.

Observadores atentos da realidade do país, foram capazes de descortinar que a revolução liberal e determinado desenvolvimento era insuficiente. Ao mesmo tempo, a Monarquia e a Igreja Católica, fatores de coesão coletiva durante séculos, encontravam-se num processo de acentuada erosão. Para eles, havia que encontrar uma nova forma de expressão coletiva dos portugueses. Portugal precisava ser refundado.

Nas palavras do Dr. Rui Ramos, os intelectuais portugueses dessa geração surgiram como “uma espécie de sacerdotes laicos” (Ramos,2001,p.66). Legitimados pela sua posição, popularidade e percurso, manifestavam suas opiniões e teorias de uma forma tão convicta que pareciam “dotados de uma autoridade especial” (Ramos, 2001, p.66). Estariam estes agentes convencidos de suas ideias tinham algo de transcendente? Se não havia essa consciência, pelo menos passavam essa imagem de militância análoga ao fervor de tipo religioso.

2.2 A via cultural e científica como solução.

O trabalho dos intelectuais portugueses foi criar uma cultura de aquisição de identidade coletiva com o intuito de dar ao povo português confiança e energia aproveitadas no quadro político de inspiração republicana.

O projeto assentava na afirmação de uma legitimação de índole histórica, onde se destacam os grandes personagens, os acontecimentos e as ideias que marcaram, muitas vezes de um modo trágico, os combates pela concretização do ideal de desenvolvimento e progresso.

O triunfo da razão e a revolução científica, aliados a uma filosofia capaz de explicar e reforçar racionalmente uma conceção evolucionista acerca da origem do homem e da sociedade⁵⁰, deram-lhes fortes argumentos para justificarem a revolução cultural que propunham para Portugal. Legado que, na segunda metade de Oitocentos, será mediado pelo impacto de novas correntes filosóficas, “naturalismo, positivismo e espiritualismo”, adotadas por alguns destes precursores da nova nacionalidade republicana.

Em nome dessa crença na razão e, sobretudo, na ciência, ou melhor, da sua exploração de cariz ideológico, apresentada por nossos intelectuais como uma verdade definitiva e absoluta, dando-lhe carácter dogmático, fomentar-se-á uma militância empenhada em acelerar a chegada do que eles acreditavam ser o inevitável sentido universal e homogeneizador da história. Na

⁴⁹ Ramos, R. (2001). A cultura do patriotismo cívico. In Mattoso, J. (Dir.). *História de Portugal*. (Vol.6.).p.60. Lisboa: Editorial Estampa.

⁵⁰ Registe-se que a teoria da evolução das espécies de Darwin, receberá um contributo filosófico de Herbert Spencer que alargou o sentido da teoria para áreas como a política. Daí caber bem o termo evolução relacionado com a República no processo e atingir a perfeição. Figuras como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga, entre outros, aplicaram a teoria na sua engenharia social. cf. Pereira, A.L.D da C. (1997). *Darwin em Portugal (1865-1914). Filosofia, História, Engenharia Social*. (Vol. I.). p. 39. Coimbra: Faculdade de Letras.

verdade, pretendia-se reforçar a convicção nos ideais progressivos e emancipatórios herdados do século XVIII, afirmando-se a autonomia do indivíduo perante a transcendência ética da religião e sua capacidade de, por si mesmo, criar uma alternativa racional e nacional com intervenção no espaço público.

Neste contexto também é perceptível o fato dessas ideias se harmonizarem bem com o republicanismo e com a consagrada soberania do povo.

O novo cidadão e a sociedade projetada por estes intelectuais vão erguer-se mais tarde sob os auspícios da República e da sua sistematização dogmática, onde se inclui a emancipação da educação que se pretendia que fosse racional e historicamente nacional. É o cidadão instruído que chega à plena posse de si mesmo⁵¹. Nesta medida, o espírito humano e a humanidade tendiam para um gradual aperfeiçoamento de acordo com as ideias defendidas por estes precursores, cujas ideias eram de inspiração comteana.

A ciência e, principalmente, a educação proporcionarão o desenvolvimento económico, a emancipação política e o aperfeiçoamento moral, contrapondo a ignorância e os preconceitos, motivadores da decadência de Portugal, que seriam reduzidos a meros monumentos⁵². É evidente que isto nos comprova que os defensores dessa nova forma de ver o país e reconstruir sua história pretendiam apresentar-se como herdeiros diretos dos grandes vultos da liberdade de consciência e de pensamento⁵³. No fundo eles acreditavam (entre eles, Teófilo Braga) ser possível concretizar em Portugal esse desiderato pela ascensão de uma nova nacionalidade⁵⁴ que, a par do progresso e da República, concorrem para tornar a sociedade da época completa e perfeita⁵⁵.

3- Precursores e idealizadores de uma evolução histórica modeladora de uma nova identidade nacional.

O universo intelectual de onde são oriundos os precursores da nacionalidade mítica de fundo cientista é vasto. Perante esta contingência, houve necessidade de definir, no âmbito deste trabalho, um critério de escolha. Deste modo, optou-se por apresentar o contributo de um precursor por cada área de influência escolhida.

⁵¹ Braga, T. (1912). *Soluções positivas da política portuguesa*. (Vol.I). p. 7. Porto: Livraria Chardron.

⁵² Ibidem. pp. 20-21.

⁵³ A reconstrução de Portugal passava forçosamente pela recuperação da língua, baluarte da verdadeira expressão da Pátria. A par da história, da noção de raça, a língua figurava entre os alicerces da nação. Os intelectuais portugueses e escritores usarão tais recursos para afirmar a nacionalidade.

⁵⁴ Braga, T. (1912). *Soluções positivas da política portuguesa*. (Vol.I). p. 336. Porto: Livraria Chardron.

⁵⁵ Ibidem. pp. 20-21.

3.1 Escritor – Ramalho Ortigão.

Ramalho Ortigão (1836-1915), cronista de *As Farpas*, fazia dos episódios do quotidiano político, cultural e social, temas de reportagem. Considerado um crítico notável, a sua obra repercutiu-se, em termos sociais, pelo seu enorme valor.

Vivendo sob a influência do advento científico, acreditava, como muitos intelectuais portugueses de seu tempo, que fenómenos naturais teriam explicações científicas, como, também fenómenos culturais, por exemplo, o atraso de Portugal. As explicações científicas serviriam igualmente para justificar a teoria de que o ideal comandava e influenciava a realidade, como os fundamentos da nova identidade portuguesa.

A propósito disso, em 1876, uma carta que se tornou pública em *As Farpas*, dirigida ao Ministro da Instrução, refere que o ensino do português na escola deveria situar-se nas fontes da língua nacional⁵⁶. O mundo das ciências, entre as quais a educação, concorria no sentido de prever aquilo que já previamente se aceitava ser o fim da história, portanto a concretização plena da essência do homem entendido como ser universal e perfectível. Na crónica supracitada, em conformidade com o que acabamos de referir, diz, criticando a forma de instruir: “sobre a história não é apresentada em função do progresso do homem físico, intelectual, moral, económico e político” (Ortigão, 1876/1946, p. 31).

A sociedade portuguesa, segundo o autor, estaria longe de alcançar o patamar por ele desejado, faltando ao povo ideias em comum capazes de agregar e efetivar a nação em torno de um projeto que fizesse o país ressurgir. Em Portugal, insistia, “ não há interesses coletivos, não há solidariedade moral entre os cidadãos” (Ortigão, 1876/1946, p.38). Deste modo desabafava a respeito de Portugal que tinha governo monárquico sem que fosse uma pátria: “a pátria significa uma certa comunhão de ideias e nós não temos ideias” (Ortigão, 1876/1946, p. 39). Portugal é, e assim finaliza, “uma pura agregação territorial” (Ortigão, 1876/1946, p. 39).

A fórmula de conceber este diagnóstico revelador de um caos e de uma alternativa de natureza evolutiva e positiva da história de Portugal feita por Ramalho Ortigão será aproveitada pelos ideólogos da corrente republicana, eles mesmos defensores da mesma cosmovisão. De salientar que Ramalho Ortigão não pertencia às fileiras republicanas, embora neste particular tivesse opinião coincidente.

O cerne da questão era o progresso intelectual responsável pelo desdobramento do progresso moral da sociedade⁵⁷. Progresso e ciência eram duas faces da mesma moeda. Exemplo disso seria um artigo transformado em carta aberta à Câmara Municipal do Porto, aquando da inauguração da Ponte D. Luís I, em Janeiro de 1878. Ele chama a atenção para um evento de comemoração científica que foi capaz de agregar entre quarenta a sessenta mil pessoas. Uma adesão massiva que outrora era concitada em exclusivo, segundo as suas

⁵⁶ Ortigão, R. (1946). *As Farpas: Crónica Mensal da política, das letras e dos costumes*. Tomo XV. p. 28. Lisboa: Livraria Clássica Editora. (Trabalho original publicado em 1876-1878).

⁵⁷ *Ibidem*. p. 37.

palavras, pelo «fanatismo religioso» da sociedade, começava naquela altura a mostrar uma consciência cívica, como ele próprio frisou, advindo romagens e peregrinações centradas no avanço científico. A educação funcionária, neste processo, como elemento de formação do cidadão, ultrapassando o estrito limite das competências do foro académico⁵⁸.

Parece-nos que o trabalho de aculturação científica elaborado por ele, entre outros agentes sociais, e concretizado através de obras como aquela que se inaugurava, garantia uma coesão social que precisava de ter uma maior incidência no país: “Uma romagem de novo género exprime uma mentalidade nova” (Ortigão, 1878/1946, p. 170).

Inovador, nesta cerimónia de inauguração, foi não estarem presentes figuras de proa habituais neste tipo de andanças, como reis, representantes do exército, padres. Este foi um aspeto que não lhe passou despercebido. Além disso, a ciência exemplificada na obra da ponte compensa a ausência do religioso pela espiritualidade inerente e, nesta lógica, os arautos da ciência e do saber são os verdadeiros guias dos povos para operacionalizar uma mudança social, valendo-se num futuro próximo, do contributo político, ele mesmo um produto da própria ciência. Esta antevisão parece estar sugestionada nestas suas palavras,

“Um poder absolutamente novo, que não é o poder religioso nem o poder político, conquanto não firmado ainda nas instituições, revela-se já por este fato na compreensão dos espíritos. Este novo poder irrevogavelmente destinado a substituir todos aqueles que sob diversas normas têm gerido até hoje a direção da sociedade, é na esfera espiritual a ciência e na esfera temporal a indústria” (Ortigão, 1878/1946, p. 170).

Sendo a ponte

“a mais bela e a mais perfeita expressão simbólica desse poder, o qual o país inteiro acaba de prestar culto mais unânime, o mais desinteressado, o mais convicto, o mais solene de que há exemplo na história das manifestações do aplauso público” (Ortigão, 1878/1946, p. 171).

Uma nova tendência científica espiritual, tendo em Ramalho Ortigão um dos seus cultores, emergia como forma de estruturar a sociedade portuguesa, valendo-se de mecanismos próprios da religião.

3.2 Poeta – Antero de Quental.

Antero de Quental (1842-1891) foi outro construtor dessa nova ideia de Portugal, cujo contributo concorreu para fomentar as bases de apoio ao mito republicano.

A história, segundo o poeta, é igualmente peça fulcral dessa identidade que se pretende refazer. A história é reinterpretada e recontada de acordo com uma tese refundadora.

⁵⁸ Ibidem. p. 40.

Uma das peças incontornáveis nesta nova forma de ver e recriar o país é a celebrizada nas Conferências do Casino, em 1871, no discurso sobre *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. Este discurso, sob muitos aspetos, é uma das peças fundamentais do pensamento sociopolítico refundador do Portugal preconizado por Antero.

Sem querer traçar a evolução do seu pensamento nas diversas fases, preocupámo-nos essencialmente com os fundamentos filosóficos que permitiram que se conjugasse com as aspirações de muitos no que concerne à nova identidade.

Como muitos outros de seu tempo, Antero de Quental não foi imune às tendências de pensamento de Michelet, Proudhon, Hegel e, sobretudo, de Alexandre Herculano e de seu amigo, também ele de esquerda, Oliveira Martins.

Na política, uma das obras que o terá influenciado foi *Estudos Sobre a Reforma de Portugal*, de José Félix Henriques Nogueira⁵⁹, fundador do Partido Republicano.

Nas célebres conferências democráticas realizadas no Casino Lisbonense, um dos oradores foi Antero de Quental que, no discurso de 27 de maio de 1871, declarou que a intenção do movimento prendia-se em elucidar o povo português sobre as causas da decadência. Propunha-se, mediante investigações previamente feitas, elaborar uma síntese de ideias reorganizadoras da sociedade portuguesa, fundamentando-se em mudanças de ordem filosófica e científica que se repercutiriam, a muito breve prazo, no tecido mental português⁶⁰ em geral.

Na presente fase desta investigação importa perceber o que apontou Antero como resposta à decadência. Para ele, desde a idade média que o génio português se destaca pelo carácter da raça, capacidade de tornar-se independente e ser inventivo. Durante o grande movimento intelectual das nações cultas, a Península Ibérica, concretamente Portugal, excedeu-se tornando-se os seus representantes iniciadores nos estudos geográficos e das grandes navegações.

⁵⁹ Silva, A.C.L. da. (Org.). (1976). *Obra Completa de José Henriques Nogueira* (Vol. 1-4). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

⁶⁰ Quental, A. (1987). *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*. (5ª Ed.). Lisboa: Ulmeiro. (Trabalho Original publicado em 1871). A partir do *Ultimatum*, a reação literária ao Regime Monárquico mobilizará os escritores portugueses como um verdadeiro desígnio Nacional. Nesse lote consta Guerra Junqueiro. O sonho Democrático e Republicano, inspirado, em Guerra Junqueiro emerge como um potencial, que após implantada a República, irá perder fulgor, pela desilusão do poeta com rumo seguido pelo Regime.

Caso semelhante foi protagonizado pelo poeta Gomes Leal que participou em todos os sonhos e ilusões da república. Leal, G. (1873). *A Canalha*. Lisboa: Tipografia Universal. Os nobres ideais da República foram aos poucos negados na prática diária, desacreditados e contraditados. Deste modo, Gomes Leal também começa por abandonar o ateísmo, cientifismo e a própria República. Esse rompimento com o seu passado levá-lo-á a converter-se à fé católica. Leal, G. (1988). *A Senhora da Melancolia: Avatares de um Ateu*. p. 227. In *Poesias Escolhidas*. Lisboa: Circulo de Leitores.

Antero assevera que o trabalho intelectual era tão científico quanto a época o permitia. Sustenta ainda que, inaugurada pelo Infante D. Henrique, a famosa escola de Sagres de onde saiu Bartolomeu Dias, terá exercido influência, direta ou indireta, em vultos como Fernão de Magalhães e Cristóvão Colombo.

O mundo brilhante e engenhoso desses grandes talentos fez emergir figuras pontificais como Camões, Gil Vicente e Damião de Góis, passando, quase sem transição, para o mundo escuro.

Preconiza-se então o rompimento com os fatores que se identificam como causadores da decadência e da assunção de um novo destino mítico, firmado no passado glorioso e promotor da abertura para o futuro.

Antero de Quental via-se como um missionário “abrir e estabelecer, sendo uma espécie de sentinela do porvir em que a estrada da nova era, que outros, vagarosos de prudentes, só mais tarde pisarão” (Serrão, 1982, p. 34). Antero via-se a si mesmo como um faroleiro, ou melhor, como um sacerdote da história, mediando o período de transição para o progresso.

A poesia de Quental, nomeadamente as *Odes Modernas*⁶¹, conta novas ideias para se criar novas formas, mediante heróis de carne e osso, apelando deste modo à projeção do leitor nessa nova identidade que se quer infundir, atitude própria de um precursor.

Esse lado precursor é sentido quando se lê o poema História, no capítulo VI: “mal só deles vem não vem do homem, vem dos tristes enganados mas que os desfaça o raio, mas que os tomem as auroras, um dia, e logo o bem, que encobria essa sombra movediça, surgirá, como astro de justiça” (Quental, 1865/1983, p. 43). No mesmo capítulo exprime, de forma ainda mais clara e adocicada, esse seu lado de precursor consciente nas seguintes palavras,

“E, se cuidais que os vultos levantados pela ilusão antiga, em desabando, hão-de deixar os céus despovoados e o mundo entre ruínas vacilando; Esforça!
Ergue teus olhos magoados!
Verás que o horizonte, em se rasgando, É por que um céu maior nos mostre – e é nosso Esse céu e esse espaço! É tudo nosso” (Quental, 1865/1983, p. 43).

Com efeito, essa visão profética continua, “o mundo é todo uma alma nova, um homem novo, um deus desconhecido!” (Quental, 1865/1983, p. 116).

Em suma, Antero de Quental ajudou a reconstruir uma nova identidade mítica que serviu de base para anunciar a chegada de uma nova era de progresso. Os republicanos tirarão partido dessa teorização, apresentando-se como os herdeiros diretos do passado glorioso dos grandes vultos de Portugal, que se glorificarão sob o altar da ciência.

⁶¹ Quental, A. (1983). *Odes Modernas*. (2ª Ed.). Lisboa: Ulmeiro. (Trabalho original publicado em 1865).

3.3 Romancista – Eça de Queiroz.

O renomado Eça de Queiroz (1845-1900), autor de romances como *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Basílio*, *Os Maias*, *A Relíquia*, *A Cidade e as Serras*, entre outros ainda hoje lidos, estudados e recomendados, faz de romances obras artísticas que traçam um quadro de Portugal e sua contemporaneidade do último quartel do século XIX.

Através de uma visão satírica, apresenta os factos mais característicos da sociedade portuguesa, incluindo o Portugal citadino e rural e todas as suas classes sociais. Muito do que produziu em suas obras é fruto de sua observação e experiência. Escreve para que o leitor tenha a percepção do seu posicionamento em relação à realidade que apresenta na ficção.

O que se pretende nesta investigação, mormente no caso de Eça de Queiroz, é extrair suas principais ideias e não fazer uma análise documental exaustiva e detalhada dos seus romances. As ideias de Eça de Queiroz, no fundo, serão aproveitadas para moldar o imaginário de uma identidade marcada por uma clara decadência que urgia substituir.

Paradoxalmente, o estilo de Eça tem por tônica, mais a desconstrução do que propriamente a construção. Em *O Crime do Padre Amaro* anuncia o esgotamento e o declínio do poder político e da Igreja.

“Toda essa tarde se falou com excitação pela cidade da tentativa de assassinato de que estivera para ser vítima o senhor pároco. Algumas pessoas censuravam o administrador por não ter procedido: os cavalheiros da oposição sobretudo, que viram na debilidade daquele funcionário uma prova incontestável de que o governo ia, com os seus desperdícios e as suas corrupções, levando o país a um abismo! (Queiroz, 1878/2009, p. 294).

Nos dois romances dedicados ao clero (*O Crime do Padre Amaro* e *A Relíquia*) anuncia, como se de um apóstolo se tratasse, o esgotamento e o declínio do poder político e da Igreja. *O Crime do Padre Amaro* expõe a ideia de que todos temiam o surgimento da República, desde padres, funcionários do governo, nobres, etc. A maioria parece sentir-se tranquila porque, apesar de tudo, vê a República, ou qualquer outra transformação de caris revolucionário na sociedade, para tempos futuros.

“E crê Vossa Excelência que essas ideias de república, de materialismo, se possam espalhar entre nós?

O Conde riu: e dizia, caminhando entre os dois padres, até quase junto das grades que cercam a estátua de Luís de Camões:

- Não lhes dê isso cuidado, meus senhores, não lhes dê isso cuidado! É possível que haja aí um ou dois esturrados que se queixem, dizem tolices sobre a decadência de Portugal, e que estamos num marasmo, e que vamos caindo no embrutecimento, e que isto assim não pode durar dez anos, etc. Baboseiras!...” (Queiroz, 1878/2009, p. 527).

Na *Correspondência com Fradique Mendes* desmitifica a religião e humaniza Jesus, tentando revolucionar a nação, libertando-a dos mitos⁶².

A consciência do sagrado vai sendo atenuada através do avanço da ciência e Eça de Queiroz aproveita bem este fato conforme Beatriz Benini afirma:

“Presenciamos nos textos ficcionais em estudo um duplo movimento: (1) de dessocialização do sagrado, chegando-se à irreverência, por vezes profanação; (2) à socialização do profano, convertendo-se em manifestações do sagrado os sentimentos mais elevados, os ambientes que os acolhem ou suscitam, os valores mundanos em pauta” (Benini, 1982, p.240).

A escrita de Eça de Queiroz posiciona-se como contestatária da estrutura social e de poder, fundamentalmente da religião católica e das estruturas estatais, sem que isso se afigure uma filiação ao republicanismo.

O que pretendemos afirmar é que, embora não deixe transparecer essa filiação, na qualidade de romancista não deixa de ler os acontecimentos do seu tempo e, ao mesmo tempo que desconstrói uma identidade decadente de Portugal, projeta um Portugal novo, uma realidade sociológica de incremento cultural e republicano. Eça de Queiroz, qual precursor, exprime na ficção a inquietação das classes dominantes e resistentes à mudança, mas deixa laivos de esperança de que algo, ainda que aparentemente distante, estava para acontecer, sendo mais um contributo cultural que servirá os interesses dos republicanos.

3.4 Caricaturista – Rafael Bordalo Pinheiro.

O jornal será, a partir do século XVIII, um meio de comunicação social. A circulação de jornais permitiu que o conhecimento fosse democratizado, quebrou barreiras de ordem geográfica e propagou ideias e imagens com maior facilidade. A caricatura afigura-se como uma arma poderosa numa fase de enorme expressão da imagem gráfica.

A caricatura na imprensa portuguesa, embora fosse mais tardia, ganhará maior expressão a partir de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905). Segundo Osvaldo Macedo de Sousa “Rafael Bordalo Pinheiro deu à caricatura uma nova dinâmica, substituindo o realismo pelo naturalismo estético e introduzindo a ironia na crítica jornalística” (Sousa, 2010, p. 12).

A sua forma inovadora cedo fará dele mestre com seguidores. No entanto, mais que o género, as ideias é que marcarão o seu trabalho ligado ao desenho artístico, o qual se centrava no humor e na crítica social e política.

As imagens das caricaturas projetavam pensamentos, comunicando uma mensagem ao público que faria, por sua vez, uma leitura e compreensão do elemento iconográfico. Na perspectiva que estamos a trabalhar há ícones que são fulcrais no processo de fabricação de uma

⁶² Queiroz, E. (1921). *A Correspondência de Fradique Mendes* (6ª ed.). pp. 41-43. Porto: Livraria Chardron (Trabalho original publicado em 1900).

memória coletiva nova. Os desenhos de Rafael Bordalo Pinheiro cumprirão um papel premonitório através de figuras como o Zé Povinho, o Chapéu Frígio e a Mulher-República. Elementos constantes e anunciadores de uma nova época histórica para Portugal.

O Zé Povinho, criado em Julho de 1875, e publicado em *A lanterna mágica*, representava a síntese do povo português, revoltado mas ingénuo, alegre mas saudosos; o personagem que passa a vida em servidão⁶³. O sonho do caricaturista é que ele, um dia, se levante e se revolte⁶⁴.

O barrete frígio, usado pelos escravos romanos e ligado à emancipação dos mesmos, ficou associado à liberdade. Na revolução francesa assumiu relevo como peça de indumentária símbolo da mesma. A partir de então tornou-se uma peça iconográfica do republicanismo.

Sempre que se pretendia abordar a República usava-se o barrete como sombra, como espírito, como chapéu da figura feminina da República, ou até mesmo na cabeça do Zé Povinho. Num dos seus desenhos Bordalo Pinheiro representa Portugal através de uma árvore que representa o Zé Povinho, cheia de parasitas, mas com rebentos que representam os republicanos, a única esperança vaticinada para o país⁶⁵. Apontando no mesmo sentido, mas como uma realidade mais próxima, a República é representada através de uma caricatura onde o barrete frígio surge como uma sombra⁶⁶.

Rafael Bordalo Pinheiro, na sua iconografia, vai narrando o final da história, bem ao jeito do positivismo comteano, como aconteceu no jornal *Pontos nos ii*, quando descreve o triunfo da República Francesa através do desenho artístico. O retrato apresenta o gigante da moderna Galileia, a França, espelhada no Arco do Triunfo, de onde emerge uma figura de divinização humana. Em baixo, uma inscrição que diz “rasgou-se o véu do templo”, aludindo à inauguração de uma nova fase, a França republicana, realização final que outras nações aguardam atingir. No desenho, Portugal figura na cauda da fila⁶⁷ para o mesmo fim.

Os heróis retratados por Rafael Bordalo Pinheiro em seus desenhos são personagens reais cuja heroicidade tem carácter contínuo. Os seus feitos desenvolvem-se ao longo do tempo, não sendo apresentados como meras figuras ficcionais, como o defendido pela produção euro-americana do género.

⁶³ França, J.A. (1980). *Rafael Bordalo Pinheiro. O Português tal e qual*. p. 114. Lisboa: Livraria Bertrand.

O historiador João Medina, um dos maiores investigadores da figura do Zé Povinho, afiança que a figura em questão, muitas vezes de mãos nos bolsos, representou e representa ainda hoje o português apático e conformista. O seu valor excede a história da Arte e a história da Caricatura, sendo um auto-retrato que sintetiza os arqueísmos mentais e sociais coletivos do português. Medina, J. (2004). *Zé Povinho sem Utopia: Ensaio sobre o Estereótipo Nacional Português*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

⁶⁴ Pinheiro, R.B. (1884, 3 de Julho). As Eleições em Lisboa. In *O António Maria*. Nº 266. p. 209. Lisboa: Litografia Guedes.

⁶⁵ Pinheiro, R.B. (1883, 4 de Janeiro). Botânica Política. In *O António Maria*. Nº 188. p. 8. Lisboa: Litografia Guedes.

⁶⁶ Pinheiro, R.B. (1884, 26 de Junho). As Fogueiras eleitorais em Véspera de S. Pedro. In *O António Maria* Nº 265. pp. 204-205. Lisboa: Litografia Guedes.

⁶⁷ Pinheiro, R.B. (1885, 28 de Maio). A Galileia Moderna. In *Pontos nos ii*. Nº 4 (1). p. 4. Lisboa: Litografia Guedes.

Resta mencionar que nos vários jornais onde entreviu, neste âmbito, sempre desenhou em termos propagandistas, fosse propaganda informativa ou ideológica, dando ênfase a exposições artísticas, industriais e científicas.

Como se pode verificar por estes poucos mas contundentes exemplos, a obra artística de Rafael Bordalo Pinheiro foi capaz de retratar e recriar o povo português, ao mesmo tempo que incitava e pronunciava uma nova fase na vida do país, tendo na República o seu expoente máximo. Para finalizar, importa destacar que o seu uso de imagens religiosas católicas, na maioria das vezes, foi aplicado fora do seu sentido original, ou seja, em benefício de uma socialidade política de contornos republicanos.

O objetivo era recentrar a organização social no futuro regime que operaria uma regeneração, uma refundação e uma redenção do país, abandonando velhas formas de organização e venerando o homem que, no processo evolutivo, participa como criador da história.

3.5 Dramaturgo – Henrique Lopes de Mendonça.

Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931) nasceu em Lisboa. Irá tornar-se oficial da Armada, destacando-se e tornando-se conhecido como escritor de diversas peças teatrais, folhetins e a ópera *O Tição Negro*. No seu extenso e diversificado currículo artístico, destacam-se as peças de teatro. Do seu acervo teatral podem destacar-se obras como *Duque de Viseu* e *Afonso de Albuquerque*.

As duas obras resumem algumas das ideias que temos vindo apresentar. Nomeadamente a necessidade de refundação (*Duque de Viseu*) e de que forma se poderia realizar esse desiderato (*Afonso de Albuquerque*).

Na peça *Duque de Viseu* a refundação passa por uma regeneração social, operada em socorro do povo empobrecido, face a uma nobreza tirânica e esgotada. O drama granjeou para si os mais rasgados elogios da crítica e galardões conferidos pelo monarca, apesar do enredo comprometedor do drama para o regime vigente. O reconhecimento do público adveio pelo primor artístico e pelo argumento de forte pendor decadentista, onde prevalece a ideia de uma inevitável redenção da nação.

No jornal *Pontos nos ii* o reconhecimento desse papel pedagógico é levado ao extremo, ao ponto de Rafael Bordalo Pinheiro considera-lo “glorioso drama” (Pinheiro, 1886, pp. 372-373).

O imaginário novo que se pretendia construir precisava primeiro de uma antítese que se revelasse, não só como uma explicação racional para os males do país, mas que desse a ideia de que se precisava de uma mudança completa. O drama, neste caso, funcionava como uma identificação desse cenário, ao mesmo tempo que transportava o espetador para o campo da participação cívica.

No caso da peça *Afonso de Albuquerque* o que se pretende é que, mediante essa figura, seja apresentado o modelo de tantas e reais virtudes, conferindo ao antepassado o exemplo do talento, aliado ao caráter ímpoluto.

Ele próprio admite que “foi principalmente o passado de Portugal a fonte dos meus incontestáveis triunfos” (Sampaio, 1926, p. 4). Na verdade, para o precursor da nova identidade, a história justificaria a rejeição de um passado relativamente recente, resgatando um mais longínquo e messiânico, no caso de Afonso de Albuquerque, para perspetivar o futuro histórico de todas as realizações⁶⁸.

O Jornal *O António Maria*, pela pena de Rafael Bordalo Pinheiro, dá o devido eco disso ao referir-se ao drama em questão como: “um grande fundo de lição a aproveitar nesta desoladora oportunidade, quando, entre nós, a ideia de pátria, de honra nacional, de independência ativa, parece esbatida ao ponto de quase se perder por completo” (Pinheiro, 1898, p. 2). E passa dessa linha de desconstrução, para uma reconstrução elaborada a partir de um resgate, fazendo paráfrase de uma passagem de um sermão do Padre António Vieira, chamado *Sermão de Santo António*, escrito para ser pregado em Roma em 1672:

“E assim como esse astro dominou com estupendo resplendor o seu glorioso século, assim escureceu todos os séculos passados. Até que, tendo subido do Oriente, como o mesmo sol, tendo subido ao Zenith, dando volta ao globo, resplandecendo sempre e alumando terras e mares – ei-lo por fim chegado aos horizontes da Lusitânia, das terras do Ocidente a mais Ocidental, e aqui se afogam os raios de sua luz, e aqui desaparece, perece e se sepulta toda aquela pompa de glorioso esplendor” (Pinheiro, 1898. p. 2).

O próprio Henrique Lopes de Mendonça e outros artistas simbolizavam o ressurgimento nacional e a redenção operada pela cultura. O precursor não era apenas o portador da mensagem, senão também construtor da mesma. Ele mesmo, enquanto agente social e cultural, era um redentor.

Vejamos o que se dizia dos artistas: “são relíquias, quase desprezadas, por quem mais deveria cuidar deles” (Pinheiro, 1886, p. 370). Noutro número do Jornal *Pontos nos ii*, numa homenagem a um ator que morrera, é referido “o pobre mártir” (Pinheiro, 1886, pp. 324-325).

De referir ainda que na sua obra há que destacar o fato de ter escrito a letra do hino de reação ao *Ultimatum* inglês. Sem querer reproduzir e tecer considerações faustosas sobre o hino

⁶⁸ O processo que envolve o conceito de memória é vasto. No caso que nos interessa é a memória coletiva que é reinterpretada. A memória coletiva segundo Le Goff comporta para os povos a memória não escrita e a memória escrita (culturas orais e escritas). Le Goff, J. (2000). *História e Memória*. (Vol. II.). p. 13. Lisboa: Edições 70.

Por sua vez Leroi-Gourhan explica que a memória coletiva pode ser dividida em cinco períodos da história. O período da transmissão oral, o da transição escrita, em tabuas ou índices, o das simples fichas, o da mecanografia e o da classificação por séries eletrónicas. Leroi, G.A. (1981-1983). *O Gesto e a Palavra*. p. 58.(Vol. II.). Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1964-1965).

e sua letra, limitamo-nos a dizer que, por um lado, o hino evoca o passado glorioso transformando-se no símbolo agregador de uma identidade nova acicatado pelo *Ultimatum* inglês, por outro, essa onda de nacionalismo galgou ainda mais território e sentimento português adentro, resistindo ao tempo, tornando-se Hino Nacional depois da proclamação da República, quase vinte anos depois.

Henrique Lopes de Mendonça fica associado à autoria de um hino que se tornou a única resposta de uma nação a uma ameaça. O mesmo hino tornou-se uma espécie de profecia da aparição da República que, por sua vez, o adotará para seu hino oficial.

3.6 Filósofo/Político – Teófilo Braga.

A filosofia e a política da segunda metade do século XIX foram marcadas, de modo indelével, por Teófilo Braga (1843-1924). Foi um dos destacados políticos do Partido Republicano Português. Destacou-se como ideólogo político e ocupou cargos importantes nas lides académicas e científicas. Mais tarde exerceu também funções políticas.

Como filósofo que era, preocupou-se com a falta de ideias políticas para o país. Ele via na literatura uma compensação para essa ausência porque nela se despertava o sentimento nacional.⁶⁹ Seria um bom começo, uma vez que Genet fez uso dessa prerrogativa⁷⁰.

Teófilo Braga acreditava que, numa fase mais adiantada, surgiriam ideias novas trazidas pela literatura, permitindo que o país fosse refundado⁷¹. Criadas as condições necessárias para que o projeto da República se concretizasse, ela “nasce de uma aspiração, opinião e ideia” (Braga, 1912, p. 66).

No seu ideário, preconizava que os grandes escritores dos primeiros três terços do século XIX foram os plantadores de sementes de ideias novas para Portugal. Ideias que precisavam ser reunidas, desenvolvidas e estruturadas para que se levantasse um Portugal novo, intelectualmente consciente e ativo, tendo como pano de fundo a sua história. Caberia a ele, entre outros, essa função.

A função dessas ideias é concretizada nos volumes que escreveu sobre *As Modernas Ideias da Literatura Portuguesa*. Tomando por referência essas novas ideias, fala de Almeida Garret cuja obra serve de protesto contra a decadência e apatia mental que despreza a educação científica e filosófica⁷². Na verdade, Almeida Garret e Alexandre Herculano, dois dos grandes vultos do movimento cultural romântico, foram citados por Teófilo Braga nesse livro. Foram modelos de inspiração iluminista, produto de uma época em que o processo social e político levou à consolidação do liberalismo monárquico. Intelectuais que ascenderam à ribalta por

⁶⁹ Braga, T. (1892). *As modernas ideias da literatura portuguesa*. (Vol. I). p.87. Porto: Casa Editora Lugen & Genelioux.

⁷⁰ Ibidem. p. 26.

⁷¹ Ibidem. p. 47.

⁷² Ibidem p. 45.

mérito viam-se no papel de mediadores, assumindo-se como educadores, tendo em vista uma revolução cultural capaz de ajudar a reformar e construir uma nova sociedade em que os indivíduos se comprometessem, quer pessoal quer coletivamente, nesse processo.

Teófilo Braga defende a continuidade, o aprofundamento e o alargamento dessas ideias que haviam sido, de certo modo, abandonadas pela geração sucedânea de Garret e Herculano⁷³. À semelhança da época desses escritores, volta-se a considerar a possibilidade de regeneração de Portugal. Nas palavras de Teófilo Braga, os exemplos de Garret e Herculano eram os de escritores que deixaram como legado o facto de serem os representantes das tradições do país e o sustentáculo de reputação científica⁷⁴.

Em Alexandre Herculano, Teófilo observa o rigor científico dos romances patrióticos⁷⁵ que funcionam como voz de profetas anunciando novos tempos.

O problema enfrentado por essa geração prodigiosa na assunção de suas ideias deveu-se ao fosso cultural entre as elites intelectuais. Desse divórcio resultou o fracasso do movimento. “É o país que mais desconhece a sua história. Daqui resulta o abandono nacional na arte, o desprezo pelos seus monumentos, a separação lamentável entre escritores e o povo” (Braga, 1892, p. 363). A proposta de Teófilo Braga para colmatar essa lacuna passa por ver na nação o meio homogéneo dos portugueses retomarem as ideias dos homens que haviam penado por eles. O país havia de levantar-se da situação calamitosa através de sua moral e da consciência assumida de um grande destino que em breve se iria concretizar:

“nas crises sociais e história por que passa uma nação, quando se transforma ou conflagra na luta pela existência, o seu principal apoio não consiste nos impactos de força indisciplinada, que se desprende em sacrifícios estéreis para entregar-se cansada à fatalidade dos acontecimentos ou ao arbítrio de um déspota; a sua resistência reside completamente em uma ideia ou um sentimento, que deem convergência a todas as energias. O sentimento de pátria é essa força moral, que suscita os altos caracteres e as sublimes dedicações. Portugal é de todas as nações da humanidade, a que com menos recursos materiais e antes pelo impulso moral do sentimento autonómico de sua nacionalidade, assimilou mais profundamente o seu lugar na história da civilização” (Braga, 1892, p. 111).

O sentimento de nacionalidade, segundo estas palavras, era a maior força de Portugal e o responsável por uma nova mentalidade que evoluiria e que se consubstanciaria numa unidade nacional e na refundação de Portugal, tendo em Teófilo Braga uma das suas vozes proféticas.

No seu livro *Os Centenários* refere que a síntese afetiva nas sociedades modernas funcionava como substituto da religião, onde os homens se congregavam à volta de exposições

⁷³ Ibidem. pp. 95-98.

⁷⁴ Ibidem. p. 46.

⁷⁵ Ibidem. p. 47.

e de novas noções morais de solidariedade humana, manifestando-se no centenário dos grandes homens ou dos grandes sucessos pelo, chamado por ele, poder espiritual da ciência⁷⁶.

De acordo com sua tese, expunha nesse mesmo trabalho três meios que conjugados proporcionariam, de modo generalizado, uma pujante síntese afetiva no seio da sociedade portuguesa. Os meios seriam, a saber, os congressos frequentes, tornando a ciência cosmopolita, onde os problemas teóricos seriam alvo de especulação e, de modo coordenado, se poderiam definir, apontando para o triunfo da ciência. As exposições seriam a montra dos produtos industriais, exprimindo o progresso coletivo e estimulando o génio inventivo. Por fim, os centenários dos grandes homens que trouxeram, com os seus contributos, mais-valias à evolução do país. Escolhendo, cada povo, o génio que era a síntese do seu carácter nacional, o que o melhor exprimia⁷⁷.

Aparentemente, o que se pretende é a modernização e o progresso do país. Todavia, essas propostas, para serem agregadoras não são apresentadas, por si só, como valores neutros adaptados às necessidades humanas. Surgem motivadas pelo elemento racional associado a um significado novo de sentimento, próximo do sentimento de veneração religiosa, a formas de poder e de síntese em grande ascensão na época: A ciência, a indústria e a nação.

Teófilo Braga, na pele de percussor nesta síntese efetiva, apresentou uma nova ordem coordenadora, harmonizadora e solidária, capaz de ser disseminada em massa. Em suma, transformando a mentalidade portuguesa numa nação reconvertida, moderna e, para breve, republicana, resultante de todo esse processo.

4- Os heróis símbolos de um Portugal novo em reconstrução.

4.1 A figura do herói.

O papel dos precursores não ficaria completo se não fosse ressaltada a figura do herói, ele mesmo um modelo precursor de valores a adotar. A validade do projeto de uma nova nacionalidade, no qual os republicanos tiveram uma cota parte, precisava de figuras-mito inaugurais, projetando assim o passado em função das necessidades do presente que se quer legitimar. Neste prisma, o precursor já falecido ganhava uma maior dimensão profética, sobretudo se sua morte fora precoce.

A recuperação de uma certa leitura do passado, em que se sugestiona uma filiação e uma continuidade histórica herdada pelo Republicanismo, visava fornecer a ideia de que o novo movimento emergiu do melhor do antigo e, desta forma, a partir de 1880 os republicanos (e não só) organizarão celebrações de glorificação dos grandes vultos da história nacional, romagens e funerais para projetarem uma liturgia cívica.

⁷⁶ Braga, T. (1884). *Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. p. VI. Porto: Tipografia A.J. da Silva Teixeira.

⁷⁷ *Ibidem* pp. 2-5.

O movimento republicano estava, por essa altura, a reestruturar-se ideológica e organicamente e a componente histórica atrás referida era igualmente suportada pelo campo simbólico, assegurado por comemorações realizadas em cada vez maior número e com taxas de adesão absolutamente grandes.

O ativismo republicano foi preponderante na organização deste tipo de homenagens, dando mostras de modificações no campo simbólico. Era o prenúncio de que as mesmas iriam acentuar-se após a instauração da República⁷⁸.

O herói, de acordo com os ideais dos republicanos, seria a figura que reuniria no seu perfil o conjunto de qualidades coletivas da nação. Essa característica já foi estudada neste trabalho na perspetiva dos precussores da refundação mítica de Portugal.

As celebrações apoteóticas dos heróis não foram um exclusivo português. Teófilo Braga, em seu livro *Os centenários*, esclarece que os cultos cívicos em causa foram uma realidade em França, com os centenários de Voltaire e Rousseau (1878)⁷⁹. A reconstrução memórica da influência filosófica de Auguste Comte, pelas suas características, visava a identificação coletiva. A propósito, Comte assegura que: “os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos: esta é a lei fundamental da ordem humana” (Comte, 1852/1979, p. 55).

4.2 Culto aos heróis.

O movimento republicano no seu militantismo, apropriando-se da figura do épico e resgatando, neste simbolismo, o período de grandeza da pátria, vinculará nessa homenagem a promoção de festividades de conotação cívica. O projeto político visava encerrar a esperança de regeneração da pátria decaída e as comemorações seriam mais uma expressão de que a República era um messianismo de teor social⁸⁰.

A ênfase dada nas apoteoses dos “grandes homens” ao impulso republicano popularizado entre as massas promoverá a nação, no fundo, a uma nova família das famílias. Exemplo dessa conjuntura propícia verificou-se nas transferências, com cortejo cívico, dos restos mortais de

⁷⁸ Catroga, F. (2010). *O Republicanismo em Portugal: Da formação ao 05 de outubro de 1910*. (3ª Ed.). Lisboa: Casa das Letras.

⁷⁹ Braga, T. (1884). *Os Centenários com síntese afetiva nas sociedades modernas*. p. 153. Porto: Tipografia A.J. da Silva Teixeira.

⁸⁰ Braga, T. (1880). *História das ideias republicanas em Portugal*. pp. 210-215. Lisboa: Nova Livraria Internacional.

Guerra Junqueiro, na linha da teoria do decadentismo português, reconfigura a Pátria portuguesa numa personagem marcante: O Doido, em sua poesia *Finis Patriae*.(1890). Junqueiro, G. (1912). *Finis Patriae*. Porto: Livraria Chardron Lello & Irmão.

A mesma personagem, anos mais tarde (1896), na poesia *Pátria*, é caracterizada pela ausência de nome e vestígios de consciência da sua identidade, o que anda perdido de si, um alienado. A alternativa política à Monarquia decadente é a República regeneradora, sendo Guerra Junqueiro um dos seus anunciadores. Junqueiro, G. (1940). *Pátria*. pp. 11, 221. Porto: Lello & Irmão Editores.

Luís de Camões e de Vasco da Gama (1880), bem como os de Alexandre Herculano (1888) e de Almeida Garret (1903)⁸¹.

A construção desse complexo mítico da nova identidade portuguesa de matriz republicana necessitava de ter modelos, exemplos de talento e virtudes, nalguns casos superlativados. Esta última ideia está intimamente associada ao culto da pátria. Os grandes homens da história nacional irão ser colocados ao serviço dessa construção matricial, fazendo-se precursores e apóstolos de todo um sistema, no qual a hagiografia cívica seria um elemento de criação e fortalecimento da solidariedade Nacional.

A comemoração dos centenários de figuras como Camões (1880), Pombal (1882) e Alexandre Herculano (1888 e 1910), por exemplo, são demonstrativos de uma imortalidade que se pretendia garantir. Tais comemorações serviam para que houvesse uma evolução mental e afetiva que se traduzisse numa unanimidade nacional. Teófilo Braga explica-nos isso mesmo nestes termos: “O sentimento de veneração é das principais forças coordenadoras das sociedades humanas” (Braga, 1884, p. IX) e assevera também que: “a consciência moderna achou a forma perfeita de sua síntese afetiva” (Braga, 1884, p. IX).

Revaloriza-se, deste modo, por via dos centenários e comemorações, o panteão Nacional e, no caso que nos interessa, transformam-se essas figuras em arquétipos dos valores que se pretendem para o país. Os ideólogos veem na República a única forma dos valores expostos ganharem expressão final, em termos de nacionalidade. “O nome e a obra de Camões estão individualmente ligados ao futuro da nacionalidade” (Braga, 1884, p. 21). “O nome de Camões será divisa da individualidade nacional” (Braga, 1884, p. 23).

Os destaques nessa galeria de heróis cultuados são os mais diversos, desde Nuno Alvares Pereira, símbolo da independência, ao Infante Dom Henrique, que exemplificava a expansão portuguesa. O passado invocado nessas comemorações não foi apenas tardio. O passado recente, época a que nos reportamos no estudo, é visitado. Os casos mais representativos do génio literário português, como Camilo Castelo Branco, Alexandre Herculano, a quem Teófilo Braga chama de “o sábio perfeito, íntegro e incorruptível” (Braga, 1892, p. 45) e Almeida Garret são invocados.

O papel de maior destaque nessa galeria de heróis vai para Camões, um Camões mítico, representativo da alma nacional, um Camões que evoca nos seus poemas a grandeza histórica e imperial a ser resgatada para a identidade na: “festa do Centenário de Camões com a sua força a manifestação do rejuvenescimento nacional” (Braga, 1884, p. 50).

Teófilo Braga tornou-se o grande promotor dos centenários e sistematizou a teoria que suportou esse tipo de festas. Tomando por referência o caso mais paradigmático, o Centenário de Camões, Teófilo afirma que no momento histórico vivido por Portugal naquela época de

⁸¹ Catroga, F. (1996). Ritualizações da história. In Torgal, L.R., Mendes, J.M.A. Catroga, F. *Histórias da História de Portugal: Séculos XIX – XX*. pp. 551-562. Lisboa: Círculo de Leitores.

crise material, mas que também qualifica como espiritual, os centenários serviam para uma “revivência nacional” (Braga, 1884, p. 10) que simbolizava a síntese afetiva no que concerne às aspirações quanto à nacionalidade⁸². O Centenário de Camões foi uma espécie de Batismo de Conversão, fazendo reviver Portugal⁸³. Camões afirmou a nacionalidade quando retratou poética e artisticamente a descoberta do caminho para o Oriente, a qual demonstra o seu contributo para o progresso humano, simbolizando uma nova civilização⁸⁴ e sintetizando as aspirações do mundo moderno⁸⁵.

De facto, o associativismo de classes, organizado e em ascensão na época, unir-se-á em celebrações como esta e, como mais tarde teremos oportunidade de ver, em outras, como romagens e funerais.

O peso associativo no Centenário foi grande. No cortejo cívico estavam representadas cento e cinquenta associações, fora as quarenta mil pessoas da população⁸⁶, demonstrativas de uma concordância generalizada quanto a um sentimento nacional novo⁸⁷ que estava, aos poucos, a ganhar expressão pública nas ruas.

Teófilo entende que a sociedade portuguesa, mediante o passado que condensava valores criadores de afetividade, se estava a unir ao projeto de uma nova nacionalidade associada à República, “O Centenário de Camões significa uma coisa, que este povo é capaz de se mover por uma ideia” (Braga, 1884, p. 53).

O contributo histórico das novas ideias de moralidade e o fator artístico foram aspetos que corroboraram para se recriarem novos valores para a identidade de Portugal, sendo os republicanos os principais beneficiários dessa reconstrução.

4.3 Os mártires como precursores.

“Foi a apoteose da República. Tudo quanto se possa imaginar de grandioso não dá uma ideia aproximada do que foi a homenagem prestada hoje aos ilustres mártires Miguel Bombarda e Cândido dos Reis” (*A Capital* [AC], 1910, pp. 1-2).

Desta forma enfática, o jornal *A Capital* de 16 de Outubro de 1910 noticiava os funerais de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis. Na época, não houve a preocupação de averiguar em que condições se teriam dado o assassinato de Miguel Bombarda e o suicídio de Cândido dos Reis. A ideia e a forma de olhar os acontecimentos era como se eles tivessem sido vítimas diretas das forças contra revolucionárias. Esta versão mitificada apenas seria compreendida se lida no contexto do papel dos mártires como veículos de legitimação de ideias sociais.

⁸² Braga, T. (1884). *Os Centenários como Síntese afetiva nas Sociedades Modernas*. p. 13. Porto: A.J. da Silva Teixeira.

⁸³ *Ibidem*. p. 14.

⁸⁴ *Ibidem* p. 18.

⁸⁵ *Ibidem* p. 20.

⁸⁶ *Ibidem* pp. 62-63.

⁸⁷ *Ibidem*. p. 58.

A morte como rito de passagem foi utilizada, nestes dois casos, para consagrar civicamente dois heróis póstumos de uma revolução que se queria afirmar e ser reconhecida em termos populares. Ambos gozavam de prestígio intelectual e político. Suas figuras simbólicas de heróis/ fundadores facultavam, nos seus funerais, a adesão ao novo regime, a República, ao mesmo tempo que práticas de socialização cívica forneciam novas formas filiadoras e de identidade social⁸⁸.

As mortes trágicas de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, ocorridas na véspera do 05 de Outubro, foram revestidas de uma aura mitificada. A própria descrição jornalística do funeral do jornal *A Capital* é de contornos místicos. Os dois defuntos são chamados de “mortos gloriosos”, trabalhadores incansáveis para que o país obtivesse liberdade.

Os seus funerais revestiram-se de enorme significado para a República nascente, sendo os primeiros a merecerem honras Nacionais. Quer os velórios, quer os funerais em si, foram acontecimentos morosos, tudo feito de modo a incorporá-los numa memória coletiva do momento refundador da nação, a República⁸⁹.

Os funerais foram um acontecimento de enorme impacto, tendo em conta a multidão que afluiu, e serviram para sufragar o novo regime, tornando-se mesmo símbolos do fecho do ciclo revolucionário e do início de uma fase nova. A propósito disso, António José de Almeida, na altura Ministro do Interior do Governo Provisório, à beira do túmulo afirmou “O dia de hoje deve encerrar o período propriamente revolucionário da República. Ele fecha com a apoteose heroica de dois beneméritos da pátria” (*O Século* [OS], 1910, pp. 1-2.).

Apesar do carácter dramático que sempre envolve a morte, no caso concreto não deixa de ser uma feliz coincidência para a nova República. Os antecedentes políticos dos falecidos e o contexto revolucionário e mítico favorecem a ideia percussora do mártir que luta e morre por um ideal que a sua morte ajuda a imortalizar.

⁸⁸ Catroga, F. (1999). Os funerais civis. In *O Céu da Memória. Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos*. pp. 167-170. Coimbra: Minerva.

⁸⁹ Os funerais foram instrumentalizados politicamente. O velório realizou-se na Câmara Municipal de Lisboa, espaço republicanizado, entre o dia 8 de outubro a 16 de mesmo mês. Os funerais começaram às 13 horas e terminaram, à luz de archotes, às 19:05. O cortejo e o seu trajeto, organizados por classes associativas, escolas, bandas filarmónicas e o povo, revestiram-se de enorme significado político e de um novo consenso Nacional. Os pormenores deste tipo de culto cívico serão alvo de análise posterior, noutro capítulo, dentro do âmbito desta investigação. Para a descrição pormenorizada do cortejo, leia-se Guimarães, M. (1910, 16 de Outubro). A Apoteose. In *A Capital*. Nº 108. (1). pp. 1-2.

III OS CRIADORES E MEDIADORES DE UMA IDENTIDADE MITIFICADA.

No capítulo anterior desta investigação, foi possível concluir que o esforço conjunto de diversos quadrantes sociais traçou, de modo precursor e quase uniforme, um quadro novo em termos identitários. A construção dessa nova identidade só estaria completa quando se instaurasse a República, correspondendo esta à última e decisiva fase do processo.

A reinterpretação da identidade no período anterior à Primeira República assentou numa visão messiânica. Portanto, estabelecer a República significava por si só estabelecer o que faltava para que o povo português conseguisse a almejada regeneração social do país. Uma vez instaurada a República, automática e instantaneamente se atingiria a regeneração coletiva. Essa ideia acompanhou o discurso de todos os vetores afetos à causa republicana.

Proclamada a República, havia a consciência de que, para a consolidação do novo regime não bastavam as mudanças de foro político apenas, sendo efetivamente necessário implantar a República no tecido social da nação, ou seja, nas consciências. A tarefa tinha o seu grau de dificuldade pois propunha-se em levar o povo a uma adesão afetiva que ultrapassasse a mera revolução política.

A nossa investigação pretende, neste capítulo, identificar os pilares utilizados para dar consistência e garantias futuras na construção do cidadão novo, segundo o critério mitificado de nacionalidade veiculada pelos precursores.

A ideia era associar e fundir o país e o Estado Republicano num só, cabendo aos políticos e à escola⁹⁰, principalmente, a função de socialização política e aculturação. No fundo, a grande finalidade era educar civicamente de modo a formar cidadãos que fossem capazes de viver segundo os preceitos democráticos. Por outro lado, a formação de cidadãos de acordo com uma identidade reconstruída sob os auspícios da República seria o meio privilegiado de consolidar o regime que sofria de uma frágil base social de apoio, designadamente junto das populações do interior.

A República precisava ser enraizada nesse vasto mundo rural. A educação cívica tornava-se assim um instrumento indispensável com vista à rápida propagação e estabilização do regime⁹¹.

⁹⁰ A falange de apoio ao republicanismo assentava esmagadoramente em profissões cujo desempenho era necessário possuir o curso superior ou, pelo menos, a instrução elementar, o que nos permite afirmar que o republicanismo, através de uma elite intelectual, pensava o futuro do país e buscava inverter a situação do país regenerando-o e fazendo-o ressurgir através da educação.

⁹¹ A este respeito, veja-se Nóvoa, A. (1989). *A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades, Reformas de Ensino em Portugal Reforma de 1911*. Lisboa: I.I.E.

A educação ganharia uma dimensão nunca vista em Portugal devido à sua valorização conferida pelos agentes políticos. A criação do novo cidadão, na verdade, era um esforço conjunto do poder político e da escola. Os políticos enfileirados no republicanismo português assumiam que a revolução política devia ser acompanhada pela revolução cultural.

1- Os políticos republicanos – figuras centrais do processo de recriação da nacionalidade.

1.1 Fenómeno social e cultural.

A face mais visível do republicanismo e da própria República foi o Partido Republicano Português (que mais tarde dará origem a três formações políticas republicanas), embora não se esgotasse nele⁹². Nas suas fileiras, o partido republicano dispunha de um leque de individualidades que se impôs pelo seu dinamismo, carisma e, sobretudo, por suas ideias, entre elas o desejo comum de formar cidadãos republicanos.

As alterações ocorridas com a industrialização, a urbanização e a terciarização, com as alterações sociais delas decorrentes, suscitaram em Portugal o surgimento de novos atores políticos que pertenciam a setores como a indústria e a pequena ou média burguesia urbana; políticos esses que defenderão uma renovação, uma regeneração e mesmo uma revolução, contando para isso com a máquina partidária⁹³ sustentada por uma rede de influências.

É preciso dizer que as elites políticas republicanas são um elo muito importante na fase da propaganda, dando mostras de uma certeza messiânica no caminho a trilhar na formação do novo cidadão. Tais elites serão preponderantes na fase última do processo, mas não predominavam sós, e convém não esquecer que o republicanismo se constituiu uma comunidade política, um movimento composto por uma rede com ligações que se entroncavam com jornais, associação de livres-pensadores, feministas, pacifistas, pessoas ligadas à educação

⁹² Maria Alice Samara acertadamente fundamenta um estudo que se insere numa obra publicada aquando do Centenário da República. O fato de coexistirem entre os republicanos várias vozes com diferentes visões da República, bem como o vasto leque de organizações e grupos que operavam socialmente como suporte de combate, por um lado do poder monárquico e de propaganda, e da intenção social para transformar o súbdito cidadão por outro. Samara, M.A. (2010). O Republicanismo. In Rosas, F., Rollo, M.F. (Cords.). *História da Primeira República Portuguesa* (1ª Ed.). pp. 61-76. Lisboa: Tinta da China Edições.

⁹³ O Partido Republicano Português teve, desde a sua fundação, várias fases. Períodos com lideranças e ideias distintas. Apesar disso, pugnam sempre pela peregrina ideia de reformar a sociedade. Fernando Catroga, por exemplo, defende que a gênese do partido se deu com a luta contra o tratado de Lourenço Marques e as Comemorações Pombalinas cf Catroga, F. (2010). *O Republicanismo em Portugal, da formação ao 05 de outubro de 1910*. (3ª Ed.). pp. 13-42. Lisboa: Casa das Letras. Já Francisco Reis Santos entende que no Centenário de Camões, em 1880, os republicanos ganharam espaço político em relação à monarquia, capitalizando os créditos e vendo no evento o princípio da queda da Monarquia cf Santos, F.R. (1932). O Movimento Republicano e a consciência nacional. In Montalvor, L de (Dir.). *História do Regime Republicano em Portugal*. Lisboa: Ática.

e à instrução, carbonária, maçonaria, Associação do Registo Civil, bandas de música, grupos de teatro, centros republicanos, etc. Deste movimento emergem figuras que serão responsáveis pela criação final de uma identidade mítica, um movimento de formação social, política e cultural, ligado por um vasto sistema, tanto institucional como pessoal⁹⁴.

Um dos elementos característicos da contemporaneidade reside no aparecimento de diversos movimentos sociais, entre eles os que assumem novas formas de vinculação política ou expressão cultural. A par de anteriores formas de organização social⁹⁵, os principais agentes políticos do movimento constituem uma novidade social, fruto das contínuas transformações produzidas pelo desenvolvimento da sociedade liberal, assente na ideia de um maior protagonismo individual e direta participação de todos os membros na vida em sociedade, traduzindo-se nos modos de socialização e sociabilidade.

Os líderes republicanos, dispoindo de meios poderosos de implantação social abrangente, massivo, seguro e eficaz, tinham boa parte de sua tarefa facilitada, cabendo a eles a tarefa restante de tecer uma argumentação teórica válida e fundamentada do perfil tipo do recém-criado cidadão. A campanha desses políticos não era apenas política, mas também doutrinária, científica, pedagógica e cívica, para que fosse possível levar a bom termo o processo evolutivo para um estágio civilizacional e social superior.

1.2 Criando antes de criar: Nova identidade moldada à luz do criador político.

Aqueles que tinham por função completar o ciclo, formando o cidadão ideal, capaz de intervir na sociedade, eles mesmos, referências, por via disso, foram transformados em perfis-tipo⁹⁶ pelos canais de comunicação específicos, nomeadamente a imprensa.

Os vultos mais importantes do movimento, não só escreveram sobre si próprios, criando uma imagem geral do republicano e uma imagem específica de um certo líder, visto que o movimento não dispunha de um líder único; eles também escreviam acerca de outros vultos, fazendo alusão às suas qualidades e valores, criando diferentes perfis, sem que isso retirasse a mesma essência quanto à identidade republicana. A ideia que presidiu era apresentar uma visão abrangente e multifacetada que abarcasse todas as sensibilidades.

⁹⁴ Ramos, R. (2001). A Cultura Republicana. In Mattoso, J. (Dir.). *História de Portugal*. (Vol. 6.). pp. 349-375. Lisboa: Editorial Estampa.

⁹⁵ Anthony Giddens define a sociologia como o estudo da vida social humana, grupos e sociedades. O tema de estudo é o nosso próprio comportamento como seres sociais. A esfera de ação do estudo sociológico é abrangente, podendo ser analisados encontros casuais entre indivíduos que se cruzam na rua, até à investigação de processos sociais globais. O republicanismo e a própria República são objetos sociológicos. Giddens, A. (2009). *Sociologia*. (7ª Ed.). p. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

⁹⁶ Oliveira Marques propôs uma visão geracional do movimento republicano, identificando uma geração de 1870 na qual pontificassem Manuel de Arriaga, Bernardino Machado, Magalhães Lima e Teófilo Braga e uma geração do *Ultimatum*, formado por Afonso Costa, António José de Almeida, Brito Camacho, Machado Santos entre outros, cf Marques, A.H. de O. (1988). *Ensaio de História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

Sobre alguns destes ilustres políticos - Teófilo Braga, Magalhães Lima, Manuel de Arriaga, António José de Almeida, Bernardino Machado e Afonso Costa – traçaram-se os seguintes perfis:

- Teófilo Braga era visto como o mestre por representar o movimento filosófico contemporâneo.
- Magalhães Lima era vinculado à figura de orador.
- Manuel de Arriaga, muito por culpa de sua longevidade política, era olhado como alguém que aliava a bondade, a inteligência e a honestidade.
- António José de Almeida foi ligado à imagem do sentimento pela relação que construiu com o povo.
- Bernardino Machado viu a sua imagem ser frequentemente associada à bondade e à santidade.
- Afonso Costa foi considerado como uma das esperanças do movimento, por reunir as qualidades primordiais de um político⁹⁷.

Sobre esta forma peculiar de ver as pessoas como figuras proféticas, muito ao jeito da época em estudo, certo historiador destas questões, George Minois, diz:

“profetizar é próprio do homem. É uma dimensão fundamental da sua existência. Temos um pé colocado no presente e outro no futuro. Viver é sempre antecipar e cada uma das nossas ações aponta para um objetivo situado no futuro [...]. Passado, presente, futuro formam um todo indissociável, e se podemos agir no presente, é porque nos lembramos do passado e assim vislumbramos o futuro” (Minois, 2000, p. 9).

Tempos de esforçada restauração e ressurgimento inspiram a construção de utopias⁹⁸ por parte de agentes de influência, que no caso são políticos. A consciência da ainda ténue e frágil condição presente em termos de identidade e de salvaguarda de integridade de uma cosmovisão para o país... suscita este processo de mitificação identitária⁹⁹ que pode surgir, desde logo, pela difusão da imagem, antes de veicular a mensagem.

⁹⁷ Samara, M.A. (2010). O Republicanismo. In Rosas, F., Rollo, M.F. (Coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. (1ª Ed.). pp. 72-73. Lisboa: Tinta da China Edições.

⁹⁸ Clemente, M. (2008). *Portugal e os Portugueses*. (1ª ed.). Lisboa: Assírio e Alvim.

⁹⁹ Na *Revista Católica Communio*, Luís Salgado Matos esboça a identidade de acordo com a organização política: Ordem simbólica, que fornece identidade social e pessoal; ordem securitária, que garante a existência de identidade simbólica; ordem reprodutora, que replica essa identidade previamente segura. Estas fases, a nosso ver, correspondem ao que estamos a investigar. Cf Matos, L.S. (2010, 31 de Março). Repúblicas Populares: Ideologia Utopia. In *Communio Revista Internacional Católica*. Nº 1. (XXVII). p. 86. Maia: Empresa Gráfica.

1.3 Contributos políticos criadores da nacionalidade de cariz republicano.

A máquina política por detrás da formação da nova identidade em Portugal é essencialmente republicana, pese embora não seja única. Os contributos de personalidades políticas para se construir essa ideia nova de nacionalidade foram dados ao longo de três gerações de republicanos¹⁰⁰. Políticos como Latino Coelho, Elias Garcia, Rodrigues de Freitas e José Falcão ajudaram a criar um novo Imaginário Nacional, sem contudo participar da fase que culminaria com a instauração da República e o seu processo de consolidação, que passava também pela formação do novo cidadão identificado com uma nacionalidade republicana.

No vasto universo de personalidades políticas que puderam participar na fase de construção final destacam-se alguns proeminentes políticos republicanos, cujos contributos, serão salientados nesta fase da presente investigação.

1.3.1 Bernardino Machado .

Bernardino Machado (1851-1944) foi um destacado político republicano (foi Presidente da República, para além de outros cargos que ocupou no governo) que mediou entre a primeira e a terceira geração de políticos republicanos, tendo vivido a fase de construção inicial e a fase de construção efetiva do novo paradigma de identidade.

Fez pedagogia durante o período inicial, ainda antes de aderir ao partido republicano. Recorreu, para essa finalidade, a um dos veículos exponenciais da época - Os congressos. No célebre congresso pedagógico espano-português- americano expressou o nacionalismo inerente ao programa construtivo do novo cidadão português, através de um argumento pseudo científico¹⁰¹.

Ele critica a prática de «jogos ingleses», vistos como inadequados ao nosso clima e temperamento. Entende que a prática de desportos físicos é mais compatível aos povos frios do Norte, servindo-lhes para espevitir e no nosso caso para cansar,¹⁰². Para ele “ nós somos feitos para ostentar agilidade e destreza, não-violência (Machado, 1892, p. 18). Portanto Bernardino Machado, aproveitando os afamados congressos, defende a tese cultural de que o Português é caracterizado fundamentalmente por ideias e inteligência, em detrimento da força¹⁰³.

¹⁰⁰ Braga, T. (1911, 18 de Julho). *Discurso sobre a Constituição política da República Portuguesa*. p. 26.

¹⁰¹ Machado, B. (1892). *Introdução a pedagogia*. Congresso pedagógico espano-português-americano. p. 18. Lisboa: Tipografia Estereotipia Moderna.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ O ideal para Bernardino era que a vida não se baseasse em heroísmos. As conquistas advinham do bem. Desenvolvido pelo mérito de ideias claras e precisas, nascidas na vontade. Cf Ibidem, pp. 15-24.

Em 1904, poucos anos antes do surgimento da República e já pertencendo às fileiras do Partido Republicano, assevera em conferência que o ensino é o eixo axial no refazer o futuro da nacionalidade portuguesa¹⁰⁴. Ele concebe que o governo e o ensino são absolutamente compatíveis e solidários, mencionando em termos de fundamentação argumentativa que após a fundação de Portugal como nação D. Henrique impulsiona os estudos matemáticos e, simultaneamente, as navegações e os descobrimentos¹⁰⁵. Cita o Marquês de Pombal e sua preocupação com o ensino. Evoca o progresso Americano e Suíço, assente numa base sólida de educação nacional. Menciona o caso Francês, onde o ensino primário é laico, gratuito e obrigatório. No mesmo solo francês criam-se os liceus femininos e concede-se maior autonomia às universidades¹⁰⁶.

A sua indignação¹⁰⁷ reside em ver em Portugal um ensino subordinado à religião católica, tida por estrangeira pela sua ligação a Roma, castradora de uma pura nacionalidade lusa e sem independência¹⁰⁸. O ensino estava comprometido na sua vertente instrutora e educadora e, deste modo, a virtude do ensino não produziria a regeneração do povo, criando o novo cidadão pretendido¹⁰⁹. A liberdade e a instrução são inseparáveis para ele¹¹⁰. Era, portanto, essencial salvaguardar o ensino e os professores. No uso do seu magistério de influência, atribui aos professores um novo significado, dizendo-lhes “Aos professores direi: sejam mais que nunca, neste momento crítico, os educadores da nação” (Machado, 1908, pp. 232-233).

O que se pode depreender da atuação de Bernardino Machado é que ele preconiza uma construção de identidade política em parceria com a escola que teria, para além da função de instruir, a função de educar cidadãos.

1.3.2 Teófilo Braga.

Referido anteriormente na condição de precursor no ramo da filosofia, podemos observar Teófilo Braga (1843-1924) agora como construtor no campo político. Como político, soube tirar partido de sua cultura exemplar e fez da filosofia uma arma política.

¹⁰⁴ Machado, B. (1904). *Conferências Políticas*. Comunicação apresentada na Conferência realizada no Ateneu Comercial de Lisboa em 31 de Outubro de 1903.

¹⁰⁵ Ibidem p. 18.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Reage com revolta ao facto de que naquela altura se fechavam escolas, persistindo apenas uma Universidade desde a fundação do país. Por contraste, em 1836 multiplicam-se as escolas primárias e inicia-se nas mesmas a educação cívica. No período liberal de 1852-1885 criam-se liceus, fundam-se conservatórios de artes e ofícios, organizam-se academias no Porto e em Lisboa a escola do exército. A instrução primária é descentralizada e o ensino passa a ser obrigatório, gratuito e quase laico em 1878. Machado, B. (1908). *Pela República*. p. 14. Coimbra: Tipografia França Amado.

¹⁰⁸ Machado, B. (1904). *Conferências Políticas*. Comunicação apresentada na Conferência realizada no Ateneu Comercial de Lisboa em 31 de Outubro de 1903.p. 24.

¹⁰⁹ Ibidem.p.25.

¹¹⁰ Machado, B. (1908). *Pela República*. pp. 11-13. Coimbra: Tipografia França Amado.

Na pele de político, enquadra a ação do Partido Republicano, numa toada concertada junto às populações através do ensino e da doutrinação sistemática dos deveres e direitos em relação à pátria¹¹¹. Deste modo, havia um trabalho árduo a realizar. “Em Portugal não existe ainda manifestado por fatos positivos o credo republicano” (Braga, 1912, p. 58). Ele admitia que havia uma opinião republicana assente numa identidade modelo, o que já era um grande passo, mas admitia, por outro lado, que havia um longo percurso de doutrinação¹¹² a perseguir.

À semelhança de Bernardino Machado, via na instrução de âmbito científico uma vertente fundamental no conhecer e sentir a tradição nacional que norteava o ser português. O ensino contribuía para se atingir a plena liberdade e igualdade. A liberdade como exercício do direito resulta da aquisição e definição sucessiva do próprio direito que se desenvolve com a sociedade¹¹³. A liberdade é, assim, “uma capacidade individual que provém da coletividade” (Braga, 1912, p. 37).

O processo de criação política do produto final de uma nova nacionalidade, que seria o cidadão, deveria firmar-se em novos valores, excluindo os tradicionais de inspiração religiosa. A opinião pública que se estava a criar não teria que renegar a nacionalidade mas redescobri-la nos seus costumes e tradição consuetudinária responsáveis por manter a sua autonomia através de oito séculos¹¹⁴.

Quando se discutia o preâmbulo da Constituição em 1911, definiu a nação nestes termos: “O que vem a ser a nação? É a conexão das pátrias unidas por um interesse superior, em uma consciência de continuidade histórica, e mesmo de uma missão, cooperando nos progressos da humanidade” (Braga, 1911, pp. 16-17). Os termos utilizados para definir a pátria são evidenciadores de uma forma de reordenar, ordenar e coordenar o lugar do novo ser social, de acordo com uma nacionalidade definida. A forma assume expressão nas palavras, podendo transpor-se para a lei fundamental, de modo a sacramentar e eternizar uma identidade.

1.3.3 Sebastião de Magalhães Lima.

A carreira política de Sebastião de Magalhães Lima (1850-1928) é longa, sendo construída a par de uma carreira jornalística¹¹⁵ e de escritor¹¹⁶. O seu ativismo republicano era

¹¹¹ Braga, T. (1912). *Soluções positivas da política portuguesa*. (Vol.I.). p. 12. Porto: Livraria Chardron.

¹¹² Ibidem. p. 348.

¹¹³ Ibidem. pp. 35-37.

¹¹⁴ Braga, T. (1911, 18 de Julho). *Discursos sobre a constituição política da República Portuguesa*. pp. 4-16.

¹¹⁵ Trabalhou no jornal *O Comércio de Portugal* e, mais tarde, no jornal republicano *O Século*. No jornal *O Comércio de Portugal*, nos anos de 1884 a 1886, concentram-se o maior número de artigos de sua autoria. Garnel, M.R.R.M.L. (1997). *O pensamento de Sebastião de Magalhães Lima*. p. 13. Coimbra: Faculdade de Letras.

¹¹⁶ O seu lado escritor traduziu-se pela publicação de cerca de quarenta títulos ao longo de cinquenta anos. Garnel, M.R.R.M.L. (1997). *O pensamento de Sebastião de Magalhães Lima*. p. 15. Coimbra: Faculdade de Letras.

intenso, fosse nas exposições, nos congressos ou nos centenários. Deste modo, ajudava a divulgar o ideário republicano, cujas conclusões se apresentavam como linhas programáticas eivadas de cientificidade. Desde as comemorações camonianas de 1880, que o seu nome se encontrou associado a algumas iniciativas que visavam a construção de uma nova memória coletiva.

Não podemos dissociar tudo isso do seu percurso como maçom, de influência no seu pensamento político. No Portugal de oitocentos os movimentos que objetivaram a emancipação do homem não podem ser dissociados e, no caso concreto, a maçonaria deve ser equacionada¹¹⁷. Ainda que não caiba no âmbito deste trabalho traçar o seu percurso é pertinente afirmar que a tríade emblemática, liberdade, igualdade e fraternidade e o seu deísmo, propunha uma moral racional que satisfizesse o homem.

Sebastião de Magalhães Lima, em seu ativismo maçónico, chegará a tornar-se Grão-mestre. A luta preconizada pela maçonaria de emancipar o homem era partilhada por políticos como ele que politicamente encontravam a sua melhor realização na República, aliás esse ideal partilhado correspondia a uma luta comum a muitos países europeus.

A maçonaria participará ativamente na construção de um Portugal novo, assente no livre pensamento caracterizado pelo intervencionismo político, onde pontificavam políticos republicanos como Sebastião de Magalhães Lima. A maçonaria politizada e polarizada pelos republicanos desenvolverá, em particular, iniciativas conducentes aos incrementos do poder civil na sociedade, da instrução laica e da educação cívica, meios prévios e necessários à realização da emancipação e idealização do novo cidadão português¹¹⁸.

A posição de Sebastião de Magalhães Lima no seio da sociedade portuguesa era privilegiada, fosse no campo do republicanismo, fosse no meio jornalístico, estivesse na publicação de livros ou como maçom. Ele usava tudo isso ao serviço da construção de uma identidade consubstanciada na República ideal, garante da defesa dos direitos humanos e da universalidade de valores. Não é por acaso que lhe conferiram o epíteto de sacerdote laico¹¹⁹.

Ele acreditava e por isso trabalhava em todos os campos atrás expostos “no ressurgimento da pátria pela República” (Neves, 1931, p. 250). Duas coisas são, a seu ver, indispensáveis na

¹¹⁷ Fernando Catroga exprime que a maçonaria iniciava todos os que, tendo perdido a fé no Deus da religião institucional mas crentes na perfeitibilidade humana, procuravam novos caminhos e soluções capazes de transformar a sociedade. Valores como os da maçonaria ajudaram a estruturar as sociedades modernas. Catroga, F. (1990). *Mações, Liberais e Republicanas em Coimbra (Década de 70 do século XIX)*. (Vol. XXXI – XXXII). p. 5. Coimbra: Arquivo Coimbrão.

¹¹⁸ Recorde-se que a maçonaria vinha desenvolvendo projetos que visavam a alfabetização, apoiando iniciativas pioneiras no campo da instrução, como os casos das associações de escolas móveis, da Escola Oficina nº 1, da Liga Nacional de Instrução, da Associação Promotora do Registo Civil, entre outros. Grainha, M.B. (2011). *História da Franco-Maçonaria em Portugal. (1733-1912)*. (5ª Ed.). p. 168. Lisboa: Nova Vega. (Trabalho Original publicado em 1912).

¹¹⁹ Garnel, M.R.R.M.L. (1997). *O Pensamento de Sebastião de Magalhães Lima*. pp. 42-43. Coimbra: Faculdade de Letras.

construção de cidadão português: A necessidade urgente de instruir o povo e a reforma dos costumes¹²⁰. Afirma que “sem instrução e sem educação é impossível transformar o país” (Neves, 1931, p. 147). Dispondo de posição fenomenal, como foi possível verificar, será um dos grandes artífices republicanos. Foi deputado das constituintes, relator da comissão encarregue de redigir a Constituição da República e foi, inclusive, Ministro da Instrução; mas o que o destaca é que foi um dos mais engenhosos promotores e construtores de um novo Portugal Republicano.

1.3.4 António José de Almeida.

Médico de formação, António José de Almeida (1866-1929) foi um dos principais rostos da República, desde os anos de propaganda, passando por deputado, ainda antes da proclamação da República, por membro do Governo Provisório e de governos posteriores e chegando a exercer o cargo de Presidente da República.

António José de Almeida era conhecido pelos discursos inflamados que fizeram dele um orador muito popular nos comícios republicanos. Não sendo um político de formação, embora exercendo práticas políticas, foi corresponsável pela criação de um modelo e de uma forma de ser português. Nesse quadro, gostava de ser visto como um operário da República¹²¹. Foi um político muito respeitado e muito querido nos meios políticos e jornalísticos afetos ao republicanismo¹²².

À semelhança de outros políticos republicanos, estava cômico de sua missão regeneradora para com o país¹²³. Havia a necessidade de formar o caráter português, cujas sementes haviam sido lançadas por políticos como Fernandes Tomás e Mouzinho. Para António José de Almeida, ser republicano era sinónimo de adesão consciente da vida do Estado, de sorte que o exercício normal da autoridade não repousasse na força ou na tradição, mas na opinião, isto é, na colaboração efetiva dos cidadãos¹²⁴. Dedicou a sua vida a esse projeto. Expressa, num dos seus artigos escrito ao *Jornal Republica*, essa ideia de reeducar os portugueses, cerca de seis milhões, sobre a vida coletiva, ou seja sobre a cidadania, quais são os

¹²⁰ Neves, A. (1931). *A vida Dum Apóstolo – Sebastião de Magalhães Lima*. p. 147. Lisboa: Imprensa Lucas e C^a.

¹²¹ Torgal, L.R. (2004). *António José de Almeida e a República*. p. 19. Mem Martins: Círculo de Leitores.

¹²² Foi chamado de Nuno Álvares da República por Sebastião Magalhães de Lima. O articulista da Galeria Republicana chama-o a própria República, a pessoa que encarnou com perfeição a ideia. Ele assumia a própria República, revelando a crença, a disposição, a energia, a bondade, a fé, a benevolência, a justiça, o bom senso e voo de águia. Agostinho, J. (1906). Dr. António José de Almeida. In *Galeria Republicana*. pp. 13-19. Lisboa: Tipografia Bayard.

¹²³ Rodrigues, J. (1933). *Quarenta anos de vida literária e política*. (Vol. I.). p. 112. Lisboa: J. Rodrigues & C^a.

¹²⁴ Rodrigues, J. (1933). *Quarenta anos de vida literária e política*. (Vol. II.).p. XI. Lisboa: J. Rodrigues & C^a.

seus novos direitos. Somente professores republicanos, como ele mesmo, poderiam fecundar a nova nação portuguesa alicerçada na República¹²⁵.

O empenho colocado no empreendimento da República por parte de António José de Almeida e seus pares foi consubstanciado nos comícios, na imprensa, no parlamento e, mais tarde, no governo. Durante a época em que a influência republicana no parlamento ainda era diminuta, disse a esse propósito: “ a minoria republicana vem a esta câmara lutando por um ideal que julga sagrado” (Almeida, 1906, p. 6). Mais adiante no decurso do discurso sublinha: “a minoria republicana não será desprimorosa para ninguém. Disposta aqui dentro a lutar até à última trepidação do seu coração, pelo ideal da redenção patriótica” (Almeida, 1906, p. 6).

Sabedor que a construção do novo imaginário do país teria que forçosamente que passar pelo ensino dos mais novos afirmou sobre o Governo Provisório:

“nesta hora em que uma nacionalidade nova surge para a vida política e social, uma reforma da instrução primária é talvez o empreendimento mais grave que o Governo Provisório da República poderá lançar à circulação dos acontecimentos, visto que é ela que há-de embalar o berço da Pátria Nova” (Rodrigues, 1911, p. 55.).

O grande aliado nessa mentalização educativa era o professor, elemento a quem António José de Almeida não tem hesita em considerar o “grande educador cívico das gerações que despontam” (Rodrigues, 1911, p. 55.).

Efetivamente, António José de Almeida, fazendo uso dos canais de influência de que dispôs, ajudou a construir e a cimentar um modelo novo de nacionalidade na sociedade portuguesa.

1.3.5 Afonso Costa.

A construção da nova identidade portuguesa de caris republicano conheceu várias fases, mas a fase de maior impacto teve lugar após a proclamação da República. Todos os anteriores protagonistas gozaram de grande influência, mas Afonso Costa (1871-1937) foi aquele que melhor interpretou esse papel, embora sempre debaixo de grande polémica.

Formado em direito e, mais tarde, nomeado docente, será nas lides políticas que se notabilizará, sendo, após a instauração da República, um dos políticos dominantes. Fez parte do Governo Provisório e de outros governos, destacando-se na contenção do défice público. Conseguiu equilibrar as contas públicas, algo apenas alcançado por ele e, mais tarde, por António Oliveira Salazar (1889-1970).

¹²⁵ Rodrigues, J. (1934). *Quarenta anos de vida literária e política*. (Vol. III.) p. 14. Lisboa: J. Rodrigues & C^a.

No âmbito da nossa investigação, analisaremos Afonso Costa como construtor de um regime mítico em sua atividade parlamentar e oratória geral, a partir da proclamação da República. Conforme Oliveira Marques¹²⁶ faz questão de dizer “ o deputado Afonso Costa anteriormente ao 5 de Outubro foi, principalmente, um destruidor. O deputado Afonso Costa depois de 1910 revelou-se, acima de tudo, um construtor” (Marques, 1976, p. 11.).

A vida parlamentar de Afonso Costa, após a proclamação da República, coincidiu com a fase de construção da República. Foram seis anos até ao advento do Sidonismo, em Dezembro 1917. Durante esses anos, umas vezes esteve no governo, outras fora dele, mas sempre manteve uma posição de apoio ou crítica construtiva¹²⁷. O vasto ideário de Afonso Costa, de cosmovisão republicana, não pode ser considerado na inteireza neste trabalho, apenas nos iremos restringir aos discursos no que diz respeito à construção mítico-nacional.

A República era o ponto nevrálgico de todo o seu discurso. Ela era o elo que faltava e o pivô para se tecer o que faltava na nacionalidade refundada. Logo, a construção assentava no regime cuja novidade lhe garantia a áurea de santidade explorada até à exaustão nos seus discursos¹²⁸. Toda e qualquer adjetivação específica relativa à construção assentava na República como fundamento “obrigando todos a compreender que a República não é apenas uma substituição de fórmulas, mas a substituição de um regime de inutilização do indivíduo, da família e da sociedade, por um regime de trabalho, de moralidade e de progresso” (Marques, 1976, p. 110.).

Outro aspeto a ter em conta, antes da construção propriamente dita, relacionado com a República, é o amor que o une à causa¹²⁹, fato reconhecido publicamente pelos seus adversários¹³⁰. Abundam as expressões de amor (religioso) declarado por ele à República, o verdadeiro motivo para construir aquilo que acreditava (manifestava fé) ser a “salvação do país e a felicidade da República” (Marques, 1976, p. 446) e procurava a todo o custo, junto das elites e círculos de poder, “esclarecer os indivíduos, os mais renitentes, para mostrar que a República está fazendo os maiores esforços para levantar o país” (Marques, 1976, p. 437).

¹²⁶ Oliveira Marques publicou em três volumes *os discursos parlamentares de Afonso Costa* que servirão de base para o nosso trabalho. O mesmo autor publicou outros trabalhos sobre Afonso Costa, a saber, *O Segundo Governo de Afonso Costa (1915-1916)* e *Atos dos Conselhos de Ministros*, ambos publicados pela Europa América em 1974. *O Terceiro Governo de Afonso Costa (1917)* e *Atas dos Conselhos de Ministros*, editados pelos Livros Horizonte em 1976-1977, não esquecendo que publicou *A Correspondência de Afonso Costa*.

¹²⁷ Marques, A.H.O. (1976). *Afonso Costa discursos parlamentares 1911-1914*. (Vol. II.). p. 14. Lisboa. Livraria Bertrand.

¹²⁸ Marques, A.H.O. (1976). Sessão Nº 57 – 22 de Agosto de 1911. In *Afonso Costa discursos parlamentares 1911-1914*. (Vol. II.). pp. 71-72. Lisboa: Livraria Bertrand.

¹²⁹ Marques, A.H.O. (1976). Sessão Nº 50, 16 de Agosto 1911. In *Afonso Costa discursos parlamentares 1911-1914*. (vol. II.). p. 65. Lisboa: Livraria Bertrand.

¹³⁰ Ibidem. sessão Nº 29, 22 de Janeiro 1914. p. 626.

Para ele, a República era o instrumento de veneração e amor pelo qual a nova nacionalidade ganharia forma com os contributos inerentes dos seus valores¹³¹. O ideário Afonsista, novamente alicerçado na fraternidade, na liberdade e na igualdade, de influência maçónica, ganhou um sentido mais moderno, carregado de um romantismo a roçar o dramatismo.

O idealismo de seus valores¹³², entre os quais o seu patriotismo, onde se acentuam a honra, a dignidade e a coragem, são postos em relevo como responsáveis por construir o ressurgimento do país. Um bom exemplo disso foi o seu discurso de 16 de Abril de 1916, no contexto da Primeira Guerra Mundial:

“Quando se vir o que foi essa hora, ver-se-á que foi triste, mas que foi feliz, porque deu à luz um Portugal novo, a humanidade nova deu-lhe ocasião de ressurgir, de caminhar, fixando um momento solene em que ele teria oportunidade de mostrar as qualidades eminentes de nova raça, continuando a obra do passado, melhorando-a numa aspiração de raça tão sublimada, tão grande, tão elevada, tão civilizada” (Marques, 1977, p.187).

Por fim, no que diz respeito aos valores da República, afirmava uma moral política nova, fundada e fomentada no trabalho e no progresso para o povo¹³³, tornando o povo republicanizado, logo santo, eleito e cidadão modelo. Frisa, na legislatura de 1915, concretamente na sessão Nº 1 de 02 de Dezembro, que “a República faz-se não pela desordem, mas por um movimento revolucionário que trouxe a ordem, porque veio substituir elementos falidos, veio trazer o regime de honestidade, de trabalho e progresso” (Marques, 1977, pp. 114-115). Dois anos depois, em 1917, reafirma a existência de princípios na República que substituem antigos valores e formas de obediência ao dizer: “O país deve confiar nos princípios da República que não são só princípios de ordem política, são também de ordem moral” (Marques, 1977, p. 300), refere ainda: “ com todo o respeito pelos princípios fundamentais, essenciais, da República, aos quais todos os republicanos devem plena obediência” (Marques, 1977, p. 301).

É por demais patente que os valores de agora, pese embora laicos, têm uma carga e uma componente religiosa associadas.

¹³¹ Num discurso proferido na sessão Nº 93, de 05 de Maio de 1913, valeu-se dos valores da República como forma de unir todas as classes dirigentes do país, principalmente o exército. Marques, A.H.O. (1976). *Afonso Costa discursos parlamentares 1911-1914*. (Vol. II.). p. 427. Lisboa: Livraria Bertrand.

¹³² O autor desta investigação pôde ler os volumes II e III dos *discursos parlamentares de Afonso Costa* na íntegra e pôde extrair como ilação a coerência como Afonso Costa elabora a sua construção de um novo cidadão, a partir da tribuna do parlamento. Há para cada palavra que lhe foi cara associar a República e sua edificação, uma reprodução em massa ao longo dos anos nos vários discursos. Para melhor perceber a dimensão e amplificação dos termos (alguns dos quais estudados nesta secção de trabalho), consultar obras completas dos *discursos parlamentares de Afonso Costa volumes II e III*.

¹³³ Marques A.H.O. (1976). Sessão Nº 123, 11 de Junho 1913. In *Afonso Costa discursos parlamentares 1911-1914*. (Vol. II.). p. 522. Lisboa: Livraria Bertrand.

Ideia cara a Afonso Costa na edificação de um Portugal novo era perceber que estava investido de uma missão¹³⁴ consubstanciada numa obra (palavra muito utilizada, como outras, afeta, no sentido semântico, ao universo republicano) ampla que passava por inculcar os valores atrás desenvolvidos e sublinhados.

Para se republicanizar o país, como fora conseguido em Lisboa¹³⁵, haviam de alargar o âmbito da obra, intensificando a sua obra catecúmena e convertendo os corações¹³⁶. A obra realizada por Afonso Costa pode ser considerada sob diversos prismas, todavia focaremos a questão do ensino que lhe era primordial: “desenvolver e instruir os cidadãos, por intermédio de professores bem republicanos e compreendendo o espírito do nosso tempo” (Marques, 1976, p. 111).

A instrução primária foi a menina dos olhos dos sucessivos governos da Primeira República, destacando-se Afonso Costa como um dos seus grandes entusiastas. Os seus discursos falam por si, em relação a esse zelo. Ele chega a dizer que a instrução primária é “à altura um dos melhores serviços da República” (Marques, 1976, p. 184).

A instrumentalização da educação já fora decisiva na fase da propaganda, através da miríade de associações republicanas. Chegados ao poder¹³⁷, os republicanos poderiam reajustar a máquina educativa para servir os seus interesses no que concerne ao formar uma nova cidadania portuguesa. Julgava, em seu discurso de 1 e dezembro de 1915, que esse esforço fazia pender o ressurgimento do país¹³⁸.

Para finalizar esta matéria, Afonso Costa relembra, em 1917, o trajeto desde 1911, mas reconhece que ainda estava aquém do que desejava ter alcançado:

“Relembrando a grande obra do Governo Provisório e as modificações que já lhe tem sido introduzidas, o Governo reconhece a necessidade de prosseguir nesta obra, alargando a educação e o ensino primário, por forma que rapidamente se extinga o analfabetismo; reformando a instrução secundária e superior, de modo a estabelecer a desejada concatenação de todos os graus de ensino; melhorando a instrução artística com especiais cuidados pela defesa do património artístico do País e proteção da propriedade literária e artística, remodelando e intensificando a instrução especial e técnica, agrícola, industrial e comercial” (Marques, 1977, p. 240).

Os objetivos estavam traçados, as metas eram auspiciosas e, caso se concretizassem, representariam um enorme avanço educacional, tecnológico, social, económico, etc. No caso

¹³⁴ Ibidem p. 428, 536.

¹³⁵ Ibidem p. 120, 259.

¹³⁶ Marques, A.H.O. (1977). Sessão nº 39, 18 Fevereiro de 1914. In *Afonso Costa discursos parlamentares 1914-1926*. (Vol. III.). p. 54. Livraria Bertrand.

¹³⁷ A República fez grandes e importantes reformas nos processos de ensino, sobretudo em 1911, durante o Governo Provisório. Ibidem p. 153.

¹³⁸ Ibidem. Sessão Nº 1, 02 Dezembro 1915. p. 108 cf. A Reforma do ensino de 1911, que pode ser consultada no *Diário do Governo*, Decreto-Lei Nº 73/11, de 30 de Março de 1911.

que nos interessa, poderiam ter representado o triunfo da educação cívica em Portugal, completando a equação matemática e científica de evolução de identidade, como se havia preconizado.

Afonso Costa, até aonde foi possível, inclusive neste campo, mostrou-se um construtor. Esta matéria da educação será retomada na fase seguinte, quando estudarmos o outro grupo de construtores, precisamente os que estão ligados à educação, os professores.

Por agora, concluímos com uma citação final de Afonso Costa que resume tudo que até aqui falamos a seu respeito: “Fez-se a República por um ato violento contra o Poder Constituído, porque a Monarquia estava divorciada internamente da consciência nacional, porque a República era uma forma mais perfeita e mais em harmonia com as aspirações do País” (Marques, 1976, p. 201).

2- A educação e o professor: “sacerdotes” aliados da República mitificada.

2.1 A escola formadora do cidadão.

O Republicanismo recém-chegado ao poder assumirá o caráter regenerador associado à República. Essa fórmula será ainda mais abrangente pela difusão cultural e educativa que, associadas à revolução política, garantiam uma sociedade regenerada, capaz de se desenvolver e progredir.

A imprensa pedagógica de então considerava a educação, em particular a Escola Primária, como “a base do ressurgimento da sociedade portuguesa” (*A Federação Escolar* [F.E.], 1915, p. 1).

A partir dos finais do século XIX, numa conjuntura mental em que a Igreja e suas instituições escolares são progressivamente substituídas na sua função pedagógica e cultural da transmissão do saber, a escola secular torna-se o principal canal reprodutivo desse saber socialmente relevante na formação, sobretudo da população iletrada que grassava em larga maioria.

Deste modo, estavam reunidas as condições para que se operasse uma transformação na estrutura escolar e social do país¹³⁹. Se, por um lado, a escola deixava de ser monopólio da

¹³⁹ Durante grande parte do século XIX, Portugal é dominado pelo debate acerca da separação entre o Estado e a Igreja, entre a escola pública e a particular. A secularização escolar ocorrerá, apesar de não atingir todo o sistema de ensino, ainda durante o século XIX, antecedendo a secularização do Estado, fato que só ocorreria na I República, na legislação de 1911. A sociedade de então já estava secularizada nas cidades. A construção da unidade espiritual e moral da nação, a partir dos grupos sociais urbanos, antecedeu a construção e o Estado laico, obra do século XX. No entanto, a Primeira República fará com que esse secularismo não seja o mesmo que neutralidade.

Igreja, no plano político a República consolidava-se e no plano filosófico o positivismo assumia-se como principal corrente que, conjugado com os demais fatores, permitiria o melhoramento do ensino, regenerando a sociedade portuguesa e criando o novo homem.

No centro do debate sobre o papel da escola estava a questão do analfabetismo. Na primeira linha dessa batalha estarão os republicanos. Esse fato, aliado ao democratismo que caracterizava o pensamento republicano, permite-nos concluir que a escola, sobretudo a primária, surge como componente fundamental de um projeto transformador da realidade social da nacionalidade.

A valorização da escola primária percebe-se pelo fato de a mesma agregar todos os estratos sociais, bem como o facto de ser o local ideal para proceder à formação de cidadãos patriotas, ajustados a uma lógica de pendor ideológico republicano¹⁴⁰. A escola primária era o lugar por excelência para se poder recriar um conjunto de ideias e aspirações comuns a todos.

O ponto de partida é, sem dúvida, de intenção de natureza ideológica e afeta a pedagogia republicana oficial. Segundo João de Barros, a infância é o momento em “que é mais fácil e fecundo exercer sobre as pessoas uma ação salutar” (Barros, 1911, pp. 234-235).

Almejar e concretizar um projeto desta natureza, ou seja de laicização escolar, carecia de instrumentos que lhe dessem corpo. Com efeito a legislação decorrente do período de 1910-1926 é pródiga no que ao ensino primário diz respeito, sendo a reforma do ensino de 1911 muito clara quanto aos propósitos do novo regime que se queria implantar socialmente. Aliás a Constituição de 1911¹⁴¹ reforça a neutralidade do discurso oficial. Contudo, como teremos oportunidade de observar, a prática do regime republicano irá indicar o contrário. A ambiguidade a esse nível manifestar-se-á na educação em outros quadrantes como, por exemplo, na literatura pedagógica¹⁴².

Observa-se que o republicanismo, para se tornar uma alternativa capaz de preencher a função integradora dantes desempenhada pela religião, valeu-se da escola como um dos seus pilares.

Para uma perspectiva de conjunto veja-se Neto, V. (1998). *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

¹⁴⁰ Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*. pp. 66-67. Lisboa: Edições Colibri.

¹⁴¹ A Constituição de 1911, no artigo 10, diz que “O ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo Estado será neutro em matéria religiosa” (CP/11, Artigo 10º).

¹⁴² Houve, desde os primórdios da Primeira República, um intenso debate sobre as duas principais correntes pedagógicas ao nível escolar, a escola laica ou escola neutra, tendo como protagonistas e defensores João de Barros e Adolfo Lima respetivamente. Adolfo Lima era um crítico da escola laica e defensor da escola neutra. Na escola laica preconizam-se os princípios de natureza político-filosófica fomentados pelo Estado, com o intuito de criar e moldar novas gerações. A escola neutra, por sua vez, tinha por princípio respeitar a liberdade de expressão das crianças. Para obter um panorama vasto desse debate consultar Pintassilgo, J. (1998). *República e Formação de Cidadãos: A Educação Cívica na Escola primária da Primeira República Portuguesa*. pp. 91-101. Lisboa: Edições Colibri.

A associação entre a República e a escola faz todo o sentido no novo ideal republicano. Senão vejamos... Havendo necessidade de construir uma unidade espiritual e moral da nação, a República e a escola encarnavam a rutura política e cultural capaz de construir um projeto de socialização política e cultural dos cidadãos.

2.2 Educação Republicana e sistema de valores.

Parece-nos absolutamente claro que republicanizar os cidadãos se tornou prioritário para a escola e para o seu currículo. A questão escolar já havia sido extremamente importante no contexto da República francesa e tornava-se crucial no nosso. O Estado português (como fora o francês) assumia-se como educador para “criar gerações que mantenham a defendam esse novo regime, na sua estrutura definida e na sua fisionomia essencial” (Barros, 1914, p. 15). Era vital obter-se o consenso para que o poder fosse legitimado, bem como as novas instituições.

A educação deveria ser notória pelo seu papel cívico e moral na construção, não só de uma nova ordem político-regimentaria, mas também identitária¹⁴³.

A escola primária deveria contribuir ativamente para difundir os ideais e os valores do republicanismo, com a finalidade de formar cidadãos republicanos e patriotas¹⁴⁴. Em *A Federação Escolar*, o professor Manuel José António vai de encontro a essa fórmula ao dizer: “a escola é que há-de preparar, numa palavra, cidadãos dignos da democracia que há dias se ergueu, luminosa, sobre os escombros do passado” (António, 1910, p. 1).

Efetivamente, temos constatado que a escola, na sua vertente educativa laico-republicana, participa ativamente na construção de uma nova cidadania, condicionando e confinando ideológica e socialmente o cidadão, segundo essa utopia.

Um dos valores mais caros aos republicanos na realização do seu projeto democrático é a moralidade. A nova moral decorria da extinção do ensino da moral católica e da assunção de uma moral que fosse “a moral do esforço, da energia, da vontade, do trabalho” (Barros, 1908, p. 37), ou seja, uma tentativa de conciliar inovação com tradição, numa linha cientista que abarca o próprio campo moral¹⁴⁵. A moral a ser ensinada às crianças para criar nelas o novo homem seria concreta e sociológica¹⁴⁶.

¹⁴³ Proença, M.C. (2010). A educação. In Rosas, F., Rollo, M.F. (Coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. pp. 169-189. Lisboa: Tinta da China Edições.

¹⁴⁴ A pedagogia foi fértil no período republicano, sobretudo em experiências pedagógicas inovadoras. Citamos vultos como António Sérgio, apologista da pedagogia para o ressurgimento Nacional, e Bento de Jesus Caraça que lutou pela cultura integral e em prol da escola única entre outros. Para uma perspetiva mais lata consultar Fernandes, R. (1979). *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*. pp. 111-120. Lisboa: Biblioteca Breve.

¹⁴⁵ Coelho, E.S. (1913). Educação Moral na Escola Primária: bases que devia assentar. In *Liga Nacional de Instrução*. Terceiro Congresso Pedagógico. p. 249. Lisboa: Imprensa Nacional.

¹⁴⁶ Miranda, A. (1912, 03 de Abril). A Educação Moral na Escola Primária. In *Revista de Educação Geral e Técnica*. Série I, Nº 3. p. 201.

A nova moral republicana que se vai incorporar nos manuais da educação portuguesa assenta na divisa ordem e trabalho, compatibilizando o progresso com a preservação da ordem. Outro princípio que foi considerado foi a liberdade de consciência, implicando, apesar disso, o respeito ao próximo e à lei. Não pretendendo ser exaustivos, antes oportunos, e em linhas gerais, queremos referir os elementos essenciais da moral republicana a incutir na escola: a solidariedade, de base ética laica, e a fraternidade, que surge ligada à cooperação, ao auxílio mútuo e aos aspetos de filantropia social¹⁴⁷.

Poder-se-ia ainda falar da noção de pátria, intimamente relacionada com a noção de família; mas, no essencial, o que vimos fornece-nos o perfil tipo do cidadão ideal, conforme é defendido pela pedagogia Republicana.

O vazio deixado pela moral católica foi assumido por uma educação moral de fundo republicano que visava moldar a identidade portuguesa¹⁴⁸.

A nova moral, de incidência laica e republicana, terá na educação cívica o seu apogeu. Os currículos escolares do ensino primário serão preparados de forma a substituir a religião moral católica¹⁴⁹ por disciplinas destinadas a formar cidadãos mediante a aquisição de conhecimentos relativos ao modo como funcionava o regime vigente e criando, ao mesmo tempo, uma assimilação de novos valores laicos e republicanos¹⁵⁰.

Para além de tudo o que foi sendo até aqui exposto, a escola tornou-se igualmente palco de ritualidades. O discurso formal e pedagógico era acompanhado por uma gama de

¹⁴⁷ Lima, A. (1914). *Educação e Ensino. Educação Integral*. p. 53. Lisboa: Guimarães & Cª Editores.

¹⁴⁸ Agostinho, J. (1910, 13 de Novembro). *Educação Cívica, Educação Nacional*. Nº 739. (15).p. 57.

¹⁴⁹ A composição curricular obteve grande incremento em virtude da reforma de 1911, onde todos os graus de ensino primário contêm, manifestamente, no seu plano de estudos, disciplinas de teor e objetivo intencional de formar cidadãos. Já o decreto de 22 de Outubro de 1910, para além de extinguir o ensino religioso, fazia sugestões quanto ao ensino moral e cívico cf *Diário do Governo*, Decreto-Lei Nº 16/10, 24 de Outubro. Seguir-se-ão outras reformas, contudo salienta-se o fato de existir, durante o período, um intenso debate de professores e pedagogos sobre a sobrevalorização da instrução, em relação à educação cívica. Esse debate torna-se ainda mais intenso quando o manual escolar é instrumentalizado pelo regime. Para uma análise do debate em torno dos manuais consultar. Matos, S.C. (1990). *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no curso dos Liceus (1895-1939)*. Lisboa: Livros Horizonte; Pintassilgo, J. (1998). *República e Formação de Cidadãos. A Educação cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

¹⁵⁰ A disciplina de história, nesse quadro, à semelhança do que acontecera no período de propaganda republicana, era uma das que defendia o quadro de memória organizado para melhor educar segundo os seus ideais de construção do novo cidadão português. Esse aproveitamento não é um exclusivo português, em França o projeto havia sido aplicado à 3ª república. Alain Choppin explora a questão através de seus estudos em França e conclui que a história nos livros escolares fora responsável, durante gerações, em fomentar uma estrutura intelectual e cívica do povo francês. Choppin, A. (1993). *Les Manuels scolaires en France de 1789 à nos jours*. (Vol. 4.). pp. 22-23. Paris: Publ. De la Sorbonne.

manifestações exteriores de culto, tais como, o culto da Pátria, da bandeira, do hino, dos heróis nacionais, a criação de batalhões escolares e a festa da árvore¹⁵¹.

É evidente também, nesta dimensão simbólica, a preocupação em promover a formação dos novos cidadãos. Desta forma, o ideal de coesão e unidade nacional será construído e consolidado, em larga medida, por meio da instituição escolar e de seus principais vetores.

2.3 A valorização da função social do professor.

O projeto educativo republicano, alicerçado na reforma de 1911, dará ao professor um estatuto social substancialmente superior, ocupando funções até então reservadas aos padres. A par disso, os progressos efetuados no grupo pedagógico com bases científicas sólidas faziam prever um maior investimento nessa área de formação¹⁵².

As escolas normais de formação, herdadas da Monarquia, não serão alvo de reformas de fundo entre 1910 e 1918. As alterações conjunturais efetuadas visavam sobretudo objetivos de fundo político - formar professores republicanos¹⁵³, revelador de uma preocupação menor na introdução de mudanças de orientação científica na formação de docentes¹⁵⁴. No fundo as escolas normais republicanas reconheciam o papel de relevo social do professor do ensino primário, mas a formação do mesmo obedecia a parâmetros de educação social para assegurar os conhecimentos necessários ao desempenho do papel social do professor.

Com efeito, o plano de estudo privilegiava as ciências da educação e as ciências de aplicação ou instrutivas, tais como nos apresenta o livro *A formação de professores em Portugal*:

“Ciências da educação – higiene escolar, psicologia geral, experimental e pedagógica, pedagogia geral e história da educação, metodologia, história da instrução popular em Portugal e Legislação comparada do ensino primário; por seu lado, as ciências de aplicação ou instrutiva podem ser agrupadas por educação física, educação estética (modelação e desenho, trabalhos manuais, costura e

¹⁵¹ Proença, M.C. (2010). A Educação. In Rosas, F., Rollo, M.F. (Coord.). *História da Primeira República Portuguesa*. p. 175. Lisboa: Tinta da China Edições.

¹⁵² De acordo com Maria João Mogarro, Raquel Pereira Henriques e Joaquim Pintassilgo a formação de professores para exercer funções no ensino primário ganhou expressividade em Portugal a partir de 1862, com o início do funcionamento das escolas normais de Lisboa. A formação prestada pela escola visava um ensino de dimensão profissional, mas o seu apogeu deu-se durante o período republicano. Mógono, M.J., Henriques, R.P., Pintassilgo, J. (2010). *A Formação de Professores em Portugal*. p. 13. Lisboa: Edições Colibri.

¹⁵³ António Nóvoa realça que a primeira geração de professores, formados nas instituições escolares republicanas, acabaram por não terem desempenhado funções no sistema educativo recém-criado pela República, visto o desemprego ser uma realidade na classe. Nóvoa, A. (1989). *A República e a escola. Das intenções generosas ao desengano das realidades de Ensino em Portugal*. Reforma de 1911. Lisboa: I.I.E.

¹⁵⁴ A formação em vigor era herança monárquica com os seguintes componentes no curso do 1º grau (dois anos): Leitura e recitação, escrita, princípios elementares de gramática, conhecimento língua portuguesa, redação etc. Para informação mais completa consultar obra já citada. *A formação de professores em Portugal*. pp. 13-14.

lhares, música e canto geral), educação intelectual (língua, literatura portuguesa, matemáticas, ciências físico-químicas e naturais, agricultura e economia rural, geografia geral e corografia de Portugal) e ainda a educação social que se articulava com história da civilização e história pátria, direito e economia social e economia doméstica” (Mogarro, Henriques & Pintasilgo, 2010. p. 20).

A formação dos professores era, portanto, marcada por uma profissionalização da atividade docente, a consolidação de um movimento pedagógico e a instrumentalização da função cultural e ideológica do mesmo. Portanto, o professor primário, munido desta formação, apresentava-se como especialista de quem se espera “a revolução social” (Waldoge, 1916, pp. 33-34) pela competência que se lhe reconhece para propiciar as condições adequadas para conduzir o processo educativo laico-republicano da criança. Deste modo, como afiança Manuel Gomes Correia, o professor é “o primeiro obreiro da República” (Correia, 1910, p. 98).

A tónica dos discursos, sejam eles oficiais ou dos pedagogos, é norteada pela dignificação do professor, associada evidentemente à função constitutiva de que estava investido. João de Barros considera-os “verdadeiros apóstolos do ensino e da educação” (Barros, 1916, p. 43). O professor, além de valorizado socialmente por estas palavras de João de Barros, era sacralizado na sua função que ia além do âmbito estritamente pedagógico, tendo a “missão social” (Barros, 1916, p. 48) de formar cidadãos consentâneos com a nova nacionalidade em curso.

Integrado na comunidade onde exerce funções, o professor vê alargada a sua responsabilidade social, exercendo um papel crucial na nova ordem, capaz de “modelar o carácter e a inteligência dessa cera maleável” (Monteiro, 1915, p. 1), as crianças, operando no meio a regeneração social pretendida pelo regime. São abundantes os textos com conotações religiosas atribuídas aos professores, bem como acerca da confiança nos mesmos por parte da pedagogia da época.

A escola, mormente o professor, eram vistos como agentes para o desenvolvimento e progresso do país, bem como na construção do chamado homem novo – o cidadão republicano, formado, participante ativo na vida pública do novo Portugal que a República queria criar¹⁵⁵.

Finalmente, e apesar desse esforço, os anos que se seguiram à implantação da República foram caracterizados por uma grande instabilidade, com a concretização muito lenta das reformas ou a sua substituição por outras¹⁵⁶. Contudo, a figura do professor nunca mais foi a mesma a partir da Primeira República, sendo uma figura de enorme projeção social e educativa.

Como foi sendo exposto ao longo do capítulo, os dois grandes construtores de um Portugal novo foram, no plano institucional, os políticos e, no plano social, a escola e os professores. O projeto republicanizador teve outros atores que ofereceram, em suas respetivas áreas, contributos importantes nessa modelagem. Todavia, a nossa linha de investigação

¹⁵⁵ Mogarro, M.J., Henriques, R.P., Pintasilgo, J. (2010). *A Formação de Professores em Portugal*. p. 18. Lisboa: Edições Colibri.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

privilegiou estes dois casos em concreto devido à maior visibilidade e influência das respetivas áreas no contexto da época.

IV UMA IDENTIDADE FORJADA NA NOVA SACRALIDADE

Já tivemos oportunidade de afirmar que a Igreja Católica e a Monarquia em Portugal foram, durante muito tempo, fatores de coesão social, monopolizando os instrumentos de poder e o espaço público, com fortes repercussões na identidade nacional.

O projeto de fundo iluminista e liberal, protagonizado pelos republicanos, contrariamente a este «status quo», fará tudo ao seu alcance para reverter esse quadro social, pela assunção de um novo paradigma identitário.

Foi-nos possível observar que, objetivamente, a propaganda antimonárquica e católica, os mitos de *complot*, a teorização sistemática alicerçada na história da nova identidade e a educação, entre outros aspetos, estavam a recriar a nova identidade portuguesa. No entanto, esse ideal de cidadania tornar-se-á, subjetivamente, fator de identidade validado no espaço público, pelo cariz militante das comemorações, das romagens, dos cortejos cívicos e dos funerais civis. Nas palavras de Fernando Catroga são “dos mais significativos atos ritualistas da nova religiosidade cívica” (Catroga, 1999, p. 155). O que se pretendia era instaurar uma identidade secular capaz de ser sucessora da tradicional forma de religião prevalecente.

O carácter subjetivo da identidade secularizada, de forte componente mítica, observa-se também na construção de monumentos, símbolos nacionais recriados, nos novos feriados, nas festas escolares e nos feriados civis, de que nos ocuparemos no presente capítulo.

O percurso da nossa investigação tem demonstrado o processo que revela o projeto de uma nova identidade portuguesa que atingiu todas as esferas: histórica, filosófica, pedagógica, sentimental, cultural, moral e espiritual, com a finalidade de construir uma nova ordem social que abarcasse toda a sociedade e cada pessoa, até ao mais íntimo de seu ser. O que propomos demonstrar neste capítulo é como a identidade assumiu a forma pública e legislativa, completando o processo de edificação mítico-identitário do povo português.

Sem dúvida que estamos diante de uma das maiores obras utópica de engenharia social elaboradas até então. Embora não fosse um projeto exclusivamente português (lembramos que projeto idêntico fora concebido e concretizado em França), o projeto português foi quase perfeito, esbarrando na ruralidade maioritária do país¹⁵⁷ que não permitiu uma doutrinação uniforme. Esbarrou também no que poderia ter sido, aparentemente, o aspeto menos problemático... a falta de condições políticas estáveis que resultou numa reforma precária e pouco consensual das instituições do Estado¹⁵⁸, refletindo-se na inexistência de estabilidade necessária ao regime, a principal causa de seu desaparecimento em 1926.

¹⁵⁷ Pereira, D. (2010). A sociedade. In Rollo, M .F., Rosas, F. (Cords.). In *História da Primeira República Portuguesa*. pp. 79-93. Lisboa: Tinta da China Edições

¹⁵⁸ Pereira, G. M. (2010). Que República? In Coelho, A.P., Homem, A.C., Marujo, A., Telo, A., Ventura, A., Silveira, C., et. al., *25 Olhares sobre a I República. do republicanismo ao 28 de Maio*. pp. 122-127. Lisboa: Edição Público Comunicação Social SA.

Paradoxalmente, trabalhou-se de forma árdua, durante décadas, numa identidade nova e mitificada, negligenciando-se fatores absolutamente centrais na consolidação do regime, como são os de ordem política e institucional.

1- Tempos de Memória.

1.1 Comemorações.

A Construção do passado, feito de páginas gloriosas, fornecia irrecusáveis elementos de fundamentação e legitimação da autonomia Nacional, quedando-se por ser de uma eficácia enorme em termos de divulgação cultural e, por consequência, mobilizadora unanimista das múltiplas forças sociais. Neste âmbito, o herói tornava-se o representante privilegiado ou síntese da comunidade nacional¹⁵⁹.

O típico herói sem armas, popularizado na segunda metade de oitocentos, o cientista, o técnico, o industrial, incluindo a figura do estadista, assumia, inevitavelmente, outras feições e portando novas ideias e valores.

As comemorações do tricentenário da morte de camões¹⁶⁰, em 1880, na sequência de outras comemorações cívicas realizadas em Portugal, revelam esse momento de divulgação pública constitutivo de uma nova identidade da nação. A efeméride terá ampla cobertura jornalística¹⁶¹, o que motiva a proliferação de obras alusivas¹⁶², para além do impacto público e político que se vai repercutir em outras cerimónias do mesmo género que se irão realizar posteriormente e às quais já demos a devida nota informativa.

Interessa-nos mais, neste momento da investigação, aprofundar o âmbito dessas comemorações do que, propriamente, mencioná-las. Para esse fim utilizámos duas das mais

¹⁵⁹ A ideia em questão já havia sido teorizada por autores românticos, quer alemães, quer franceses, com destaque para Hegel e Michelet, no quadro da visão organicista das sociedades, muito em voga com Herder. Veja-se Lefebvre, G. (1981). *O nascimento da moderna historiografia* pp. 161-162 e pp. 213-224. Lisboa: Sá da Costa. Sobre a figura do herói, Alexandra Martins, em seu livro *O herói hoje, uma visão histórica e política*, afirma que o herói é uma figura iluminista e romântica. O caracterizado pela razão. É o inventor, o cientista que transforma o mundo e o explorador que procura descobrir o planeta, buscando as suas raízes. Martins, A. (2012) *O herói hoje, uma visão histórica e política*. pp. 142-144. Lisboa: A Causa das Regras.

¹⁶⁰ As comemorações do tricentenário da morte de Camões tiveram o seu epicentro em Lisboa, mas outras cidades, como Guimarães, realizaram os seus festejos, onde a tônica era a representatividade de diversos atores sociais. Caldas, A. J.F. (1881). *Guimarães apontamentos para a sua história*. (Vol. I.). pp. 346-361. Porto: Tipografia A.J. Silva Teixeira. Veja-se o caso de Faro. Canto, J. (1880). *Homenagem a Camões. 10 de Junho de 1880*. Faro: Tipografia do Distrito de Faro.

¹⁶¹ Vilela, M. (1985). *Recepção de Camões nos jornais de 1880*. Coimbra: Almedina.

¹⁶² A título de exemplo ver: Gomes, J.S. (1880). *Camões por ocasião do seu tricentenário a 10 de Junho 1880*. Lisboa. Tipografia Nova Minerva; Figueiredo, A.C.B. (1880). *Homenagem a Camões: 10 de Junho de 1880*. Lisboa: (s.n.)

emblemáticas: O tricentenário de Camões (1880)¹⁶³ e o centenário do Marquês de Pombal (1882).

O significado social e histórico do tricentenário de Camões foi de grande intensidade e extensividade. Esta comemoração foi urdida por intelectuais positivistas, apostados em dar ao evento uma dimensão prospetiva, capaz de contribuir para um ecumenismo cívico identitário que despertasse o país da indiferença que vivera durante séculos.

Teófilo Braga foi um dos ideólogos do centenário que, nos seus textos, exprime a forte componente propagandista, bem como o teor reflexivo do evento, impondo-se no horizonte temporal pelo calendário dos festejos¹⁶⁴.

O programa das Comemorações evidenciava a projeção no espaço público de figuras laicas e de eventos revistados e reinterpretados da história. O espaço público que outrora se confinava ao uso da religião católica é agora partilhado e disputado por elementos civis. Nas comemorações camonianas exprime-se a tendência para confluírem setores como a cultura, as artes, a literatura e a história, cada um ao seu estilo, formatando a vida portuguesa numa nova ordem que se queria civil.

Todos estes campos acabam por justificar a teoria do evento, a qual se insere num discurso e projeto mais amplo, ao nível da refundação da nacionalidade. O caráter dos diversos campos harmonizados permite catalogar todo o processo como verificável ao nível científico. Deste modo, Teófilo Braga afirma: “a veneração prestada à época do regime patriarcal cede na cadeia evolutiva ao regime prestado à força e que por sua vez irá venerar-se os grandes homens” (Braga, 1884, pp. 9-10), acrescentando mais à frente na mesma obra os Centenários:

¹⁶³ A propósito do tricentenário de Camões, Jaime Batalha Reis, que fez parte da Comissão que organizou as comemorações, referia em 1881 a dimensão religiosa do culto épico “muita gente, de entre o povo de Lisboa ou das províncias, chama à festa a que assistimos o santuário de Camões, como se tratasse da santificação, da canonização popular do grande poeta” (Reis, 1880, p. 9). Acrescenta e admite que a dimensão lendária por vezes sobrepõe-se à história, quer em figuras como Camões, quer em figuras como os santos católicos, “Camões é hoje para nós um santo porque em Camões, como nos santos, deve hoje para o povo valer mais a lenda que a história, mais o que se lhes atribui, ou o que neles se quer ver, do que o que realmente fizeram ou foram” (Reis, 1880, pp. 9-10). De referir o mimetismo com os mitos primordiais já estudados neste trabalho, no sentido de a narrativa mítica ter predominância sobre os aspetos factuais da história.

¹⁶⁴ Do programa constou três dias consagrados a férias públicas para o evento: No dia 08 de Junho de 1880 houve uma conferência histórica sobre a vida de Camões, uma exposição na Biblioteca camoniana e a publicação de sua bibliografia. No dia 09 realizou-se a exposição do quadro da morte de Camões, uma leitura recitada de Camões por parte de Almeida Garret e a execução dos principais trechos da missa Bomtempo, dedicada a Camões. Por fim, no dia principal das festas, o 10 de Junho, fez-se a publicação monumental dos Lusíadas e de uma medalha comemorativa. Fundou-se um comité ou Sociedade erudita destinada à revisão de um texto definido das obras do poeta, fez-se a representação de um drama ou ópera sobre Camões e a recitação teatral dos primeiros episódios dos Lusíadas. Braga, T. (1884). *Os Centenários como síntese efetiva nas sociedades modernas*. pp. 23-25. Porto: Tipografia A.J. Silva Teixeira.

“a ciência que determinou pelos seus processos críticos essa relação histórica, moral e artística para que se elevassem os grandes homens sintetizando valores novos de identidade” (Braga, 1884, p. 51).

Como ideólogo das comemorações, Teófilo Braga via nos grandes homens, como Camões, no evento principal em Lisboa e nos outros um pouco por todo o país, o início de uma nova identificação coletiva dos espíritos e dos espaços, futuramente responsável por fomentar o progresso do país, tendo sublinhado, neste âmbito, “a convergência aos interesses, aos sentimentos e aspirações coletivas, tornando-se por isso mesmo os representantes de uma época e de um povo” (Braga, 1884, pp. 181-182).

Os festejos tiveram como um dos seus pontos altos o cortejo cívico. Pese embora fazermos uma análise mais detalhada deste género de manifestação mais à frente neste capítulo, cumpre-nos dizer que eles demonstram a tendência de laicizar o espaço público, que vai acompanhar a laicização do tempo conseguida com as comemorações do centenário. De referir que estas evoluções, em termos laicizantes, começam a acontecer muito antes do incremento da República, mas corroborando a nível ideológico-político e sócio identitário com o rumo pretendido pelos idealistas de um Portugal novo, mormente os republicanos.

Se as comemorações camonianas foram capazes de mobilizar e criar uma unanimidade coletiva¹⁶⁵, já não se pode dizer o mesmo das Comemorações do Centenário do Marquês de Pombal.

A figura e personalidade de Pombal não reuniam consenso, muito por culpa dos meios por ele utilizados para levar a cabo suas reformas políticas. Surge muitas vezes, por via disso, associado a si uma certa monstruosidade¹⁶⁶, mas esse fator negativo era compensado pela sua missão que consistiu no ataque a elementos da aristocracia e à Companhia de Jesus, contribuindo para a secularização e o advento da sociedade liberal e da Democracia, com a correspondente abdicação do poder real, ainda que não se mostrasse adverso ao objetivo de engrandecer o prestígio da coroa¹⁶⁷.

Percebe-se que é feita uma determinada leitura dos fatos ao nível histórico que permite desculpabilizar Pombal de alguns excessos morais, para não falar mesmo criminosos; e, como disse Teófilo, se não podemos fazer a sua apoteose “não é glorificado pelo amor, mas pela quebra do imobilismo social” (Braga, 1884, p. 190). Portanto, para este teórico positivista,

¹⁶⁵ Sérgio Campos Matos salienta que Camões reunia consenso por não ser uma figura monárquica, podendo ser facilmente identificado como uma figura laica. Matos, S.C. (1998). *Historiografia e Memória Nacional 1846-1898*. p. 428. Lisboa: Edições Colibri.

¹⁶⁶ Braga, T. (1884). *Os Centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. pp. 186-187. Porto: Tipografia A.J. da Silva Teixeira e Pedroso, C. (1882). O Marquês de Pombal. In Azevedo, G.de. (Dir.). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro* (Vol. V.). Nº 122 (5). p. 107. Lisboa: Tipografia de Lisboa.

¹⁶⁷ Braga, T., Graça, S. (1882). Homenagem ao grande estadista Marquês de Pombal. In Lima, S. (Dir.). *Galeria Republicana*. Número especial (1). pp. 3-4. Lisboa: Tipografia de Matos moreira & Cardoso.

Pombal deve ser valorizado acima de tudo pelas transformações sociais, políticas e culturais de sua época, porque de modo decisivo contribuiu para a construção e divulgação de uma certa imagem de Portugal e do seu passado histórico, criando na opinião pública o impacto necessário para que surgissem transformações cívicas significativas¹⁶⁸.

Para Silva Graça o Centenário de Pombal, que se seguiu ao de Camões, faz todo o sentido por ser uma nova afirmação de vitalidade Nacional e um protesto consciente contra o agente mais poderoso da decadência portuguesa – os Jesuítas¹⁶⁹. Deste modo, as suas reformas, entre as quais a expulsão dos Jesuítas, justificam a desculpabilização e a sobreposição em relação à sua faceta nebulosa¹⁷⁰.

A efeméride é justificada pela necessidade social de venerá-lo pelos feitos por ele realizados, os quais trouxeram o progresso em sua época, servindo para catalisar o novo sentimento nacional, norteados pelo programa de laicismo civil.

Estes dois exemplos são representativos de outras comemorações do género que se irão intensificar e às quais fizemos a devida referência noutra parte deste trabalho. Saliente-se que as comemorações dos centenários em geral eram uma forma de liturgia nova, aplicada a vertente cívica que concorria para se sobrepor à velha liturgia religiosa. Algo que era assumido abertamente pelos seus mentores, como Bernardino Machado¹⁷¹.

¹⁶⁸ Braga, T. (1884). *Os Centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. pp. 184-186. Porto: Tipografia A.J. da Silva Teixeira.

¹⁶⁹ Graça, S. (1882). Homenagem ao grande estadista Marquês de Pombal. In Lima, S. (Dir.). *Galeria da Republica*. Número especial. (1). p. 4. Lisboa: Tipografia de Matos Moreia & Cardoso.

¹⁷⁰ Na crónica do *Ocidente*, Gervásio Lobato justifica a iniciativa festiva em torno de Pombal ao dizer que o seu legado de estadista é suficientemente maior que “os erros e as tiranias do ministro” (Lobato, 1882, p. 106), uma vez que lutou e venceu dois grandes inimigos da civilização moderna: a ignorância e o fanatismo religioso, expulsando por um lado os Jesuítas e por outro criando trezentas escolas. Deste modo, as proporções do seu trabalho tornaram-se enormes na época. O brilho alcançado nestas realizações ofuscava “os seus erros, os seus desvarios, mesmo os seus crimes ficam escondidos nas trevas da luz enorme que esse homem espalhou em torno de si e que ilumina um século inteiro” (Lobato, 1882, p. 106). Asseverou que os homens como Pombal devem ser estudados no seu meio e no seu tempo para se compreender o seu papel na sociedade. Pombal significou o triunfo liberal e moderno que convinha ser exposto como protesto reivindicativo, apesar de não receber aprovação absoluta de todos os atos de sua vida. Lobato, G. (1882). *Crónica Ocidental*. In Azevedo, G. de, (Dir.).

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (Vol. V.). Nº 122 (5). p. 106. Lisboa: Tipografia de Lisboa.

¹⁷¹ Machado, B. (1904). *Conferências Políticas*. In conferência realizada no Ateneu Comercial de Lisboa. p. 36. Lisboa: Portugal, Outubro 31 de 1903.

O Republicanismo expresso no *Manifesto dos Emigrados* de Sampaio Bruno está carregado de religiosidade cívica. O discurso dos exilados da revolta de 1891 denota uma espécie de oração civil republicana a Portugal e à Europa impregnada de redentorismo. Bruno, S. (1991). *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*. p. 11. Porto: Governo Civil do Porto. (Trabalho original publicado em 1891).

Sampaio Bruno, em sua ideia de República, denota um novo paradigma científico espiritual, aprofundado numa dimensão messiânica em obras como: *Notas do Exilo* (1893), *O Brasil Mental* (1898); *A Ideia de Deus* (1902); *O Encoberto* (1904). Particularmente no *Encoberto* discute, de forma alegórica, o mito do Sebastianismo português, expondo sua compreensão da filosofia da história portuguesa, profetizando tempos melhores sobre os auspícios do idealismo

O determinismo social de elaborar uma nova formação cívica subjaz nas comemorações, onde a posição detida é definida por uma argumentação, nem sempre fundamentada, acerca da especificidade da cultura portuguesa.

1.2 Novas datas especiais de culto da memória.

A formação de uma opinião pública segundo os valores da modernidade obedecia a uma mentalidade capaz de exercer a sua liberdade de expressão e pensamento. A construção dessa sociedade democrática passava, desde logo, por um poder político independente de todas as opiniões e crenças, ainda que respeitasse a todas, aplicando um programa laico.

Os republicanos, desde a época de propaganda e agora chegados ao poder, estavam apostados em exigir e impor a laicidade do Estado e dos serviços públicos. A ideia de democratização da sociedade portuguesa impunha a rejeição pública de toda e qualquer expressão pública de clericalismo, passando a ostentar valores como a moral social, a educação científica e o livre exame, que constituem a base de uma maturidade social que permite o exercício de liberdades fundamentais.

O republicanismo, e depois a nova República, assumiu-se como um projeto cujo programa se baseou na hegemonização de uma nova mundividência. Hegemonização essa que se vai instalar em estruturas estatais reconfiguradas. O novo consenso que o regime queria trazer à sociedade só seria possível conjugando os tempos económicos com os tempos políticos e os tempos culturais.

A disposição do Governo Provisório em atingir esse patamar de laicização no seio da sociedade portuguesa era grande, promovendo e publicando uma legislação vasta, logo no primeiro mês. Os detentores do poder revelaram pressa em construir a sociedade sonhada, utilizando a vertente legal como um dos meios para a atingir.

A promulgação dos diplomas mostrou-se revelador de uma nova fase nas relações do Estado com a Igreja Católica, pois entre os diversos diplomas alguns são de carácter comemorativo e ritualista, modificando a anterior configuração existente.

O calendário dos feriados ficou marcado por uma forte tendência de consagrar todos os elementos associados à República, direta ou indiretamente. O dia 1 de Janeiro foi dedicado à fraternidade universal; o 31 de Janeiro foi devotado aos percursores e mártires da República, numa clara alusão à tentativa falhada de instaurar a República no Porto em 1891, e que se saldou em algumas vítimas mortais; o 5 de Outubro foi declarado feriado em honra dos heróis da República, imortalizados no feriado; o dia 1º de Dezembro foi dedicado à autonomia da nação, (também será dedicado à bandeira); o 25 de Dezembro passou a ser o dia reservado à família, deixando de ser uma data religiosa. Às municipalidades foi concedida a faculdade de

republicano. Bruno, S. (1999) *O Encoberto*. Porto: Lello Editores. (Trabalho original publicado em 1904).

considerar feriado um dia por ano no perímetro de seu respetivo concelho, de acordo com a sua escolha¹⁷².

Com este conjunto de feriados decretados, a Primeira República assume-se cada vez mais no panorama social português, no campo político-administrativo¹⁷³, conseguindo laiciza-lo e ocupando um espaço importante na memória popular. O regime estava a assumir um papel cada vez mais ativo, agora intervindo no decurso do ano mediante o calendário, dando ao ano um carácter cada vez mais civil, ao mesmo tempo que expurgava qualquer ligação ao regime anterior.

A par dos feriados, ocorreram outras medidas legislativas de forte impacto simbólico. Foram os casos do abolição do juramento de carácter religioso¹⁷⁴ no âmbito das funções públicas e a supressão do juramento dos lentes, alunos e pessoal da Universidade de Coimbra¹⁷⁵. Procurava-se dar à formação superior¹⁷⁶ a neutralidade necessária para desempenhar suas funções científicas, emancipando-se definitivamente de todos os elementos estranhos à razão. Os momentos ímpares da vivência estudantil passam a ter outro teor identitário.

A Faculdade de Teologia é extinta, conforme o artigo 1º expõe, “são anuladas as matrículas efetuadas no primeiro ano da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra” (DL Nº 16/10, Artigo 1º). A decisão era mais uma forma de tornar o ensino livre da influência religiosa, outrora maioritária no espaço e no tempo escolar. O mesmo Diário do Governo faz eco da extinção do ensino religioso nas escolas: “Fica extinto nas escolas primárias e normais primárias o ensino da doutrina cristã” (DL Nº 16/10, Artigo 1º).

Acontecimentos especiais, como o casamento, passam a ser encarados sob o prisma civil, deixando de ser vistos como instituição divina. O casamento passa, à luz da República e da lei,

¹⁷² *Diário do Governo*, Decreto-lei Nº 7/10, de 13 de Outubro p. 41. Decreto dos feriados nacionais. De referir que os outros chamados “dias santificados” pela Igreja passam a ser considerados “úteis e de trabalho”. *Diário do Governo*, Decreto-lei Nº 19/10, de 27 de Outubro. p. 185. Presidência do Governo Provisório da República.

¹⁷³ Trabalhos recentes versaram em especial essa vertente, especificamente na análise à Lei da Separação, nomeadamente de Sérgio Ribeiro Pinto, Luís Salgado de Matos e Maria Lúcia de Brito Moura. São os casos das seguintes obras dos supracitados, Moura, M.L. de. B. (2010). *A guerra religiosa na I República*. (2ª Ed.). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa; Matos, L.S. de. (2011). *A separação do Estado e da Igreja*. (1ª Ed.). Lisboa: Dom Quixote; Pinto, S.R. (2011). *Separação Religiosa como Modernidade*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa. Para uma análise das próprias leis, estas estão reunidas numa obra monumental elaborada em 3 volumes. Morgado, A. (Cord.). (1910-1911). *Legislação Republicana ou as primeiras leis e disposições da República portuguesa*. Lisboa: Almanaque Palhares.

¹⁷⁴ *Diário do Governo*, Decreto-lei Nº 12/10, de 19 de Outubro. p. 97. Direção Geral dos Negócios da Justiça.

¹⁷⁵ *Diário do Governo*, Decreto-Lei Nº 16/10, de 24 de Outubro. p. 153. Direção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial.

¹⁷⁶ A laicização da Universidade terá o seu epílogo com a promulgação do decreto de 21 de Janeiro de 1911 que proibirá o culto de caris religioso na Capela da Universidade.

a ser considerado um contrato que pode ser extinto quando as partes envolvidas achassem que deixava de ser de seu interesse.

Com o estabelecimento de novos feriados consagrados a entidades sacralizadas pelo republicanismo e a sua nova forma de ver instituições como o casamento e a escola, o regime colocava novos marcos na vida do cidadão, criando novos consensos. A mundividência republicana propunha novos cultos, alternativos ao catolicismo, com festas que aglutinavam e centralizavam o entusiasmo e a emoção popular.

Voltando ao calendário dos feriados republicanizados, podemos dizer que o dia por excelência no panorama festivo era, sem dúvida, o 5 de Outubro, pelo caráter redentor que encerrava. Era efetivamente a festa que celebrava a almejada mudança, ainda que outras tivessem o seu brilho. As festas cívicas vão, durante algum tempo, sobrepor-se às festas tradicionais de caris religioso¹⁷⁷, marcando os tempos da memória e recriando uma nova matriz de identidade.

1.3 A Sacralização do 1º de Maio.

A festa incorporada no feriado do 1º de Maio insere-se, no contexto português, nas chamadas festas revolucionárias¹⁷⁸ envoltas em alguma religiosidade. A tradição das festas cívicas em Portugal vinha do vintismo, tendo sido atualizadas na década de oitenta do século XIX pelos liberais e republicanos que procuravam, através dos cortejos cívicos, encarnar a alma Nacional. Uma vez feito referência ao cortejo cívico, convém, nesta fase da investigação, referir o seguinte:

O método utilizado neste capítulo para explanar a identidade mítica que se construiu também pela sacralidade foi seguir o critério de apresentar as comemorações e festas como tempos de memória, apresentando o seu enquadramento teórico em primeiro lugar e deixando as romagens e cortejos cívicos para uma análise específica e particular em segundo plano; ou seja, algumas definições festivas, ainda que se saiba que as mesmas faziam parte integrante das festas, gostaríamos de explorar o assunto numa perspetiva de ocupação e manifestação do espaço público de memória.

¹⁷⁷ No ano da 1911 mais de duzentas mil pessoas vieram a Lisboa festejar o 5 de Outubro, de acordo com o relato do *Ocidente*. Prudêncio, J. (1911). Crónica Ocidental. In Silva, C.A. de. (Dir.). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Nº 1180 (34). p. 217. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

No Porto, pelas comemorações do 31 de Janeiro, uma comitiva de quatro ministros do Governo Provisório deslocou-se aos festejos. Mais de mil excursionistas partiram de Lisboa para a celebração. Silva, C.A. da. (Dir.). (1911). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Nº 1156 (34). p. 26. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

¹⁷⁸ Em França a Revolução definiu as festas revolucionárias, não só pelo modelo novo de que foi responsável em criar, mas pela continuidade assumida dos modelos da antiguidade clássica e das festas populares e religiosas. Para uma investigação mais profunda do caso francês consultar Ozouf, M. (1976). *La Fête Révolutionnaire*. 1789-1799. Paris: Gallimard.

Voltando ao projeto de investigação, apraz-nos referir que, no caso português, no que concerne às festas cívicas e ao 1º de Maio em particular, o ritualismo teatralizava uma visão da história que era conservada através da repetição, como já foi verificado nos mitos dos primórdios e, desta forma, era posto ao serviço da inauguração de uma nova sociedade.

O 1º de Maio é, como outras festas do género, estruturado de forma cénica, tendo por funcionalidade expressar a ideia de uma vocação histórica da classe trabalhadora, postulando a capacidade criadora do homem, feita de um determinismo humanista¹⁷⁹.

A produção de textos propagandistas do dia do trabalhador demonstra a forma religiosa e litúrgica com que se encarava este tempo de memória. Neles percebemos a conceção consagradora de uma atividade profana que, pela ritualização anual e cíclica, corporativizava a socialização¹⁸⁰ da causa e a sua perpetuação progressiva e irreversível de tempo.

Para ilustrar um pouco melhor essa realidade basta citar como a propaganda, a título de exemplo, era por vezes feita, dando ao dia contornos de santidade: “foi escolhido por homens e é santificado por nós, foi abençoado a sua santificação pelos trabalhadores” (Pereira, 1907, p. 4).

Festas como o 1º de Maio procuravam ocupar o tempo unindo o povo a uma identidade coletiva que o transcendia, na tentativa de o levar a “uma escatologia histórica de vocação prospetiva e universal” (Catroga, 1999, p. 237). Sem dúvida que a religiosidade cívica era fundamental para agregar a sociedade em torno de uma identidade e acalentava a esperança que a mesma pudesse substituir a função socializadora até então desempenhada pelos ritos da religião católica, até porque a imprensa noticiava a cada vez mais fraca adesão das populações às festas católicas¹⁸¹.

Os promotores e os divulgadores do 1º de Maio eram de quadrantes políticos¹⁸² distintos, desde anarquistas a socialistas e republicanos. No caso que estudamos, interessa frisar as intenções republicanas que passavam por transformar as manifestações do 1º de Maio em objetivos políticos e sociais que assegurassem uma religiosidade cívica.

¹⁷⁹ Guimarães, M. (1911, 1 de Maio). O 1º de Maio. In *A Capital*. Nº 295. (1). p. 1.

¹⁸⁰ Barbosa, M. (1910, 1 de Maio). O 1º de Maio. In *A Vida*, 2ª Série. Nº 70. (VI). p. 1;

Laranjeira, M. (1908, 1 de Maio). A Associação. In *A Voz do Proletário*. Nº 590 (XXII). p. 1.

¹⁸¹ Dias, C.M. (Dir.). O Rei na procissão do Corpo de Deus. In *Ilustração Portuguesa*. (1908, 29 de Junho). Nº 123. p. 820.

¹⁸² Para obter-se informação e esclarecimentos relativos a esta questão no panorama português veja-se Fonseca, C. da. (1990). *O 1º de Maio em Portugal. 1890-1990. Crónica de um século*. pp. 19-22. Lisboa: Edições Antígona. Consultar Catroga, F. (1999). O 1º de Maio Como Rito Operário. In *O Céu da Memória, Centenário Romântico e Culto Cívico dos mortos*. pp. 209-243. Coimbra: Minerva.

1.4 Festas escolares – A festa da árvore.

Uma das festas cívicas que reuniram consenso por parte de todos os setores ideológicos era a festa da árvore. A árvore, como símbolo de fertilidade e de renovação, fora desde os tempos primitivos objeto de veneração; veja-se isso mesmo na seguinte afirmação de A. Figueirinhas: “a árvore é o elemento da criação que sempre teve, através dos tempos, um culto especial” (Figueirinhas, 1916, p. 5). Nesse mesmo livro traça-se, de modo discriminado, o uso e a circunstância em que a árvore se associa ao culto, desde a mitologia clássica até aos rituais cristãos no uso da árvore como símbolo¹⁸³.

A festa da árvore no sentido moderno foi fomentada pela Revolução francesa; mas, no essencial, o seu significado é o mesmo do passado, sem o sincretismo de elementos díspares, incluindo referências maçónicas¹⁸⁴, mas que no fundo apontam para uma regeneração social, reconciliando os homens entre si e com a natureza.

Em Portugal a festa da árvore foi introduzida nos últimos anos da Monarquia. Os republicanos vão fomentar a festa, pretendendo vincular as crianças a essa liturgia. A adoção da religiosidade cívica poderia moralizar a sociedade, inculcando o respeito pelo ciclo renovador da vida exemplificado na plantação de uma árvore.

Para João Barros, a plantação de uma árvore constituía um enorme contributo ao nível da formação do carácter¹⁸⁵. O grão-mestre da maçonaria, José de Castro, dissera em prefácio que a árvore encerra um alcance moralizador e patriótico capaz de fazer, em termos simbólicos, a ponte entre o passado e o futuro, de modo que para que o renascimento social acontecesse era importante plantar uma árvore, contribuindo para uma solidariedade e fraternidade entre homens¹⁸⁶.

O culto da árvore foi uma instrumentalização bem orquestrada para, de modo mítico, se construir uma nova identidade moral do povo português; como dizia Figueirinhas: “O culto da árvore é ainda uma alta lição de moral” (Figueirinhas, 1916, p. 17). Outros autores da época recomendavam o seu lado educativo, capaz de produzir um cidadão conforme os valores da República¹⁸⁷.

No fundo, a festa da árvore tinha por alvo interiorizar os novos valores e ideias do discurso republicano, criando uma adesão aos seus símbolos e socializando os cidadãos. Esse

¹⁸³ Figueirinhas, A. (1916). *O livro da festa da árvore*. pp. 5-6. Porto: Casa Editora de Figueirinha & C^a.

¹⁸⁴ A partir do ano de 1907, a Liga Nacional de Instrução, uma organização com ligações ao republicanismo e à maçonaria, empreendeu uma campanha intensa de levar os professores a organizarem com os seus alunos cerimónias de caráter cívico, tendo na plantação da árvore o seu apogeu. *Liga Nacional da Instrução*. (1910). 2^o Congresso Pedagógico (1909, 13-16 de Abril). pp. IV-V. Lisboa: Imprensa Nacional.

¹⁸⁵ Barros, J. (1911). *A Nacionalização do ensino*. p. 153. Porto: Ferreira Lda. Editores.

¹⁸⁶ Castro, J. (1912). Prefácio. In *A árvore, leitura patriótica a favor da propagação, defesa e culto da árvore*. pp. VIII – XX. Lisboa: Edições da Casa Alfredo David Encardenador.

¹⁸⁷ Walgôde, A., Queiroz, E. de. *Guia para a organização e realização da festa da árvore*. Porto: Companhia Portuguesa Editora. (s/d).

panteísmo mítico e difuso pretendia despertar amor patriótico pois amar as árvores é sinónimo de amar a pátria: “ao insuflarmos nas crianças o amor pela nossa vegetação, fariamos despertar espontâneos e inocentes os sentimentos patrióticos” (Queiroz, 1916, p. 14).

Subentende-se que o gesto de plantar uma árvore une a comunidade e integra o cidadão com a sua terra que, em abono da verdade, agrega o espaço geográfico da sua pátria. Portanto, a árvore passa a ser um lugar de memória no imaginário comunitário, moldando-o segundo uma cidadania emergente e republicana que se quer perpetuar no tempo.

A festa em causa decorreu, na maioria das vezes, durante o mês de Março, assinalando precisamente a passagem do inverno para a primavera¹⁸⁸.

A religiosidade cívica atingida na festa tomava forma através de rituais socializantes. O padrão organizativo da festa era idêntico ou estandardizado de ano para ano podendo, por isso, ser realçado o seu pendor estereotipado¹⁸⁹. Apesar de a festa ter perdido, aos poucos, o seu interesse, nos anos áureos dos festejos teve um papel de implementação, reforço e consolidação, quer do regime, quer de uma nova identidade cívica e Nacional que se tinha instalado, marcando os tempos de memória.

2- Lugares de memória.

2.1 Monumentos.

A geografia de manifestação patriótica tornou-se, aos poucos, um meio poderoso de socialização política. A partir do *Ultimatum* de 1890 as festas cívicas de comemorações Nacionais ganharão uma projeção até então nunca vistas no nosso país.

No que concerne ao estatuário, Lisboa era uma cidade pouco dada ao comemorativismo. Até ao ano de 1880 a cidade dispunha de quatro estátuas. A mais sonante era a do Rei D. José I¹⁹⁰, a mais antiga, na Praça do Comércio, inaugurada em 1775¹⁹¹. Havia a estátua de Camões,

¹⁸⁸ O Dr. Joaquim Pintassilgo relaciona o fato com a ideia de regeneração simbolizada na árvore e associada à regeneração social corporizada na República. Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos, A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*. p. 187. Lisboa: Edições Colibri.

¹⁸⁹ A descrição da festa pode ser assim resumida: Os alunos reúnem-se com trajes apropriados e desfilam acompanhados pelos professores. No local do plantio, cantam um hino dedicado à árvore, à sementeira e às desfolhadas, acompanhado de dança. O cortejo regressa à escola. Há lugar à recitação de trechos alusivos ao ato, realizam-se discursos, entoar-se o hino Nacional e finalmente distribuem-se lanches pelas crianças cf. *Queiroz, E. D. (1916). Árvore. Recolha de discursos, preleções, poesias e modelo de relatório, em alusão à Festa da Árvore*. pp. 63-64. Porto: Livraria Moderna de João Gonçalves – Editor.

¹⁹⁰ José de Arriaga, referindo-se à estátua de D. José I no Terreiro do Paço, amplia a interpretação, no sentido do valor simbólico que a mesma iria inspirar, sentimentos novos quanto à identidade, dizendo que “Portugal é o país que possui mais monumentos nacionais, pequeno como é, quis atestar ao mundo o seu grande génio, deixando aos séculos vindouros obras imortais inspiradas nos mais gloriosos da sua história”. (Arriaga, 1881, p. 4).

de 1867. Havia também a do Duque de Bragança, no Rossio, desde 1870, e a do deputado da esquerda e chefe maçónico, José Estevão, datada de 1876, posta em frente das cortes¹⁹². Na verdade, o grande surto estatutário em Portugal nos centros urbanos dá-se com o monumento de Luís de Camões, muito por culpa da projeção que o poeta adquiriu na cultura portuguesa, que foi apropriado e superlativado como instrumento de formação cívica por parte das hostes republicanas. A valoração estatutária não residiu na sua qualidade estética mas, como é óbvio, na sua intencionalidade evocativa dos grandes exemplos expostos ao olhar do povo para que, pela simbólica, se fabricasse o novo cidadão¹⁹³.

Vários outros homens seriam objeto de veneração pública por meio de monumentos colocados nas grandes cidades¹⁹⁴ e na província. Muitos monumentos serão levantados para consagrar políticos e Marechais do regime liberal, atestando o seu lugar de relevo na regeneração¹⁹⁵, como os casos de Passos Manuel (Leça da Palmeira 1864) e Sá da Bandeira (Lisboa 1884), por exemplo.

A ocupação de espaços públicos com estatutário dessas figuras representava que estava em curso uma participação e valorização cada vez maior das componentes doutrinária e sentimental que resultariam na convergência Nacional para obter uma identidade nova.

¹⁹¹ A estátua equestre de D. José I era bem vista pelos republicanos, dado que D. José I, em sua administração, com a prestimosa e decisiva colaboração de seu Ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido pelo Marquês de Pombal, reconstrói Lisboa depois do terramoto, modernizando-a, bem como expulsando os Jesuítas. Para os Republicanos, recuperar um passado que fosse consentâneo com suas ideias dava-lhes legitimidade.

¹⁹² Ramos, R. (2001). A cultura do patriotismo cívico. In Mattoso, J. (Dir.). *História de Portugal*. (vol.6). p. 71. Lisboa: Editorial Estampa.

¹⁹³ Matos, S.C. (1998). *Historiografia e Memória Nacional 1846-1898*. p. 428. Lisboa: Edições Colibri.

¹⁹⁴ Tomando por exemplo o caso do monumento inaugurado em homenagem ao Infante Dom Henrique, no Porto, em 21 de Outubro de 1900, foi um acontecimento de ampla cobertura jornalística, tendo-se verificado uma enorme afluência do público. Embora patrocinado pela Monarquia, foi, como em outros momentos e casos, um acontecimento aproveitado para propagandear a causa republicana, valendo-se do empreendedorismo marítimo do homenageado para sustentar a ideia de um país conquistador que pode ressurgir pelo génio inerente de seu povo. Silva, C. A. da. (1900, 30 de Outubro). Inauguração do monumento ao Infante Dom Henrique. In *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Nº 786. Volume XXIII. (23). p. 239. Lisboa: Oficina de Impressão.

¹⁹⁵ A regeneração traduziu-se num movimento político preparado ideologicamente no sentido de fazer convergir as diversas tendências liberais. Surge em meados do século XIX, apresentando como ponto fulcral da atividade política a renovação das infraestruturas básicas do país e aceitando os princípios estabelecidos na Carta Constitucional de 1826, reformulada entretanto em 1852. Do seu ideário político constava uma série de reformas administrativas e económico-sociais.

Os republicanos apresentavam-se como herdeiros naturais das ideias, valores e resultados dessa tradição progressista, mas inacabada. Seria a obra da República a responsável por construir a ponte entre essas gerações e, por seu turno, completar o já iniciado, ao ponto de incutir no íntimo do cidadão a noção de uma identidade perdida que agora se estava a resgatar. Isto explica o empenho dessa elite em consagrar monumentos a vultos desse período e do liberalismo. Mendes, J. A. (2001). *Evolução da Economia Portuguesa. Regeneração e Capitalismo*. In Mattoso, J. (Dir.). *História de Portugal*. (Vol 5.). pp. 319-322. Lisboa: Editorial Estampa.

Verifica-se que boa parte da estatuária levantada nos finais do século XIX e inícios do século XX corresponde a modificações no campo simbólico que procuram corresponder a uma nova representatividade em Portugal.

Por fim, a própria República como regime precisava ser reconhecível, corporizando uma imagem que lhe emprestasse um lugar de memória. Na primeira sessão da Assembleia Nacional constituinte, em 19 de Junho de 1911, uma das primeiras iniciativas da lei foi a abolição da Monarquia e a proclamação da República, seguida da instituição da nova Bandeira e do Hino Nacional. Como aconteceu em França, houve a necessidade de consagrar a República de modo alegórico e a forma escolhida foi a de uma mulher.

A imagem plástica da mulher encarnou simbolicamente o sonho, o mito e a esperança messiânica. Representava, em corpo feminino, um conjunto de atributos visuais que deixaram de ser abstratos¹⁹⁶. O fato de ser uma mulher representava a fonte da vida, portanto a própria vida, prestando-se a representar certos valores políticos, ideológicos, afetivos, sociais e mentais, além de surgir adornada de adereços que lhe conferiam um ar mítico, por vezes sincrético e quase sempre uma aureola de santidade, própria dos santos católicos¹⁹⁷.

João Medina põe em relevo o forte impacto visual que a iconografia feminina do regime trouxe ao espaço civil, “uma mulher que carregava consigo outros atributos nos quais encerrava uma ideologia, uma mitologia, toda uma simbólica, investida de uma missão visível, uma maneira de dizer uma coisa, por outra” (Medina, 1993, p. 89).

2.2 Símbolos Nacionais recriados: Bandeira e Hino Nacional.

Outro dos meios de criação de uma nova identidade Nacional em massas foi a escolha de uma nova bandeira que rompesse com o passado monárquico. No Diário do Governo de 15 de Outubro de 1910, publicado a 18 do mesmo mês, o Ministro do Interior António José de Almeida menciona que urgia decidir, de modo claro, esse requisito, “considerando que a bandeira é o símbolo da pátria, e importando definir e resolver sobre a representação moral da nacionalidade” (Diário do Governo, 1910, p. 1).

Como é natural, a novel república precisava de se afirmar no Panorama Nacional, substituindo uma bandeira que consagrava uma história e carga simbólica por demais

¹⁹⁶ Medina, J. (1993). A imagem da República: Ensaio de iconografia histórica sobre a origem e metamorfose da imagem feminina republicana. pp. 64-66. Lisboa: Faculdade de Letras.

¹⁹⁷ No caso português, como no francês, a adoração da figura feminina revela o uso das ferramentas da religião, ou seja, a antropomorfização de conceitos expressos na imagem da República.

Curiosamente, no caso da revolução americana, fortemente marcada pela matriz Protestante, as noções éticas, como liberdade, República e povo eram valores neutros. O caso da estátua da Liberdade é um caso excepcional e sui generis que pode ser observado em Harris, J. (1985). *A Statue for America. The first 100 years of the statue of Liberty*. New York: Macmillan Publishing Company

combatida e ultrapassada, segundo os mais cétricos. A nova bandeira a ser criada despertaria consigo sentimentos novos, forneceria códigos claros de um novo tipo de identidade a ser modelada, sugerindo outros horizontes a adotar.

No diário supracitado, é nomeada uma comissão para apresentar um projeto de bandeira. Pelo meio apareceram diversos projetos, ideias e sugestões que causaram enorme polémica¹⁹⁸.

A polémica atingiu tamanhas proporções, desde os primórdios da República, ao ponto da imprensa republicana sentir a necessidade de expô-la publicamente. O jornal *A Capital*, de 23 de Outubro de 1910, demonstra o desconforto que não era fruto de lutas entre monárquicos e republicanos, entre a velha geração ou a nova geração de republicanos ou por protagonismos dos seus mais destacados líderes, mas sim da escolha do estandarte que viria a ser, no plano simbólico, o símbolo maior da Identidade Nacional¹⁹⁹.

¹⁹⁸ A polémica polariza-se em torno de duas grandes questões: Por um lado as cores da bandeira, Azul-branco/ Verde-rubro, por outro as armas em torno da esfera armilar.

Os defensores das cores Azul-branco, que vinham desde o período monárquico constitucional, eram encabeçados por Guerra Junqueiro, Anselmo, Braamcamp Freire, António Arroio, Henrique Lopes de Mendonça e Sampaio Bruno. Já de entre os defensores de uma vaga de fundo, inserindo as cores verde-rubro, para além da Comissão nomeada, destacam-se personalidades como Afonso Costa, António José de Almeida e Teófilo Braga.

Os debates acalorados centraram-se no significado das cores e sua relação com a história e Tradição Nacional, no sentido que melhor conviesse para se formular a Unidade Nacional em torno do regime recém-chegado ao poder.

A tese que defendia a manutenção das cores azul-branco baseava-se no fato de que a bandeira fora criada pelo regime liberal, representando a liberdade, o génio português, a tradição e a continuidade da nação. Por seu turno, os que defendiam a tese da cor verde-rubro precisamente punham em causa essa continuidade, optando por duas cores que simbolizavam a rutura, o fogo e o sangue revolucionários, cores essas afinal mais próximas da tradição cromática do republicanismo.

O vermelho era associado a uma cor viril de conquista e risco, tratando-se, por isso, da cor certa para o momento, uma vez que as sociedades dos inícios do século XX desprezavam a brandura em detrimento de uma vontade impositiva dos povos. A cor verde foi associada pela comissão com a revolução, suportada na ideia defendida por Comte como a cor que melhor evocava o futuro.

Ao nível dos símbolos, a conciliação entre as partes também não foi possível, tendo vingado a ideia da comissão em ter o escudo branco com as quinas azuis com maravedis de prata e os sete castelos, porque estes lembravam a fundação da nacionalidade e a conquista do Algarve. Foi adotada a esfera armilar em amarelo ouro, uma vez que esta representava uma conceção cosmológica do mundo de outrora dominado pelos portugueses.

No conjunto, estes símbolos sugeriam, a dois tempos, o período da conquista do território e a fase dourada das conquistas marítimas, época de afirmação do país no mundo. Pode dizer-se que a Bandeira consagra simbolicamente os princípios ideológicos do republicanismo, ou seja, a Bandeira agora Nacional, identidade de um povo, era antes disso a bandeira republicana, pela força das ideias e da tradição do próprio movimento.

Para se ter uma melhor visão dos pontos de vista, projetos e teorização da matéria, consultar: Melo, O. (1924). *A Bandeira Nacional: sua evolução histórica desde a fundação da monarquia portuguesa até á atualidade*. Lisboa: Imprensa Nacional; Teixeira, N.S. (1991). *Do azul-branco ao verde-rubro: A simbologia da Bandeira Nacional*. In Bethencourt, F., Curto, D.R. (Org.). *A memória da nação*. pp. 318-326. Lisboa: Sá da Costa.

¹⁹⁹ Guimarães, M. (1911, 23 de Outubro). A bandeira da República. In *A Capital*. Nº 445 (2). p. 1.

Nas palavras do Dr. Rui Ramos, a acesa discussão foi “uma viagem ao passado, à procura dos sinais do futuro” (Ramos, 2001, p. 369). Para que a escolha fosse legitimada junto da opinião pública, organiza-se uma gigantesca exposição de bandeiras históricas na Sociedade Geográfica de Lisboa, inaugurada em 28 de Novembro de 1910.

O novo pendão foi apresentado três dias mais tarde, a 1 de Dezembro, transformado este dia em dia de festa da Bandeira²⁰⁰. A escolha feita apenas aguardava a reunião das Constituintes, conforme noticia *A Capital*: “em reunião do Conselho de Ministros realizada às 9 horas de ontem, foi resolvido adotar, para a Bandeira Nacional; as cores verde e encarnada, até à reunião das constituintes, que resolverão, definitivamente, sobre o assunto” (*A Capital*, 1910, p. 1). Apesar de ainda não ter sido aprovada em definitivo, a bandeira foi alvo de culto cívico, mobilizando milhares de pessoas para o cortejo cívico. Pese embora ter sido este um dia extremamente chuvoso, ainda assim não arrefeceu os ânimos mais devotos²⁰¹. Esta festa foi a primeira grande festa cívica que liturgicamente consagrou a República. Meses mais tarde, a 30 de Junho de 1911, a proposta da bandeira adotada pelo Governo Provisório foi aprovada em Assembleia Nacional Constituinte²⁰².

O Espírito Nacional começava, a partir de agora, a modelar-se pela linha e cor da bandeira que comportava uma forte carga republicana.

Quanto ao hino *A Portuguesa*, a autoria da partitura foi da responsabilidade de Alfredo Keil, um músico luso-alemão, e a letra ficou a cargo do poeta Monárquico, logo convertido ao republicanismo, Henrique Lopes de Mendonça. A marcha havia sido composta, em 1890, como resposta ao *Ultimatum* britânico de Janeiro desse ano. Face à pressão exercida pelo governo de Londres para que Portugal desistisse da ocupação de uma vasta zona do Continente Africano entre Angola e Moçambique, o Governo Monárquico Constitucional cede, saindo o país humilhado dessa situação.

Na altura, uma onda de nacionalismo radical de cariz colonial varreu o país e *A Portuguesa* surge como canção que se inspira em três fontes: o fado, canção que revela o sentimento patriótico ferido, *A Marselhesa*, grito de revolta despótico, e a *Maria da Fonte*, em que se expressa o amor pela liberdade²⁰³.

Os dois autores do hino editam, às suas expensas, uma edição de distribuição gratuita com dez mil exemplares e o povo venera o hino como protesto nacionalista²⁰⁴, onde se pedia a ressurreição de um país ultrajado pelos estrangeiros. Tal mensagem representou o ideal nacionalista republicano que o adotou²⁰⁵.

²⁰⁰ Guimarães, M. (1910, 02 de Dezembro). A festa de ontem. In *a Capital*. Nº 154 (1). p. 1

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 150 /11, 30 de Junho. p. 1.

²⁰³ Leite, T. (1978). *Como nasceu A Portuguesa*. p. 28. Lisboa: Terra Livre.

²⁰⁴ Ibidem. p. 32.

²⁰⁵ Em 1910 no 1º de Dezembro, durante o cortejo cívico, as bandas musicais executaram os seguintes hinos: *A Portuguesa*, *Maria da Fonte* e *Restauração*, enquanto as crianças cantavam

A música nascera no *Ultimatum* e fora associada à tentativa frustrada de revolta republicana no Porto²⁰⁶ em 1891, tendo nessa altura a sua primeira manifestação pública.

A marcha será, desde então, o hino do republicanismo, pese embora não fosse intenção dos autores perfilharem ideias democráticas, nem a letra fazia sequer eco de qualquer apelo mobilizador em torno da ideia da República. O hino lema será adotado pelos republicanos e sua propaganda durante vinte anos e irá substituir o Hino da Carta, Hino Nacional adotado pelo regime monárquico liberal de Maio de 1834, quando estes (os republicanos) chegaram ao poder.

Sem querermos aqui abordar a musicografia, mas sim o significado histórico e o sentido ideológico do hino, podemos ainda dizer que este, aprovado em Assembleia Nacional Constituinte de 14 de Junho de 1911²⁰⁷, se tonou num símbolo importante de afirmação da nova identidade portuguesa de influência republicana.

2.3 O cemitério como local imortalizador de memória.

Os cemitérios, sobretudo os cemitérios do período laicizador de oitocentos, são locais que reproduzem simbolicamente o universo social, feito de ritos expressos por estereótipos, às vezes codificados e até institucionalizados, que exigem um tempo, um espaço para representar e determinados atores, no caso sociais²⁰⁸. Portanto, o cemitério é um lugar que produz e reproduz memória; memória essa que, embora fosse a princípio predominantemente católica, muito por culpa de enterramentos feitos junto às igrejas, tornar-se-á secular, assumindo um cunho civil²⁰⁹ pelo estatuto de espaço próprio integrado numa estrutura que lhe conferia a função pública.

A *Sementeira*. Guimarães, M. (1910, 02 de Dezembro). A Festa de Ontem. In *A Capital*. Nº 194 (1). p. 1.

²⁰⁶ Em história da revolta do Porto João Chagas disse que *A Portuguesa* foi tocada pela banda de Infantaria 10 nas ruas do Porto. Chagas, J. (1978). *História da revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*. (2ª Ed.). pp. 327-328. Lisboa: Assírio & Alvim.

²⁰⁷ *Diário do Governo*, Decreto-lei Nº 150/11, 30 de Junho. p. 1.

Jornais como *O Mundo* e *A Capital* mencionam os acontecimentos desse dia da Assembleia Nacional Constituinte, de onde salientamos o Decreto do hino como sendo de comoção, entusiasmo, grande dia, orgulho de ser português e republicano. França, B. (Dir.). (1911, 20 de Junho). Sobre a Bandeira e o Hino. In *O Mundo*. Nº 3822. (XI). p. 1.; Guimarães, M. (1911, 19 de Junho). A República Portuguesa. In *A Capital* Nº 338. (1). p. 1.

²⁰⁸ O filósofo francês Jacques Derrida expõe que o fenómeno em estudo é suportado teoricamente por ramos como a biologia, a antropologia cultural, a etnologia e a história das mentalidades. Esses ramos problematizam as ideias, os comportamentos, os gestos e as atitudes corporizadas nos ritos que encenam a morte. Salienta que cada cultura tem os seus modelos representativos dos funerais com os seus ritos, no entanto sua base comum é a longa história da memória da morte na Europa cristã. Caputo, J.D. (1997). *The Prayers and Tears of Jacques Derrida. Religion Without Religion*. pp. 308-340. Bloomington: Indiana University Press.

²⁰⁹ Le Goff, J. (1991) *El Orden de la memoria. El tiempo como imaginário*. p. 150. Barcelona: Paidós.

Os locais eram seculares, sendo que as liturgias eram realizadas num espaço e num tempo específicos, distintos do espaço e do tempo quotidianos. Por conseguinte, o cemitério ganhava uma expressão de templo, ainda que profano. Magistralmente Fernando Catroga sobre isso diz o seguinte:

“o lugar (topos) e o signo (sema) estão de tal modo imbricados um no outro, são de tal modo compreendidos como co extensivos, que nenhum dos dois é fenomenologicamente separável, parecendo ser natural a relação entre o significante, o significado e o referente (ausente). Mas esta naturalidade recobre-se de sacralidade, já que, como lugares de consagração e de comemoração, nelas se convoca o invisível através do visível” (Catroga, 1999, pp. 21-22).

No que ao nosso estudo interessa observar, o papel dos ritos de recordação promovidos pelos republicanos em relação aos mortos é igualmente comemorativo, integrado numa lógica coletiva²¹⁰ que faz desaparecer o indivíduo no grupo e passa a ser dominado pelo coletivo, onde se reafirmam as suas crenças grupais e as regras que tornam possível a vida numa nova ordem social²¹¹.

Práticas desta natureza, de forte componente identitária, ganham sentido por ordenarem o tempo histórico, quer dos indivíduos, quer dos grupos²¹². Com efeito, quando se comemora e se

²¹⁰ Durkheim, E. (2008). *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totémico na Austrália*. p. 520-526. Lisboa: Editora Paulus.

²¹¹ Émile Durkheim apresentou um estudo em que se observa uma estreita relação entre o ritual e as festas. Ele afirma que os limites que separam os ritos representativos das comemorações coletivas são flutuantes e ainda afirma que uma característica importante de toda a religião é precisamente o elemento celebrativo e estético. A partir desta constatação afirma que “toda a festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimónia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimentos os mesmos e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com estado religioso” (Durkheim, 2008, p. 536).

²¹² É, mais uma vez, notória a presença de raízes que apontam para o mito de origem, que se consubstancia em acontecimentos, determinando e remetendo para o momento original que consagra o ato fundador, mediante os festejos, como são o caso dos funerais. Diversos autores posteriores a Durkheim, na mesma linha, defendem teses idênticas. Vide alguns: Bataille, G. (1993). *Teoria da Religião*. pp. 19-49. São Paulo: Ática. (Trabalho Original publicado em 1948); Caillois, R. (2004). La Ambigüedad de lo sagrado e la transgresion sagrada. In *El hombre y lo sagrado*. pp. 27-56; 101-135. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica (Trabalho Original publicado em 1939).

A visão da saudade e do saudosismo como expressão essencial do espírito português, preconizado por Teixeira de Pascoaes, insere-se no âmbito mítico-identitário português. O cofundador do movimento da Renascença Portuguesa e diretor da revista *Águia* exprime que o espírito genuíno do novo regime está de acordo com as raízes identitárias portuguesas, das quais destacamos a saudade. O povo lusitano era resultado da união rática dos caracteres ariano e semita, pagão e cristão, resultando naquilo que definiu como génio português. Neste plano, a saudade identificava-se com a alma ou espírito lusitano. Seria através dela que o génio português encontraria a sua mais genuína expressão poética, filosófica e religiosa, devendo, por isso, também ser o fundamento da arte de ser português. Pascoaes, T. (1988). *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*. In *A Saudade e o Saudosismo Português*. Lisboa: Assírio & Alvim. (Trabalho original publicado em 1912); Pascoaes, T. (1998). *A Arte de ser Português*. (3ª Ed.). Lisboa: Assírio & Alvim. (Trabalho original publicado em 1915).

realiza o espetáculo coletivo encenado pelos ritos funerários no cemitério, evocando grandes personalidades, pressupõe-se a consagração cívica dos mesmos, perpetuando-os pela liturgia comemorativa e conferindo ao grupo que o celebra o sentimento de pertença aos valores que, no caso, eram ideológico-identitários do homenageado²¹³.

Nas últimas décadas²¹⁴ do século XIX, os meios republicanos em Portugal, como acontecera em França, mostrar-se-ão interessados na promoção e realização de um culto de memória que vai ultrapassar a escala individual e familiar e vai ganhar uma dimensão pública e de massas. A evocação de antepassados fundadores vai construir e redefinir a memória coletiva que se quer intencionalmente fabricar para a nação²¹⁵.

Como já tivemos oportunidade de frisar, a realização dos funerais espetáculo tinha por objetivo educar civicamente, valendo-se da dimensão coletiva e pública para afirmar ideias e consagrá-las. De fato, o plano das ideias estava a impor-se no plano do espaço público, de forma que a geografia social passava por uma revolução²¹⁶, tendo no cemitério um dos seus espaços e palcos privilegiados. Trataremos a questão dos cortejos ligados aos funerais noutra parte desta investigação, de modo isolado, ainda que inserida na dinâmica dos funerais.

2.4 Instituições e Topónimos republicanizados.

As instituições que representavam Portugal foram dos primeiros alvos da republicanização por parte do Governo Provisório. No Diário do Governo de 7 de Outubro de 1910, estabelece-se “ordem e trabalho e a divisa da Pátria libertada pela República” (DL 2/10). Este foi o início de um conjunto de alterações relativas à designação das principais instituições do país. Seguiu-se um novo formulário dos diplomas oficiais²¹⁷, prosseguindo suas alterações de designação, incidindo em instituições como a Procuradoria-Geral de Coroa e Fazenda, que “terá, de ora avante, a designação de Procuradoria-Geral da República” (DL 4/10, Artigo 1). O mesmo acontece às Procuradorias Régias da Relação e aos Procuradores Régios, que seriam então designados por Procuradores da República junto das respetivas Relações e delegações do procurador da República, respetivamente²¹⁸.

²¹³ A encenação dos cemitérios de oitocentos reproduziu atitudes claras de uma sociedade preocupada com a conservação de tudo que fossem os vestígios do falecido dando-lhe relevo. Para uma melhor compreensão desta matéria ler Urbain, J.D. (1978). *La société de Conservation. Étude sémiologique des cimetières d'occident*. Paris: Payot.

²¹⁴ A defesa dos enterros civis fora uma luta de associações ligadas às ideias republicanas desde os finais da década de 70, século XIX. Para uma enumeração e descrição dessas associações consultar Catroga, F. (1988). *A militância laica e a descristianização de morte em Portugal 1865-1911*. (Vol 1.). pp. 281-339. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

²¹⁵ A nível teórico, sobre a estrutura deste tipo de manifestações e como ela se veio a manifestar, ler Riviére, C. (1996). *Os ritos profanos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

²¹⁶ *Calendário do livre pensamento e Guia do Registo Civil* (1908). p. 75. Lisboa: Tipografia do Comércio.

²¹⁷ *Diário do Governo*. Decreto-Lei 4/10 de 10 de Outubro Presidência do Governo Provisório. Artigo 1º p. 17.

²¹⁸ *Ibidem*. p. 18.

A 29 de Dezembro, em despacho do Ministério do Fomento de estradas reais, as mesmas passam a ser denominadas por estradas Nacionais²¹⁹. O preciosismo republicano em trazer uma era nova ao país era tal que foi ao ponto de ir aos detalhes mais pequenos, por exemplo, os selos e franquias levaram a sobrecarga República.

Como se pode verificar, é por demais evidente, por parte da República, o romper com o anterior regime e denominações associadas, promovendo nas novas nomenclaturas uma assimilação natural de conceitos como Nacional e República, povoando também o campo da linguagem com palavras novas associadas aos lugares, instituições e documentos oficiais. Até mesmo o sistema monetário mudou no quadro das reformas simbólicas²²⁰. Embora se argumentasse para se justificar tal alteração, como noutros casos, o fato é que o Real dava lugar à nova moeda, o Escudo, com enorme impacto, propondo uma nova imagética de mudança social²²¹.

A Câmara Municipal de Lisboa, um dos bastiões dos republicanos, irá participar na transformação das ruas e de outros espaços da cidade em lugares-records de figuras e datas revolucionárias ligadas à República. Veja-se, a título de exemplo, os casos da criação da Avenida da República e da Avenida 5 de Outubro, propostas pelo vereador Nuno Loureiro nos seguintes termos:

“A proclamação da República Portuguesa, suprema aspiração de todos os patriotas, é um fato. A lista heroica sustentada pelos revolucionários ficará registada na história como um dos mais brilhantes feitos da humanidade. A nós, legítimos representantes da heroica cidade de Lisboa, cabe-nos o dever e a honra insigne de perpetuar tão glorioso feito, por isso, certo de interpretar o sentir da cidade, proponho que a Avenida Ressano Garcia passe a denominar-se Avenida da República e a Rua António Maria de Avelar, passe a denominar-se Avenida 5 de Outubro” (Câmara Municipal de Lisboa [C.M.L.], 1910, pp. 1-2).

Obviamente, a proposta foi apresentada por aclamação. Observa-se nesta cidade, e mais tarde noutras, uma republicanização dos espaços, marcando os locais para reproduzirem memória, substituindo antigos topónimos de conotação religiosa. Procurava-se reconstituir a história a partir das ideias, pessoas, datas e acontecimentos que davam lugar ao novo regime, através dos espaços da cidade de Lisboa, palco dos acontecimentos. Do passado, conservava-se o que interessava ao regime e, até nisso, os espaços públicos foram estrategicamente mantidos ao serviço de uma narrativa bem urdida²²².

²¹⁹ *Diário do Governo*. Decreto-Lei 74/10, de 29 de Dezembro. Ministério do Fomento. Artigo 1º. p. 1013.

²²⁰ *Diário do Governo* Decreto-Lei 119/11, de 22 de Maio. Ministério das Finanças p. 2074.

²²¹ Para uma melhor explanação deste assunto de substituição do Real pelo Escudo. Consultar Pinto, A.C., Fernandes, P.J. (2010). *A 1ª República Portuguesa*. pp. 95-99. Lisboa: CTT

²²² Os próprios acontecimentos dos dias 3,4 e 5 de Outubro, embora breves e limitados geograficamente, dão lugar à narrativa das narrativas da República. O processo revolucionário da instauração da República. Muitas são as memórias escritas por seus intervenientes diretos e indiretos que vão elevar o triunfo, a categoria de sacralidade e

3- Manifestações públicas de memória.

As manifestações públicas de memórias, cortejos e romagens, fossem elas no contexto dos centenários, festas, homenagens ou funerais, são formas de ritualização e identificação em massa, cimentando, pela sua prática e dimensão, uma nacionalidade forjada numa sacralidade republicana. Procurámos intencionalmente, nesta investigação, separá-las e analisá-las à parte das efemérides a que se associavam, sem que isso comprometa o rigor na pesquisa e o contexto onde se insere. Parece-nos pertinente olhá-las como fenómenos com vida e expressividade próprias, ainda que subordinadas a uma cerimónia-pretexto, com toda a sua pompa e circunstância. Trata-se também de uma questão metodológica no tratamento e análise de conteúdo.

Os cirios civis são curiosas formas de socialização ao serviço do ideal de laicismo. Como manifestações públicas de memória foram uma resposta encontrada pelos ateus, livres-pensadores e materialistas, para o fenómeno das romarias religiosas.

Como se sabe, o espírito da romagem tem por alvo o templo, um espaço sagrado ou uma festividade. Os círios cívicos partilham do mesmo espírito e, no caso das festividades republicanas, tinham práticas miméticas quanto aos círios cristãos, expressando um compromisso social de filiação nas suas iniciativas excursionistas e de visita por um itinerário místico e constitutivo de uma identidade ritualizada ao longo do desfile.

3.1 Cortejo cívico nas festas dos centenários.

A transladação dos presumíveis restos mortais e respetivo cortejo cívico de alguns vultos de nossa história, como os casos de Camões e Vasco da Gama (1880), fez-se de acordo com o ativismo republicano, procurando estabelecer novos marcos de filiação. Recorrendo ao cortejo cívico, alcançariam essa meta pela renovação nacionalista e educação, algo que era dito abertamente pela imprensa afeta à causa, no caso de Vasco da Gama:

“não podemos deixar de nos congratular com a nação não só pela alta significação moral, que estes grandes atos de comemorações têm em si e pela influência que poderia ter no futuro educação do povo, mas também pela consideração e honra que nos alcançam perante o mundo civilizado, afirmando a nossa potente vitalidade, rejuvenescência e sentimento profundo de independência” (*O Ocidente*: Revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro [ORIFE], 1880, p. 106).

referência-tipo. São os casos de: Pinto, G. (1911). *Memórias da Revolução. Na rotunda. Em Artilharia 1*. No Parque Eduardo VII. p. 5. Lisboa: Guimarães & Cia- Editora; Santos, M. (1911). *A Revolução Portuguesa. Relatório*. Lisboa: Papelaria & Tipografia Liberty. Mais recentemente António Ventura compilou várias entrevistas de políticos e militares, bem como testemunhos de jornalistas e civis daquela época, que constituem verdadeiras epopeias que podem ser consultadas: Ventura, A. (2010). *O 5 de Outubro por quem o viveu*. Lisboa: Livros Horizonte; Ventura, A. (2010) *Os homens do 5 de Outubro*. Lisboa: Ésquilo.

Quanto ao caso de Camões, nos mesmos moldes e ocasião, noutra apontamento de reportagem da mesma revista, *O Ocidente*, o jornalista Guilherme de Azevedo explica que:

“o povo pode não ter ficado ainda muito certo de quem seja Camões, entretanto no seu espírito entrou a noção nova de que o trabalho moderno tem uns ídolos tão dignos de respeito, pelo menos, como os dos velhos dogmas, e sobretudo muito mais compreensivos – e em muito melhor estado de conservação. Sob este ponto de vista a procissão cívica é um dos fatos mais profundamente revolucionários que em Portugal se tem realizado” (ORIFE, 1880, p. 102).

O mesmo Guilherme de Azevedo, antes de descrever a procissão cívica, continua a fundamentar este tipo de manifestação através da dimensão e o conseqüente impacto social: “grande cortejo cívico” (ORIFE, 1880, p. 102) no qual “o povo recebia um batismo do ideal” (ORIFE, 1880, p. 102). Conferindo memória coletiva e geracional, “o grande cortejo cívico permanecerá por longos anos na memória popular” (ORIFE, 1880, p. 102). No momento, criou um efeito de contágio e fervor cívico-religioso: “grande procissão sai do Terreiro do Paço, saudada por uma multidão ofegante e comovida” (ORIFE, 1880, p. 102), revelando por fim uma tendência crescente num ideal de ressurgimento nacional suportado histórica e cientificamente: “na procissão cívica não se manifestou só uma grande tendência de renascimento e um grande sintoma de vitalidade latente: manifestou-se belas disposições artísticas, excelentes dedicatórias individuais” (ORIFE, 1880, p. 102).

O sucesso destes dois casos irá provocar uma inflação deste tipo de cerimónias²²³ nas quais o papel do cortejo cívico era preponderante. Nada era deixado ao acaso, o itinerário não era neutro, incorporando, de forma subjetiva, os homenageados na memória coletiva, transubstanciando-se, deste modo, no engrandecimento do movimento ideológico republicano, como momento refundador da nação.

A organização do desfile, com os grupos e carros alegóricos, correspondia à área ou áreas de influência do homenageado, mas também podia corresponder a setores da sociedade influenciados pelo exemplo de progresso que o homenageado inspirava²²⁴. Nos indivíduos

²²³ Veja-se os casos de Alexandre Herculano (1888) e de Almeida Garret (1903) em que se trasladaram os seus corpos para o panteão nacional com várias homenagens, incluindo os cortejos cívicos. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1888). (Vol. XI.). Nº 343. (11). Lisboa: Tipografia de Lisboa; *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1903). (Vol. XXVI.). Nº 877. (26). Lisboa: Tipografia de Lisboa.

²²⁴ No desfile das comemorações camonianas temos dois relatos complementares.

Guilherme de Azevedo, em 15 de Julho de 1880, descreve quais os carros alegóricos presentes, desde o carro das artes na dianteira, seguido respetivamente do carro das colónias (com colcha indiana e com troféus e armas asiáticas), o carro da agricultura, o carro militar, o carro do comércio e indústria, de onde se salienta a indústria nascente, revelando uma aspiração e, por fim, o carro da imprensa, ostentando à frente a estátua de Gutenberg, chamado por ele um santo da modernidade.

Azevedo, G. (Dir.). (1880). Crónica Ocidental. In *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. III.). Nº 60. (3). p. 102. Lisboa: Tipografia de Lisboa.

distinguidos era-lhes reconhecida a expressão das suas ideias através da incorporação na manifestação coletiva. Tais manifestações de memória permitiam que os oficiantes, os adeptos e as entidades evocadas ou motivadoras das festas e seus desfiles produzissem uma eficácia, em termos simbólicos, de modo a suscitar consensos e sociabilidades e de modo a garantir uma nova identidade.

A dimensão ritualista do desfile revestia-se de sacralidade, apostada em ser uma alternativa credível, mundividencial e cívica, ao catolicismo. A ritualização do desfile era primordial, numa estrutura temporal específica, conforme uma organização meticulosa que emprestava ao cortejo uma formalidade coletiva no novo espaço templar, o espaço público redimensionado à medida do novo culto, o culto cívico que nele se desenvolve²²⁵.

Em suma, os desfiles serviram para, no âmbito de suas festas, serem um dos elos sociais de reproduzir memória, recorrendo a uma retórica que visava sacralizar o significado do espetáculo que, de modo militante, os republicanos promoviam.

3.2 Os cortejos fúnebres.

Já tivemos oportunidade, noutra parte da nossa investigação, de poder demonstrar, de modo breve, que o enterro de mortos passava por um processo de laicização nas últimas décadas do século XIX, apesar de alguma resistência católica.

Importa agora dizer que o último rito de passagem serviu de emancipação religiosa, mas também serviu como forma de reconstruir uma história do próprio defunto, como da comunidade e país no qual se inseria. A organização de um evento como o cortejo fúnebre obedecia a um objetivo claro que seria “uma prova global de confraternidade e de solidariedade” (*O Século* [O.S.], 1883, p. 3).

Por seu turno Amadeu Carvalho Homem oferece-nos outra perspetiva do desfile, do qual teve acesso noutra fonte. O desfile, no seu caso, é descrito de acordo com a perspetiva do itinerário, descrevendo-o da seguinte forma: O cortejo cívico percorre algumas ruas da baixa com os carros alegóricos da agricultura, da instrução, do comércio, das diversas coletividades e agremiações de distintos ramos de atividade. Havia bandeiras representativas das coletividades. Nos passeios apinhados há aplausos efusivos de estudantes e populares. O cortejo começa no Terreiro do Paço, onde estava o pavilhão real, desloca-se ao largo do Pelourinho, passou sucessivamente pelas ruas Augusta, do Ouro e do Arsenal. Subiu depois a Rua Nova do Almada e irrompeu no Chiado, invade a Praça de Camões, desce a Rua do Alecrim e vai dissolver-se no Cais do Sodré. Homem, A.C., Ramires, A. (2010). *Memorial Republicano*. p. 73. Coimbra: Camara Municipal de Coimbra.

²²⁵ O espaço público era de tal modo crucial neste tipo de comemorações de teor teatralizante e dramatizante que a falta de informação desta natureza no programa de festas criava um vazio capaz de retirar o brilho dos festejos. Foi o que aconteceu por altura do Centenário de Pombal, onde as ruas estavam decoradas e o dia marcado para os festejos, mas faltava o programa do desfile com o itinerário, criando desconforto à população e especulação desnecessária, desviando as atenções do ritual que consagraria Pombal e o povo num só sentimento, ideal e culto cívico. Lobato, G. (1882). Crónica Ocidental. In *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. V.). Nº 122. (5). pp. 106-107. Lisboa: Tipografia de Lisboa.

A organização do funeral, que consistia no velório, ordem do cortejo e discurso à beira do túmulo, era feita pela família, mas também pelos colegas de trabalho ou as associações a que o finado pertencia, muito semelhante aos enterramentos católicos, com a diferença de não ter padres e símbolos religiosos a acompanhar e de ser substancialmente mais barato²²⁶.

Os organizadores do cortejo fúnebre eram, na maioria dos casos, republicanos e tinham por intenção fazer o uso do rito funerário como forma coletiva e pública para promover a educação cívica de acordo com o modelo e valores da identidade republicana.

Por norma, após o velório, o cortejo deixava a casa do defunto, noutros casos seria da associação política e cultural, em direção ao cemitério, percorrendo um itinerário previamente esboçado. O caixão seguia à frente, geralmente coberto com pano preto ou por uma bandeira da organização a que o defunto pertencia. Dos lados acompanhavam os familiares, os colegas de ofício, representantes de grupos socioprofissionais, associações escolares, centros republicanos (e não só), com suas bandeiras. O povo anónimo vinha na cauda. De referir a presença de bandas musicais²²⁷.

Para melhor exemplificar a importância deste tipo de manifestações, trazemos à liça os funerais de Cândido dos Reis, Miguel Bombarda e de Guerra Junqueiro, através dos quais se constituíram jornadas de consagração, afirmando as ideias e os direitos que o poder político e religioso de então marginalizavam. Ainda que o caso de Guerra Junqueiro se inscreva numa fase posterior e distinta em relação a essas prerrogativas, não deixa de vincular esse traço identificador.

Os funerais de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda foram os primeiros a merecerem honras Nacionais e o Decreto-Lei de 13 de Outubro de 1910 deixa a devida nota disso mesmo ao dizer:

“Enormes, relevantíssimos serviços deve a Pátria à memória dos dois admiráveis e beneméritos cidadãos que em vida se chamaram Carlos Cândido dos Reis e Miguel Bombarda e que dedicação colossal, entusiástica fé e inexcedível coragem cívica tão poderosamente contribuíram para a emancipação da consciência portuguesa.

Portugal, o Portugal de hoje – enfim purificado e liberto – deve-lhes a consagração de uma homenagem que seja a um tempo e símbolo impressionante do nosso perpétuo reconhecimento e comovida glorificação de sua memória.

Por isso o Governo Provisório da República Portuguesa faz saber que em nome da República se decretou, para valer como lei, o seguinte.

²²⁶ Veja-se a título de exemplo, o funeral do líder socialista José Fontana em 1876. *O Protesto*. (1876). Nº 60. (2). p. 2.

²²⁷ O jornal *O Século*, nascido em 1880, na sequência das grandes comemorações nacionais do tricentenário da morte de Camões, empenhou-se em divulgar a causa republicana. No mesmo jornal abundaram casos com referências a diversos cortejos fúnebres. *O Século*. (1881, 12 de Outubro). Nº 231. (1). p. 3; *O Século*. (1882, 15 de Novembro). Nº 570. (2). p. 1; *O Século*. (1882, 12 de Dezembro). Nº 590. (2). p.3.

Artigo único. Os funerais do vice-almirante Carlos Cândido dos Reis e do professor Miguel Bombarda realizar-se-ão no dia 16 do corrente mês, segundo o programa abaixo publicado, e serão considerados nacionais por a sua memória ter todo o direito a semelhante glorificação da Pátria reconhecida” (DL 8/10, Artigo Único).

O fato de morrerem em pleno fragor revolucionário fez destes dois vultos republicanos mártires de um novo poder que procurava ser reconhecido. A consagração cívica dos dois deu-se mediante os seus funerais e cortejo cívico²²⁸, ficando para trás os reais motivos de suas mortes²²⁹, importando mitificá-las, visto que ambos gozavam de prestígio intelectual e político, o que garantia, em termos simbólicos, a legitimação das ideias sociais do regime que se queria implantar na consciência social e nacional.

As mortes de ambos ocorreram a 4 de Outubro e, após um longo velório²³⁰, até 16 do mesmo mês, realizaram-se os seus funerais. Se o velório durou muitos dias, a cerimónia fúnebre durou cerca de seis longas horas. Para sermos precisos, os funerais começaram às 13 h e terminaram às 19.05, à luz de archotes, num pleito de veneração pública²³¹.

A descrição jornalística do cortejo fúnebre é de contornos míticos. O cortejo é composto por destacados elementos das classes de onde eram oriundos Miguel Bombarda e Cândido dos Reis. Mas o que impressiona é a miríade de associações e agrupamentos profissionais, centros escolares, os tiros de artilharia, os vários agrupamentos filarmónicos a tocar marchas fúnebres e *A Portuguesa*, as crianças que entoavam *A sementeira* de vez em quando, as mais de cento e vinte bandeiras, etc.²³² Sem dúvida era um espetáculo coletivo propício a fornecer e cimentar identidade e filiação²³³.

Para fazer vingar suas ideias de carácter identitário, os republicanos valiam-se da componente simbólica do cortejo para instruir as massas. Durante o cortejo, nos momentos de pausa, em locais estratégicos, proferiam-se vários discursos de circunstância que eram

²²⁸ O programa pormenorizado dos funerais de ambos foi promulgado pelo Governo Provisório no *Diário do Governo*. Decreto-Lei Nº 8/10, de 13 de Outubro.

²²⁹ A descrição e condições em que ocorreram as duas mortes e o efeito que obteve, podem ser pesquisadas na obra: Fernão, C. (Ed.). (1977). *Memórias Políticas/ José Relvas*. (Vol. I.). Lisboa: Terra Livre.

²³⁰ Entre os dias 8 de Outubro a 16 de Outubro milhares de pessoas foram ao velório “em piedosa romaria visitar os féretros” (*O Século* [OS], 1910, p.1).

²³¹ Guimarães, M. (1910, 16 de Outubro). A Apoteose. In *A Capital*. Nº 108. (1). pp. 1-2.

²³² *Ibidem*.

²³³ Em 1895 Gustave Le Bon escreverá a *Psicologia das Multidões*, sendo o primeiro a tratar concretamente a relação entre a multidão e a liderança. Anunciava que a multidão das classes populares dominaria a política pelo número, nas ruas e eleições. Para ele, a multidão é um rebanho que não passa sem chefe, cabendo a este usar meios de afirmação, repetição e contágio para fidelizar as multidões através de imagens que fascinem, exercendo deste modo controlo social e domesticação, verificável nas ritualizações republicanas, como o cortejo cívico. Le Bon, G. (1980). *Psicologia das Multidões*. Lisboa: Edições Roger Delraux. (Trabalho Original publicado em 1895.).

aproveitados para reforçar a mensagem e as ideias²³⁴ que se queriam imortalizar para o país. Neste prisma, António José de Almeida afirmou nos funerais de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis: “eles são heróis e imortais republicanos”. (*A Capital* [AC], 1910, p. 2).

A procissão que desfilava exibia um aparato com implicações de ordem política e ideológica, expressando igualmente um momento refundador da nação.

O funeral de Guerra Junqueiro, embora ocorrido numa fase mais tardia e menos pujante da Primeira República, não deixou por isso de expressar o seu ritualismo ideológico. Guerra Junqueiro fora um republicano que, na condição de poeta e de influência pública, ajudou a construir o projeto republicano. Foram muitos e diversificados os momentos em que entendeu, destacamos o *Ultimatum* e o projeto da nova bandeira nacional.

Guerra Junqueiro era um intelectual de grande projeção que reunia à sua volta todos os valores defendidos pelos republicanos e, ao mesmo tempo, era a prova cabal de que o sucesso pessoal aplicado à nação resultaria no catapultar de um Portugal renascido e próspero.

O poeta morre a 7 de Julho de 1923 mas o funeral dá-se a 14 do mesmo mês²³⁵ e a República vê no mesmo uma oportunidade de se regenerar, uma vez que passava por uma fase menos popular, tendo paradoxalmente em Guerra Junqueiro um dos rostos desse desencanto. No entanto, procura-se, a todo o custo, que o funeral seja “revestido da maior opulência possível” (*A Capital* [AC], 1923, p. 1).

Portanto, a República, no caso de Guerra Junqueiro como noutros, reconta a história que mais lhe convém para servir os seus interesses de natureza ideológica, identitária e regimentária²³⁶. Embora se respeite certas determinações do poeta, o governo apropria-se do corpo em nome da Pátria:

“desde o momento em que a família de Junqueiro o entregou à Pátria, a sua missão findou. Ele ainda podia observar toda a modéstia de que o poeta tivesse querido revestir o seu funeral; a Pátria não. A Pátria disse à família de Junqueiro para que era que solicitava que o seu cadáver lhe fosse entregue, a

²³⁴ Nos funerais de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis discursaram Anselmo Braamcamp, Eusébio Leão, José de Castro, Teófilo Braga, Alexandre Braga e António José de Almeida entre outros. Guimarães, M. (1910, 16 de Outubro). A Apoteose. In *A Capital*. Nº 108. (1). pp. 1-2.

²³⁵ Desde o dia de sua morte, ocupa a primeira página do jornal *A Capital* com enorme destaque, com mais de um artigo acompanhado de homenagens poéticas. Noutras páginas há mais notas de reportagem.

No jornal *A Capital* de 7 de Julho de 1923 são declaradas algumas vontades do poeta quanto ao seu funeral: Que houvesse cerimónia religiosa (Junqueiro após anos de afastamento da Igreja Católica regressa à mesma na fase final de sua vida), pediu para não haver coroa e discursos. Sinais claros de desencanto do poeta com o regime. Este incidente não impediu o regime de organizar a cerimónia e tirar dividendos políticos e ideológicos. *A Capital*. (1923, 7 de Julho). Nº 4428. (15). p. 1.

²³⁶ Os casos mais notórios deste tipo de ação são o de Marquês de Pombal, a desculpabilização dos regicidas que eliminaram aqueles que representavam a injustiça, a opressão e as mortes de Cândido dos Reis e de Miguel Bombarda.

família de Junqueiro entendeu, e entendeu muito bem, que devia aceder ao pedido da nação” (*A Capital* [AC], 1923, p. 1).

O corpo do poeta tornou-se uma relíquia da República para ser venerado no velório, no funeral e no cortejo, atos orquestrados para propagandear os valores do regime²³⁷. O cortejo fúnebre iria conduzir os seus restos mortais para os Jerónimos e, de acordo com o jornal *A Capital*, “os grandes portugueses tem sido glorificados com a consagração nacional, aproveitando-se para isso o templo histórico dos Jerónimos” (*A Capital* [AC], 1923, p. 1).

A consagração do poeta era uma forma de revalidar o regime, reconsagrando lutas por ideias, entre as de mítico-identitários conformados com os republicanos.

O funeral começou às catorze horas terminando às 18 horas e trinta e cinco minutos. O cortejo cívico teve como guarda de honra os alunos da escola militar e os pupilos do exército, ladeados por duas filas de estudantes das Universidades de todo o país. O armão que conduzia o cadáver estava rodeado pelos representantes de todas as escolas superiores com estandartes, seguindo-se o Governo, Câmara dos Deputados, Senado e diversas associações profissionais.

O percurso é marcado pela comoção e o êxtase a roçar o religioso. Ao longo do desfile, crianças vestidas de luto agitam fitas brancas, aviões voam a baixa altitude e, quando a urna chega ao seu destino, a banda da marinha toca uma marcha fúnebre. Por seu turno, o povo quer, a todo o custo, tocar a urna²³⁸.

O aparato deste género de manifestação, mesmo num período de menor prestígio da República, servia para referendar ideologicamente o regime e, ao que nos parece, pelo lado da simbólica, as coisas ainda permaneciam um tanto ou quanto favoráveis. Se na política a instabilidade era nota dominante, já no que concerne ao cidadão republicano subjaz a ideia de uma continuidade filiativa a uma identidade produzida pelos republicanos, que manifestações como esta ajudaram a consolidar.

²³⁷ Durante os dias que antecederam o funeral, Guerra Junqueiro foi alvo de diversas homenagens. No jornal *A Capital* anunciava, em 9 de Julho de 1923, que partes de sua obra não editada, seriam compiladas e publicadas. *A Capital* (1923, 09 de Julho). Nº 4425 (15). p. 1 Em 10 de Julho é dito que o funeral será “uma apoteose e que disso se torna absolutamente necessário para que possamos continuar a considerar-nos uma nação civilizada porque não é uma nação civilizada a que não honra e enaltece os seus homens de génio” (*A Capital* [AC], 1923, p. 1).

No dia 11 de Julho, o poeta Francisco da Silva Passos escreve uma poesia intitulada “oração a Guerra Junqueiro”, onde se pede ao poeta desaparecido, como se tratasse de um santo, que guie os portugueses a um destino calmo. *A Capital*. (1923, 11 de Julho). Nº 4427. (15). p. 1.

²³⁸ *A Capital*. (1923, 14 de Julho). Nº 4430. (15). pp. 1-3.

3.3 As romagens cívicas.

A gestão da memória dos finados com as chamadas visitas aos cemitérios ganha projeção no culto romântico dos mortos²³⁹. De fato, foi a família o seu primeiro núcleo de gestão. O rito comemorativo servia para visitar, limpar e renovar a campa do antepassado, reatualizando em certa medida a sua presença.

Com o tempo, a família deixou de ser a entidade a fazer tal visita em exclusivo. Começaram a realizar-se romagens cívicas por parte de grupos de trabalho, de amigos, de associativismos e até de políticos, com o claro intuito de fazer pedagogia em relação aos feitos do finado.

Aquilo que fora inicialmente um culto sem qualquer outro interesse senão recordar o familiar é imitado pelos tais grupos numa clara tentativa de reclamar afinidades que, no caso, seriam ideologias e políticas.

A liturgia familiar vê-se modificada pela introdução de uma dimensão pública e coletiva, bem como de discursos. O objetivo dessas ritualizações era, sem dúvida, reproduzir a glorificação da memória do homenageado, fazendo com que houvesse uma identidade dos grupos com o herói invocado ou motivador da romagem. Tenta-se pois, a partir do passado do falecido, dar um sentido de apropriação histórica e escatológica aos celebrantes.

Os republicanos, querendo gerar uma nova consciência e consenso nacional, vão fomentar fidelidades à volta de valores, símbolos e ritos cívicos, como as romagens²⁴⁰. O caso da romagem ao túmulo de Manuel Fernandes Tomás, em 1884, revestiu-se de uma tentativa de

²³⁹ Fernando Catroga disserta sobre este novo culto que surge no decurso do século XIX, caracterizado pela ausência de mediação eclesiástica, tendo particular incidência nos aniversários dos falecimentos e no Dia de Finados. Vide Catroga, F. (1992). A Encenação romântica do cemitério. In *o Céu da Memória Cemitério Romântico e Culto Cívico dos mortos*. pp. 105-133. Coimbra: Minerva.

²⁴⁰ Acontecimentos de manifestações públicas como este arrastavam verdadeiras multidões. Na romagem ao túmulo de José Félix Henriques Nogueira, nas comemorações do vigésimo quinto aniversário de sua morte, estiveram cerca de quatro mil pessoas. *O Século*. (1883, 23 de Janeiro). Nº 626. (III). p. 1. O cortejo fúnebre de Heliodoro Salgado saldou-se por cem mil aderentes. *A Vanguarda*. (1906, 15 de Outubro). Nº 3569. (IX) p. 1. Já a presença estimada dos funerais de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda foi de duzentas mil pessoas. *O Século* (1910, 17 de Outubro). Nº 10362. (XXX). p. 1.

Eduardo Lourenço em seu livro *O Labirinto da Saudade* empreende uma reflexão crítica marcada pela ironia, sobre os diversos discursos identitários de Portugal, sobre os seus mitos culturais e sobre as imagens por eles criadas no imaginário nacional. O seu discurso gira com frequência em torno de visões proféticas de Garrett, de Herculano, de Eça de Queiroz, de Antero de Quental e de Oliveira Martins e sobre as retrospectivas proféticas de Camões. Na trama do imaginário português convivem a imagem de reino cristão, o sentimento de isolamento e fragilidade, o sebastianismo e a ideia peregrina de um povo messiânico, bem como a visão do país predestinado à colonização e ao império. Lourenço, E. (1982). *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

estabelecer elos de ligação entre a herança da revolução inacabada por ele e a revolução em curso dos agentes republicanos. Disso deram o devido eco os discursos de circunstância²⁴¹.

O movimento republicano estava em franco crescimento e manifestações do género das romagens às campas de personalidades – mito conferiam-lhe maior adesão. Foi o caso da ação memorativa à volta de José Félix Henriques Nogueira, revalorizando o fundador do partido Republicano caído no esquecimento²⁴². Uma das formas de recordá-lo foi realizar uma romagem ao seu túmulo quando se completaram os vinte e cinco anos de sua morte, em 1883. Tal iniciativa serviu igualmente para demonstrar uma linha de tradição e continuidade dos republicanos com o passado que importava recuperar.

Homenagem idêntica foi prestada a Heliodoro Salgado que havia morrido em 1906. Em 1908, no dia do aniversário do seu falecimento, esteve reunida à volta de sua sepultura uma enorme representação cívica²⁴³ que, no fundo, representava todos os setores opositores que labutavam na luta anticlerical e monárquica.

A sua consagração deveu-se ao fato de ele ter exercido em vida um combate tenaz ao clericalismo e à monarquia, pelas suas ideias laicizadoras, tornando-se alvo de veneração à sua memória²⁴⁴.

Há, nestas manifestações republicanas, uma forte presença associativa com os seus símbolos, promovendo ritualisticamente um culto de memória como fator decisivo na produção de uma identidade social completamente nova.

A nova religiosidade cívica fazia heróis ascenderem à imortalidade mediante liturgias de recordação, promovendo, não só o homenageado, mas todo o seu legado para a sociedade.

3.4 Os cortejos escolares.

Durante este trabalho, analisámos oportunamente os elementos centrais e seus significados no que concerne à festa da árvore. Deixámos propositadamente de referir que a festa da árvore tinha como um dos pontos altos a manifestação em forma de cortejo. De facto, tomámos esta opção metodológica por querermos segmentar por categorias as ritualizações

²⁴¹ Sobre a forma como estava organizada e representada a romagem ler. *O Tribuna Popular*. (1884, 27 de Julho). Nº 2977. (XXIX). p. 3.

²⁴² Teófilo Braga destaca o papel pioneiro do ideário de José Félix Henriques Nogueira em sua obra história das ideias republicanas em Portugal. Braga, T. (1880). *História das ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Nova Livraria Internacional.

²⁴³ *A Luta*. (1908, 19 de Outubro). Nº 1015. (III). p. 2.

²⁴⁴ Heliodoro Salgado, um intelectual pertencente ao movimento do Livre-Pensador, teve no seu túmulo, para além da simbólica da maçonaria, uma inscrição reveladora de sua luta contra os poderes religioso e monárquico que dizia “Humilde pastor da democracia, derrubou, com a funda da sua argumentação, os grandes filisteus do cristianismo” (*O Livre Pensamento* [OLP], 1912, p. 2).

públicas e cívicas. Deste modo, inserimos os desfiles realizados durante a festa da árvore nesta secção que aborda os rituais de manifestação em massa.

A festa da árvore era mais um pretexto para que houvesse um desfile público que permitisse ultrapassar o âmbito estritamente escolar, proporcionando um espetáculo cívico. De facto, o sagrado estava a ser transferido para o campo civil com o recurso a festas de substituição como estas contendo desfile.

Os cortejos relacionados com a festa da árvore tinham como particularidade o serem uma excelente ocasião para a exaltação cívica que ajudava a gravar nas crianças sentimentos de amor pela pátria, cativando os adultos e expondo o carácter educativo da festa²⁴⁵. A festa escolar fomentava a participação popular no cortejo, sendo este engrossado pelas autoridades locais, numa clara alusão ao apoio institucional, para não falar das diversas associações representativas das respetivas localidades.

O espetáculo cénico incluía ainda as bandeiras e os estandartes, a presença de bandas, hinos como o *Hino da Árvore*, *A Sementeira* e *A Portuguesa*, poesias e discursos²⁴⁶. Participar no cortejo da festa e suas variantes, implicava a fusão simbólica do todo representado pela nação, gerando na nacionalidade um estado de frenesi capaz de proporcionar uma solidariedade espiritual que levasse à perfeição e acalentasse esperança quanto ao futuro²⁴⁷.

Desfile repetidas vezes nessas festas, tendo os mesmos gestos e palavras, acabava por socializar ritualisticamente o povo segundo uma identidade mitificada. A manifestação pública dos cortejos da Festa da Árvore levava as crianças, seus protagonistas, a participar e interiorizar, desde tenra idade, um culto cívico, projetando-se nelas as esperanças de uma renovação que ia para além do estrito âmbito da natureza²⁴⁸.

²⁴⁵ Este tipo de festa, com recurso a desfile não se destinava somente aos mais novos, mas exigiam a presença de adultos, quer fosse na preparação, quer fosse na concretização, conforme relata o jornal *O Distrito de Portalegre*: “A comissão organizadora da festa da Árvore em Portalegre tem a honra de convidar todos os cidadãos desta cidade a incorporarem-se no cortejo cívico que se há-de organizar na Avenida da Liberdade, no dia 9 do corrente, pelas 12 horas, para a cerimónia educativa e civilizadora da plantação da árvore” (*O Distrito de Portalegre* [ODP], 1913, p. 1).

²⁴⁶ A festa assume à medida que o tempo passa um carácter cada vez mais exteriorizado e formal, ao ponto de se publicar guias para organização e forma de realizar a festa com o desfile Walgôde, A., Queirós, E. (1912). *A propagação, defesa e culto da árvore*. Lisboa. Tipografia do Anuário Comercial; Queirós, E. (1916). *Árvore. Recolta de discursos, preleções, poesias e modelo de relatório, em alusão à Festa da Árvore*. Porto: Livraria Moderna de João Gonçalves - Editor.

²⁴⁷ *O século*. (1911, 13 de Março). Nº 1612 (13). p. 3.

²⁴⁸ Eusébio Queirós disse a esse propósito que os alunos das respetivas escolas primárias “representam as nossas melhores esperanças” (Queirós, 1916, p. 33).

A representação cívica dos cortejos das festas da árvore gerava em crianças e adultos uma religiosidade cívica, uma espécie de comunhão mística, quer das consciências, quer das vontades, unindo todos os intervenientes num ideal profano e utópico²⁴⁹.

O conjunto de manifestações públicas estudadas nesta investigação são mais que suficientes para atestar que a nova sacralidade republicana se apoderava dos espaços públicos reconsagrados pelo regime e inseria no imaginário de todo o tecido social novas ritualidades de substituição, reconfigurando hábitos públicos novos.

²⁴⁹ Queirós, E. (1916). *Recolta de discursos, preleções, poesias e modelo de relatório, em alusão à Festa da Árvore*. p. 20. Porto: Livraria Moderna de João Gonçalves – Editor.

CONCLUSÃO

A investigação permitiu chegar a conclusões bastante elucidativas sobre o complexo mítico da nova identidade portuguesa de matriz republicana. Parece-nos ter ficado bem vincada a ideia de que o mito de uma República em Portugal obedeceu a uma estrutura de raciocínio mental decalcada de formas primitivas de ver o mundo, mormente os mitos primordiais. Formas e Regimes como a Primeira República nada mais são que representações projetadas pela mente humana para resgatar um período supostamente áureo que aconteceu algures no passado e que importava reviver, recriando-o mediante uma sistematização de práticas norteadas pelo simbolismo, com significação atribuída para dar sentido.

Numa sociedade decadente, como se acreditaria ser o caso da Portuguesa, a República como regime seria o meio de fazer surgir um Portugal novo, à semelhança do Portugal das descobertas, e dos mitos da cultura portuguesa evocados pelas elites republicanas para se projetarem. Havia a necessidade de uma mudança cultural e social acentuada. O projeto de republicanização dos cidadãos impunha, segundo a mundividência dos seus precursores, promotores e criadores o combate às instituições que, a esse nível pareciam dominar a seu belo prazer a sociedade portuguesa: a Monarquia e a Igreja Católica. Ambas exerciam o monopólio político, cultural e da mentalidade popular, para além duma função de controlo social, responsáveis pela decadência do país.

Examinámos que a revolução pretendida nas consciências, de modo a permitir a formação do homem novo, requeria uma ideologia, no caso do republicanismo o positivismo, que se assumia como a trave mestra em termos ideológicos no projeto de transformação das ideias e comportamentos coletivos então idealizados e projetados.

Projetava-se na República um conjunto de valores e sentimentos novos que permitissem criar uma identidade solidamente reconstruída a partir de tradições, da língua, da raça, das fases, dos momentos e dos atos heroicos que foram determinantes na história passada do país para que progredisse.

A nova identidade possibilitaria a regeneração material e moral do país. Aos poucos, elevavam-se determinadas figuras do panorama nacional, intelectuais consagrados de diversos quadrantes artísticos, cuja influência na sociedade lhes permitia serem elementos formadores. Esses juntar-se-ão aos republicanos, trabalhando durante anos para, no papel de precursores, ajudarem a impor uma ideologia de identidade – no caso a republicana – e de inculcar o sistema de valores a ela associado.

Tendo necessidade de afirmar-se como alternativa credível ao anterior regime e tendo uma base social de apoio relativamente reduzida, a República recém-instaurada precisava que a mudança fosse de tal modo notória que proporcionasse uma adesão profunda do país aos novos valores, antes divulgados e agora definitivamente assumidos, e as novas instituições.

Atingir esse desiderato requeria que a identidade tomasse forma, sendo importante, como vimos, o papel dos construtores. Importa neste âmbito voltar a sublinhar que essa tarefa esteve principalmente a cargo dos políticos e da escola primária. A ação combinada de ambos permitiu que a efetivação da identidade anteriormente preparada fosse agora paulatinamente tomando forma e força nos atos políticos e administrativos, bem como na formação escolar.

Nesse processo, ou última fase, o ciclo regenerador só estaria completado, conforme opinião republicana da época, pela obra da escola primária e do professor, sendo colocados em grande evidência, de tal forma que serão sacralizados. Investidos com a missão de serem os principais educadores de cidadãos de acordo com os ideais da república, formando-os de forma a identificarem-se com uma certa visão de ser português por ela preconizada. Na época esteve em curso, por esses canais, a efetivação em termos objetivos da interiorização sistematizada de uma certa leitura da memória coléctiva, capaz de agregar identitariamente o país.

Observamos que a questão educativa não foi pacífica, prevalecendo a forma educativa mais consentânea com os ideais cívicos republicanos. Neste âmbito, a escola era o lugar ideal para fomentar uma unidade de identidade assente em novos fundamentos.

De referir que foi deveras notória a ação dos construtores políticos na implementação de uma socialização política dos cidadãos, com o propósito de formar cidadãos que fossem preparados para participar na vida democrática, consolidando, deste modo, a nova ordem. Havia a clara consciência de que, a par do discurso racional, a republicanização do país carecia de outros instrumentos para atingir o consenso. Falamos da importância da escola primária e do professor para atingir esse objetivo. Convém não esquecer que esse pressuposto, de forte pendor identitário, recorrerá, para além das vias frisadas, aos cultos, aos rituais e aos símbolos de inspiração laicista apresentados como vias alternativas à religião tradicional do país, ainda que envoltos numa religiosidade cívica.

As conceções e práticas que se vão entretanto institucionalizar e que mereceriam amplo destaque eram, entre outras, as comemorações, os novos feriados, as novas datas festivas, como a Festa da Árvore, os funerais, as romagens a cemitérios, etc. Essas práticas representativas visavam, neste caso, a promoção da vida segundo um modelo social completamente novo de ser português.

O estudo dos comportamentos coletivos fomentados permitiu-nos concluir que esse cultismo e esse ritualismo cívico, de contornos de religião política, recrearam lugares e tempos de memória novos. Pretendia-se, desta forma, completar o processo de um imaginário popular novo que fosse resultar numa nova sociabilidade. Tornou-se perceptível que manifestações exteriores foram capazes de consensualizar uma mundividência alternativa baseada nos valores e nas práticas simbólicas do republicanismo.

O projeto de uma República mitificada em Portugal é evidentemente fruto de uma determinada época e conjuntura. Parece-nos ter ficado assente, importando sublinhar, que a transformação da sociedade no sentido que foi idealizado pelo republicanismo passava

forçosamente pela questão da identidade. No entanto, podemos assegurar que esse projeto mítico, relativamente distante, pouco tem que ver com o atual regime republicano que temos em Portugal. As propostas de então, tornadas efetivas, visavam refundar a nacionalidade, tendência que não se verifica atualmente em Portugal.

O regime erguido em 05 de Outubro de 1910, apesar de toda a amplitude alcançada e que expomos ao longo da investigação, não disporá de tempo suficiente para moldar uma geração de cidadãos republicanos e conseqüentemente enraizar os seus valores identitários, de forma a garantir uma continuidade na transmissão dos mesmos. Foi um projeto audacioso, feito de processos cujas etapas corresponderam a uma sólida construção.

Na fase final e decisiva, o regime e a sua identidade não foram capazes de se impor em definitivo, acabando por baquear.

Fica-nos o legado de uma época marcante da sociedade portuguesa que suscitou e ainda suscita um enorme interesse nas lides científicas que veem neste objeto de estudo uma oportunidade de pesquisa interdisciplinar de um regime que se quis confundir com a História de Portugal e a sua identidade.

BIBLIOGRAFIA

Fontes.

A Escola Primária e o Futuro. (1915, 07 de Março). In *A Federação Escolar*. 3ª Fase. Nº 158. Ano III. p. 1.

A Luta. (1908, 19 de Outubro). Nº 1015. (III). p. 2.

A Vanguarda. (1906, 15 de Outubro). Nº 3569. (IX) p. 1.

Agostinho, J. (1910, 13 de Novembro). Educação Cívica. In *Educação Nacional*. 15º ano. Nº 739. p. 57.

Almeida, A.J. (1906). *Discursos dos ilustres deputados republicanos proferidos no parlamento*.p.6. Lisboa: Tipografia Pereira, Verdinha & Cª.

Antonio, M. J. (1910, 15 de Outubro). Um Portugal Novo. In *A Federação Escolar*. 2ª Fase. Nº 92. Ano II. p. 1.

Azevedo, G. (Dir.). (1880). Crónica Ocidental. In *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. III.). Nº 60. (3). p. 102.

Barbosa, M. (1910, 1 de Maio). O 1º de Maio. In *A Vida*. 2ª Série. Nº 70. (VI). p. 1.

Barros, J. (1916). *A Educação Republicana*. pp. 43-48, Paris-Lisboa: Livrarias Ailland e Bertrand.

Barros, J. (1914). *A Educação Moral na Escola Primária*. Paris-Lisboa: Livrarias Ailland e Bertrand.

Barros, J. (1911). *A Nacionalização do ensino*. pp. 234-235. Porto: Ferreira Lda. Editores.

Barros, J. (1911). *A Nacionalização do ensino*. p. 153. Porto: Ferreira Lda. Editores.

Barros, J. (1908). *A Escola e o Futuro*. p. 37. Porto: Livraria Portuense de Lopes & Cª – sucessor.

Braga, T. (1912). *Soluções positivas da política portuguesa*. (Vol I). Porto: Livraria Chardron.

Braga, T. (1911).*Discursos sobre a Constituição Política da República Portuguesa*. Proferidos na discussão da Generalidade e especialidade na Assembleia Nacional Constituinte nas sessões de 18 de Julho e 02 de Agosto de 1911.

Braga, T. (1911, 18 de Julho). *Discurso sobre a Constituição Política da República Portuguesa*. p. 26.

Braga, T. (1892). *As Modernas Ideias da Literatura Portuguesa*. (Vol. II). p. 363. Porto: Casa Editora Lugan & Genelioux.

Braga, T. (1892). *As Modernas Ideias da Literatura Portuguesa*. (Vol. I).pp. 26-111. Porto: Casa Editora Lugan & Genelioux.

Braga, T. (1884). *Os Centenários como Síntese Afetiva nas Sociedades Modernas*. Porto: Tipografia A.J. da Siva Teixeira.

Braga, T. (1884). *Os Centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas*. pp. 186-187. Porto: Tipografia A.J. da Silva Teixeira.

Braga, T. (1880). *História das ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa. Nova Livraria Internacional.

Bruno, S. (1999). *O Encoberto*. Porto: Lello Editores. (Trabalho original publicado em 1904).

Bruno, S. (1991). *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa de 31 de Janeiro de 1891*. p.11. Porto: Governo Civil do Porto. (Trabalho original publicado em 1891).

Caldas, A. J.F. (1881). *Guimarães apontamentos para a sua história*. (Vol. I). pp. 346-361. Porto: Tipografia A.J. Silva Teixeira.

Calendário do livre pensamento e Guia do Registo Civil (1908). p. 75. Lisboa: Tipografia do Comércio.

Canto, J. (1880). *Homenagem a Camões. 10 de Junho de 1880*. Faro: Tipografia do Distrito de Faro.

Castro, J. (1912). Prefácio. In *A árvore, leitura patriótica a favor da propagação, defesa e culto da árvore*. pp. VIII – XX. Lisboa: Edições da Casa Alfredo David Encadernador.

Coelho, E.S. (1913). Educação Moral ne Escola Primária, bases em que deve assentar. In *Liga Nacional de Instrução. Terceiro Congresso Pedagógico*. p. 249. Lisboa: Imprensa Nacional.

Comte, A. (1979). *Catecismo Positivista ou exposição sumária da religião universal em onze colóquios sistemáticos entre uma mulher e um sacerdote da humanidade*. Mem Martins: Publicações Europa-América. (Trabalho Original publicado em 1852).

Correia, M.G. (1910, 11 de Dezembro). A Missão do Professorado Primário na atual conjuntura histórica. In *Educação Nacional*. Nº 743. 15º ano. p. 98.

Figueiredo, A.C.B. (1880). *Homenagem a Camões: 10 de Junho de 1880*. Lisboa: (s.n.).

- Figueirinhas, a. (1916). *O Livro da Festa da Árvore*. Porto: Casa Editora de Figueirinhas & C^a.
- Gomes, J.S. (1880). *Camões por ocasião do seu tricentenário a 10 de Junho 1880*. Lisboa. Tipografia Nova Minerva.
- Junqueiro, G. (1940). *Pátria*. p. 11. Porto: Lello & Irmão Editores.
- Junqueiro, G. (1912). *Finis Patriae*. Porto: Livraria Chardron, Lello & Irmão.
- Laranjeira, M. (1908, 1 de Maio). A Associação. In *A Voz do Proletário*. Nº 590 (XXII). p. 1.
- Le Bon, G. (1980). *Psicologia das Multidões*. Lisboa: Edições Roger Delraux . (Trabalho Original publicado em 1895.).
- Leal, G. (1873). *A Canalha*. Lisboa: Tipografia Universal.
- Liga Nacional da Instrução. (1910). *2º Congresso Pedagógico (1909, 13-16 de abril)*. pp. IV-V. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Lima, A. (1914). *Educação e Ensino. Educação Integral*. p. 53. Lisboa: Guimarães & C^a Editores.
- Lima, S.M. (1890). *Pela Pátria e pela República*.p.2. Porto: Casa Editora Alcino Aranha & C^a.
- Machado, B. (1908). A Disciplina. In *Pela República*.Coimbra.p.173. Coimbra: Tipografia França Amado.
- Machado, B. (1908). *Pela República*. p. 14.Coimbra: Tipografia França Amado.
- Machado, B. (1904).*Conferências Políticas*. In Conferência realizada no Ateneu Comercial de Lisboa. 31 de Outubro de 1903.
- Machado, B. (1892).*Introdução a pedagogia. Congresso pedagógico hispano-português-americano*. Lisboa: Tipografia e estereotipia moderna.
- Monteiro, H.P. (1915, 7 de Março). A Escola Primária e o Futuro cidadão. In *A Federação Escolar*. 3ª Fase. Nº 158. Ano III. p. 1.
- Neves, A. (1931). *A vida Dum Apostolo – Sebastião de Magalhães Lima*. p. 147, 250. Lisboa: Imprensa Lucas e C^a.
- O Distrito de Portalegre*. (1913, 09 de Março). Nº 2055. (29). p.1.

O Livre Pensamento (1912, 20 de Outubro). Nº 37. (I). p. 2.

O Protesto. (1876). Nº 60. (2). p. 2.

Ortigão, R. (1946). *As Farpas. Crónica Mensal da Política, das letras e dos costumes*. Tomo XV. pp. 28-39. Lisboa: Livraria Clássica Editora. (Trabalho original publicado em 1876-1878).

Pascoaes, T. (1998). *A Arte de Ser Português*. (3ª Ed.). Lisboa: Assírio & Alvim. (Trabalho original publicado em 1915).

Pascoaes, T. (1988). O Espírito Lusitano ou o Saudosismo. In *A Saudade e o Saudosismo Português*. Lisboa: Assírio & Alvim. (Trabalho original publicado em 1912).

Pereira, J.C. (1907, 1 de Maio). O dia 1 de Maio. In *O Construtor Civil*, 2ª Série Nº 209. (II). p. 4.

Pinto, G. (1911). *Memórias da Revolução. Na Rotunda. Em Artilharia 1. No Parque Eduardo VII*. p. 5. Lisboa: Guimarães & Cia- Editora.

Queiroz, E. (2009). *O Crime do Padre Amaro*. p. 294. Porto: Porto Editora. (Trabalho Original Publicado 1878).

Queiroz, E. (1921). *A Correspondência de Fradique Mendes*. (6ª Ed.). pp. 41-43. Porto: Livraria Chardron. (Trabalho Original Publicado 1900).

Queiroz, E. d. (1916). *Árvore. Recolta de discursos, preleções, poesias e modelo de relatório, em alusão à Festa da Árvore*. pp. 63-64. Porto: Livraria Moderna de João Gonçalves – Editor.

Queirós, E. (1912). *A propagação, defesa e culto da árvore*. Lisboa. Tipografia do Armário Comercial.

Quental, A. (1987). *Causas da decadência dos povos peninsulares*. (5ª Ed.). Lisboa: Ulmeiro. (Trabalho Original Publicado em 1871).

Quental, A. (1983). *Odes Modernas*. (2ª Ed.). Lisboa: Ulmeiro. (Trabalho Original Publicado em 1865).

Reis, J.B. (1880). As Festas do Centenário. In *Almanaque dos Teatros para 1881*. pp. 9-10. Lisboa: João Romano Torres.

Rodrigues, J. (1933). *Quarenta anos de vida literária e política*. (Vol.I.). p. 112. Lisboa: J. Rodrigues & C^a.

Rodrigues, J. (1933). *Quarenta anos de vida literária e política*. (Vol. II.).p. XI. Lisboa: J. Rodrigues & C^a.

Rodrigues, J. (1934). *Quarenta anos de vida literária e política*. (Vol. III.) p. 14. Lisboa: J. Rodrigues & C^a.

Sampaio, A.F. (Dir.). (1926). *Henrique Lopes de Mendonça: A sua vida e obra*. Lisboa: Empresa do Diário de Notícias.

Santos, F.R. (1932). O Movimento Republicano e a Consciência Nacional. In Montalvor, L de (Dir.).*História do Regime Republicano em Portugal*. Lisboa: Ática.

Santos, M. (1911). *A Revolução Portuguesa. Relatório*. Lisboa: Papelaria & Tipografia Liberty.

Waldoge, A. (1916, 29 de Outubro). Instrução Nacional. O Professor Primário. In *Educação Nacional*. Nº 5. 22º ano. pp. 33-34.

Periódicos (Jornais e Revistas)

A Capital. (1923, 14 de Julho). Nº 4430. (15). pp. 1-3.

A Capital. (1923, 11 de Julho). Nº 4427. (15). p. 1.

A Capital. (1923, 10 de Julho). Nº 4426. (15). p. 1.

A Capital. (1923, 09 de Julho). Nº 4425. (15). p. 1.

A Capital. (1923, 07 de Julho). Nº 4428. (15). p. 1.

Abreu, L.M. (2010).Perspectivas do Anticlericalismo Português. In *República. Communio. Revista Internacional Católica*. Lisboa: Nº1. (27).pp.33-41.

Agostinho, J. (1906). Dr. António José de Almeida. In *Galeria Republicana*. pp. 13-19. Lisboa: Tipografia Bayard.

Arriaga, J. (1881). Estátua de D. José. In *Perfis Literários e Artísticos: Revista contemporânea de Letras e Artes*. Nº 1. p. 4.

B.J. (1880). Transladação dos restos de Vasco da Gama. In Azevedo, G. de. (Dir). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. III.). Nº 60 (3). p. 103.

- Braga, T., Graça, S. (1882). Homenagem ao grande estadista Marquês de Pombal. In Lima, S. (Dir.). *Galeria Republicana*. Número especial (1). pp. 3-4. Lisboa: Tipografia de Matos Moreira & Cardoso.
- Catroga, F. (1988). O Laicismo e a questão religiosa em Portugal. (1865-1911). In *Análise Social*. pp.226. 3ª Série. (Vol.XXIV). Nº 100. Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. [ICSUL].
- França, B. (Dir.). (1911, 10 de Junho). Sobre a bandeira e o hino. In *O Mundo*. Nº 3822. (XI). p. 1.
- Guimarães, M. (1911, 23 de Outubro). A bandeira da República. In *A Capital*. Nº 445 (2). p. 1.
- Guimarães, M. (1910, 16 de Outubro). A Apoteose. In *A Capital*. Nº 108. (1). pp. 1-2.
- Lobato, G. (1882). Crónica Ocidental. In *o Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. V.). Nº 122. (5). pp. 106-107.
- Matos, L.S. (2010, 31 de Março). Repúblicas Populares: Ideologia Utopia. In *Communio Revista Internacional Católica*. Nº 1. (XXVII). p. 86. Maia: Empresa Gráfica.
- Matos, S.C.(2003). Pedagogia cívica em Jaime Cortesão. In Medina, J. (Dir.). *CLIO*. Lisboa: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa. Nova Série. (Vol.8).pp. 79-100.
- Matos, S.C.(2003). Escola Secular ou escola confessional Uma polémica oitocentista. In Medina, J. (Dir.). *CLIO*. Lisboa: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa. Nova Série. (Vol.8).p. 64.
- Miranda, A. (1912). A Educação Moral na Escola Primária,. In 07 de Abril. *Revista da Educação Geral e Técnica*. Série I. Nº 3. p. 201.
- O Século*. (1911, 13 de Março). Nº 1612 (13). p. 3.
- O Século*. (1910, 17 de Outubro). Nº 10362 (XXX). p. 1.
- O Século*. (1910, 10 de Outubro). Nº 10355 (30). p. 1.
- O Século*. (1883, 15 de Novembro). Nº 570 (3). p. 3.
- O Século*. (1883, 23 de Janeiro). Nº 626 (III). p. 1.
- O Século*. (1882, 12 de Dezembro). Nº 590 (2). p. 3.

O Século. (1882, 15 de Novembro). Nº 570 (2). p. 1.

O Século. (1881, 12 de Outubro). Nº 231 (1). p. 3.

O Marquês de Pombal. In Azevedo, G.de. (Dir.). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Lisboa*: Tipografia de Lisboa.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1903). (Vol. XXVI.). Nº 877. (26).

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1888). (Vol. XI.). Nº 343. (11). Lisboa: Tipografia Castro & Irmão.

Pinheiro, R.B. (1898, 13 de Janeiro). Afonso de Albuquerque. In *O António Maria*. Nº 460 (Vol. XIII). p. 2. Lisboa: Litografia Guedes.

Pinheiro, R.B. (1886, 25 de Março). O Duque de Viseu. In *Ponto nos ii*. Nº 47 (2). pp. 370-373. Lisboa: Litografia Guedes.

Pinheiro, R.B. (1886, 11 de Fevereiro). José Carlos dos Santos. In *Ponto nos ii*. Nº 41 (2). pp. 324-325. Lisboa: Litografia Guedes.

Pinheiro, R.B. (1885, 22 de Maio). A Galileia Moderna. In *Ponto nos iis*. Nº 3 (I). p. 4. Lisboa: Litografia Guedes.

Pinheiro, R.B. (1884, 3 de Julho). As eleições em Lisboa. In *O António Maria*. Nº 266 (6). p. 209. Lisboa: Litografia Guedes.

Pinheiro, R.B. (1884, 26 de Junho). As fogueiras eleitorais em véspera de S. Pedro. In *O António Maria*. Nº 265. pp. 204-205. Lisboa: Litografia Guedes.

Pinheiro, R.B. (1883, 4 de Janeiro). Botânica Política. In *O António Maria*. Nº 188 (5). p. 8. Lisboa: Litografia Guedes.

Prudêncio, J. (1911). Crónica Ocidental. In Silva, C.A. de. (Dir.). *O Ocidente; Revista Ilustrada de Portugal e do estrangeiro*. Nº 1180 (34). P. 217. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

Santos, L.A.(2009). A diferenciação religiosa e o seu lugar na historiografia. In *Da História Eclesiástica à História Religiosa*. Lisboa: Revista Lusitânia Sacra. 2ª Série.(21).pp.295-309.

Silva, C.A. da. (Dir.). (1911). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do estrangeiro*. Nº 1156 (34). p. 26. Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial.

Silva, C. A. da. (1900, 30 de Outubro). Inauguração do monumento ao Infante Dom Henrique. In *O Ocidente: revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Nº 786. Volume XXIII. (23). p.239. Lisboa: Oficina de Impressão.

Legislação

Artigo 10º/11 de 21 de Agosto. *Constituição Portuguesa* de 1911.

Câmara Municipal de Lisboa [CML]. (1910, 06 de Outubro). Acta da sessão 41ª. Lisboa, Portugal. pp. 1-2.

Diário do Governo. Série I, Decreto-Lei Nº 16/17, de 24 de Outubro. p. 153. Direção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial.

Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 235/13, de 08 de Outubro.

Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 235/13, de 08 de Outubro. pp. 3734-3735. Ministério da Instrução Pública, Direção Geral da Instrução Primária.

Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 123/11, de 27 de Maio.

Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 123/11, de 27 de Maio. Decreto do Ministério da Marinha e das Colónias.

Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 119/11, de 22 de Maio. Ministério das Finanças. p. 2074.

Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 73/11, de 30 de Março.

Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 74/10, de 29 de Dezembro. Ministério do Fomento. Artigo 1º. p. 1013.

Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 19/10, de 27 de Outubro. Presidência do Governo Provisório da República. p. 185.

Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 12/10, de 19 de Outubro. p. 97. Direção Geral dos Negócios da Justiça.

Diário do Governo. Decreto-Lei Nº 11/10, de 18 de Outubro. Ministério do Interior. p. 1.

Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 8/10, de 13 de Outubro. Direção Geral da Administração política e Civil. p. 53.

Diário do Governo. Decreto-Lei Nº 07/10, de 13 de Outubro. p. 41. Decreto dos Feriados Nacionais.

Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 4/10, de 10 de Outubro. Presidência do Governo Provisório. Artigo 1º. p. 17.

Diário do Governo, Decreto-Lei Nº 2/10, de 07 de Outubro. Ao povo. p. 5.

Bibliografia Auxiliar

Abreu, L.M. (2004). *Ensaio Anticlericais*. Lisboa: Roma Editora.

Anderson, B. (2008). *Comunidades Imaginadas. Reflexões Sobre a Origem e a Difusão o Nacionalismo*. S. Paulo: Companhia das Letras.

Azevedo, C.M. (Ed.). (2001). Laicidade. In *Dicionário da História Religiosa de Portugal*. (J-P). p. 59. Mem Martins: Círculo de Leitores.

Barthes, R. (2007). *Mitologias*. pp. 57-280. Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1957).

Bataille, G. (1993). *Teoria da Religião*. pp. 19-49. São Paulo: Ática. (Trabalho Original publicado em 1948).

Benini, B. (1982). O Catolicismo Português Oitocentista. In *Portugal de Eça e Queiroz*. p. 240. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Burkert, W. (2001). *A criação do sagrado*. Lisboa: Edições 70.

Caputo, J.D. (1997). *The Prayers and Tears of Jacques Derrida. Religion Without Religion*. pp. 308-340. Bloomington: Indiana University Press.

Carreiras, J.N. (1994). Cultura e progresso – uma abertura em tom maior. In *Mito, Mundo e Monoteísmo*. Mem Martins: Publicações Europa América.

Carreira, J.N. (1985). História e Historiografia na Antiguidade Oriental. In *Estudos de Cultura Pré-Clássica*. Mem Martins: Editorial Presença.

- Catroga, F. (2010). *Entre Deuses e Césares secularização, laicidade e religião civil*. (2ª Ed.). pp. 137-144. Coimbra: Almedina.
- Catroga, F.(2010). A Maçonaria, as Congregações e a questão religiosa (séculos XIX-XX).pp. 91-108. In Abreu, L.M. , Franco, J.E.(coords.). *Ordens e Congregações Religiosas no contexto da I República*. Lisboa: Gradiva.
- Catroga, F. (1999). Os Funerais Cívicos. In *o Céu da Memória: Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos* pp. 167-170. Coimbra: Minerva.
- Catroga, F. (1996). Ritualizações da História. In Torgal, I.R., Mendes, J.M.A., Catroga, F. *Histórias da História de Portugal*. Séculos XIX-XX. pp. 551-562.Lisboa: Círculo de Leitores.
- Catroga, F. (1990). *Maçãs, Liberais e Republicanos em Coimbra* (Década de 70 do século XIX). (Vol. XXXI-XXXII). p. 5. Coimbra: Arquivo Coimbrão.
- Catroga, F. (1988). *A militância laica e a descristianização de morte em Portugal 1865-1911*. (Vol 1.). pp. 281-339. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Chagas, J. (1978). *História da revolta do Porto de 31 de janeiro de 1891*. (2ª Ed.). pp. 327-328. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Chopin, A. (1993). *Les Manuels Scolaires en France de 1789 à nos jours*. (Vol. 4.). pp. 22-23. Paris: Publ. De la Sorbonne.
- Clemente, M. (2008). *Portugal e os Portugueses*. (1ª Ed.). Lisboa: Assírio e Alvim.
- Durkheim, E. (2008). *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totémico na Austrália*. p. 520-526. Lisboa: Editora Paulus.
- Eliade, M. (2000). *Mitos, sonhos e mistérios*. Lisboa: Edições 70.
- Eliade, M. (2000). *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70.
- Eliade, M. (2000). *Aspetos do mito*. Lisboa: Edições 70.
- Fernandes, R. (1979). *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*. pp. 111-120. Lisboa: Biblioteca Breve.
- Fernão, C. (Ed.). (1977). *Memórias Políticas/ José Relvas*. (Col.I.). Lisboa: Tema Livre.
- Fonseca, C. da. (1990). *O 1º de Maio em Portugal*. 1890-1990. Crónica de um século. pp. 19-22. Lisboa: Edições Antígona.

- França, J.A. (1980). *Rafael Bordalo Pinheiro. O Português Tal e Qual*. p. 114. Livraria Bertrand.
- Franco, J.E., Santos, F. (2013). *A sacralidade laica republicana: Re-conversão mítica das velhas linguagens e ritualidades*. Lisboa: Brotéria.
- Franco, J.E. (2011). *Relações entre a Igreja e o Estado em Portugal, tempos e modos: Casamento, divórcio e União de Facto*. Acedido em 20 Abril de 2012, em www.lusosofia.net
- Franco, J.E. (2000). A visão do Outro na literatura antijesuítica em Portugal: de Pombal à Primeira República. In *Protestantismo e catolicismo em Portugal nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Revista Lusitânia Sacra. 2ª Série. (12).pp. 121-142.
- Garnel, M.R.R.M.L. (1997). *O pensamento de Sebastião de Magalhães Lima*. p. 15. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Garnel, M.R.R.M.L. (1997). *O pensamento de Sebastião de Magalhães Lima*. p. 13. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Garnel, M.R.R.M.L. (1997). *O pensamento de Sebastião de Magalhães Lima*. pp. 42-43. Coimbra: Faculdade de Letras.
- Geary, P.J. (2008). Uma paisagem envenenada da etnicidade e nacionalismo no século XIX. *In o mito das Nações*.pp.24.Lisboa: Gradiva.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia*. (7ª Ed.). p. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grainha, M.B. (2011). *História da Franco-Maçonaria em Portugal*. (1733-1912). (5ª Ed.). p. 168. Lisboa: Nova Veiga. (Trabalho original publicado em 1912).
- Homem, A.C., Ramires, A. (2010). *Memorial Republicano*. p. 73. Coimbra: Camara Municipal de Coimbra.
- Harris, J. (1985). *A Statue for America. The first 100 years of the statue of Liberty*. New York: Macmillan Publishing Company .
- Jabouille, V. (1993). *Do Mythos Ao Mito: Uma Introdução à Problemática da Mitologia*. Lisboa: Edições Cósmos.
- Le Goff, J. (1991). *El Ordem de la memoria el tiempo como imaginário*. p. 150. Barcelona: Paidós.
- Le Goff, J. (2000). *História e memória*. (Vol. II.). p. 13. Lisboa: Edições 70.

- Leal, G. (1988). A Senhora da Melancolia. Avatares de Um Ateu. In *Poesias Escolhidas*. p. 227. Lisboa: Círculo e Leitores.
- Lefebvre, G. (1981). *O nascimento da moderna historiografia*. pp. 161-162 e pp. 213-224. Lisboa: Sá da Costa.
- Léger, D.H. (2005). *O Peregrino e o Convertido: A Religião em Movimento*. p. 213. Lisboa: Gradiva.
- Leite, T. (1978). *Como nasceu A Portuguesa*. p. 28. Lisboa: Terra Livre.
- Leroi, G.A. (1981-1983). *O gesto e a Palavra*. p. 58. (Vol. II.). Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1964-1965).
- Lourenço, E. (1982). *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Marques, A.H.O. (2010). Ideologia Política. In *Primeira República Portuguesa*. pp.59-62. Lisboa: Texto Editores.
- Marques, A.H.O. (1988). *Ensaio da História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, A.H.O.(1977). *Afonso Costa discursos parlamentares 1914-1926*. (Vol. II.). Lisboa: Livraria Bertrand.
- Marques, A.H.O. (1977). Sessão nº 39, 18 Fevereiro de 1914. In *Afonso Costa discursos parlamentares 1914-1926*. (Vol. III.). p. 54. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Marques, A.H.O.(1976). *Afonso Costa discursos parlamentares 1911-1914*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Marques A.H.O. (1976). Sessão Nº 123, 11 de Junho 1913. In *Afonso Costa discursos parlamentares 1911-1914*. (Vol. II.). p. 522. Lisboa. Livraria Bertrand.
- Marques, A.H.O. (1976). Sessão Nº 50, 16 de Agosto 1911. In *Afonso Costa discursos parlamentares 1911-1914*. (vol. II.). p. 65. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Marques, A.H.O. (1976). Sessão Nº 57 – 22 de Agosto de 1911. In *Afonso Costa discursos parlamentares 1911-1914*. (Vol. II.). pp. 71-72. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Martins, A. (2012). *O Herói Hoje Uma Visão Histórica e Política*. p.p. 142-144. Lisboa: A Causa das Regras.

- Matos, L.S.(2010). *A separação do Estado e da Igreja*. Lisboa: Dom Quixote.
- Matos, S.C. (1998). *Historiografia e Memória Nacional 1846-1898*. p. 428. Lisboa: Edições Colibri.
- Matos, S.C. (1990). Para a caracterização de uma mitologia nacional. In *História, mitologia imaginário nacional. A história no curso dos liceus. (1895-1939)*.pp. 84-89. Lisboa: Livros Horizonte.
- Mattoso, J. (2008). Identidade sociológica. In *Identidade Nacional*. (4º Ed.).pp. 102-103. Lisboa: Gradiva.
- Medina, J. (2004). *Zé Povinho sem Utopia: Ensaio sobre o Estereótipo Nacional Português*.Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- Medina, J. (1993). *A imagem da República: Ensaio de iconografia histórica sobre a origem e metamorfose da imagem feminina republicana*. pp. 64-66. Lisboa. Faculdade de Letras.
- Melo, O. (1924). *A bandeira nacional: sua evolução histórica desde a fundação da monarquia portuguesa até á atualidade*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Mendes, J. A. (2001). Evolução da Economia Portuguesa. Regeneração e Capitalismo. In Mattoso, J. (Dir.) *História de Portugal*. (Vol 5.). pp. 319-322. Lisboa. Editorial Estampa.
- Minois, G. (2000). *História do futuro*. (Dos profetas à prospectiva). p. 9. Lisboa: Editorial Teorema.
- Mogarro, M.J., Henriques, R.P., Pintassilgo, J.(2010). *A formação de professores em Portugal*. p. 13. Lisboa: Edições Colibri.
- Neto, V. (1998). *O Estado, A Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Nóvoa, A. (1989). *A República e a Escola: das intenções generosas ao desengano das realidades, Reforma de Ensino em Portugal Reforma de 1911*. Lisboa: I.I.E.
- Ozouf, M. (1976). *La Fetê Révolutionnaire*. 1789-1799. Paris: Gallimard.
- Pereira, G. M. I. (2010). Que República? In Coelho, A.P., Homem, A.C., Marujo, A., Telo, A., Ventura, A., Silveira, C., et. al., *25 Olhares sobre a I República. do republicanismo ao 28 de Maio*. pp. 122-127. Lisboa: Edição Público Comunicação Social SA.

- Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A Educação cívica nas Escolas primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Pinto, A.C. Fernandes, P.J. (2010). *A 1ª República Portuguesa*. pp. 95-99. Lisboa: CTT.
- Ramos, R. (2001). A invenção de Portugal.pp.495-518. In Mattoso, J.(Dir.). *História de Portugal*. (Vol. 6). Lisboa: Editorial Estampa.
- Ramos, R. (2001). A cultura republicana.pp.349-375. In Mattoso, J.(Dir.). *História de Portugal*. (Vol. 6). Lisboa: Editorial Estampa.
- Ramos, R. (2001). A estranha morte da monarquia constitucional.pp.298-300. In Mattoso, J.(Dir.). *História de Portugal*. (Vol. 6). Lisboa: Editorial Estampa.
- Ramos, R. (2001). A Cultura do Patriotismo Cívico. In Mattoso, J. (Dir.). *História de Portugal*. (Vol.6.). p. 60. Lisboa: Editorial Estampa.
- Real, M. (2012). *A vocação histórica de Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Ribeiro, M.M.T. , Vargues, I.N. (2001). As Idéas e práticas políticas. Os liberalismos.pp. 213-251. In Roque, J. , Torgal, L.R.(Coords.). Mattoso, J. (Dir.).*História de Portugal*. (Vol. 5). Lisboa: Editorial Estampa.
- Rita, A., Maior, D.V.(Coords.). (2011). *Do ultimato à(s) república(s)*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Rivière, C. (1996). *Os ritos profanos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Rollo, M.F., Rosas, F. (Coord.). (2009). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.
- Santos, B.S.(1994). Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal. *In O social e o político na pós modernidade*.pp.49.Porto: Afrontamento.
- Saraiva, A. J. (1996). *A Cultura em Portugal*. (Vol. I.). Lisboa: Gradiva.
- Saraiva, A. J. (1996). *A Cultura em Portugal*. (Vol. II.). Lisboa: Gradiva.
- Serrão, J. (Ed.). (1982). *Prosas Socio-Políticas*. p. 34. Maia: imprensa Nacional Casa da Moeda.

Silva, A.C.L. da. (Org.). (1976). *Obra Completa de José Félix Henriques Nogueira* (Vols. 1-4). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moda.

Sousa, O.M. (2010). *As Caricaturas da Primeira República*. (1ª Ed.) p. 12. Lisboa: Tinta da China Edições.

Teixeira, N. S. (1991). Do azul-branco ao verde – rubro: A Simbologia da Bandeira Nacional. In Bettencourt, F., Curto, D.r. (org.). *A Memória da Nação*. pp. 318-326. Lisboa: Sá da Costa.

Torgal, L.R. (2004). *António José de Almeida e a República*. p. 19. Mem Martins: Círculo de Leitores .

Urbain, J.D. (1978). *La société de Conservation. Étude sémiologique des cimetières d'occident*. Paris: Payot.

Ventura, A. (2011). *Os constituintes de 1911 e a Maçonaria*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Ventura, A. (2010). *O 5 de Outubro por quem o viveu*. Lisboa: Livros Horizonte.

Ventura, A. (2010) *Os homens do 5 de Outubro*. Lisboa: Ésquilo.

Vilela, M. (1985). *Recepção de Camões nos jornais de 1880*. Coimbra: Almedina.

Villalba, J.A.S.(1973). *El poder político: Del mito monárquico a la ficción democrática*. Buenos Aires: Ediciones Depalma.

Voegelin, E. (2002). *As Religiões políticas*. Lisboa: Vega. (Trabalho original publicado em 1938).

Yandell, K. (1999). *Philosophy of Religion: A Contemporary Introduction*. pp.16-17. London: Routledge.

Bibliografia iconográfica.

Mercês, F. A. das. (Ed.). (1880, 1 de Julho). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. III.). Nº 61. (3). p. 109. Lisboa: Tipografia de Lisboa.

Mercês, F. A. das. (Ed.). (1880, 1 de Julho). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. III.). Nº 61. (3). p. 112. Lisboa: Tipografia de Lisboa.

Mercês, F. A. das. (Ed.). (1880, 1 de Julho). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. III.). Nº 61. (3). p. 113. Lisboa: Tipografia de Lisboa.

Mercês, F. A. das. (Ed.). (1880, 01 de Julho). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. III.). Nº 61. (3). p. 116. Lisboa: Tipografia de Lisboa.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1882, 8 de Maio). (Vol. V.). Nº 122 (5). p. 107. Lisboa: Tipografia de Lisboa.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1903, 10 de Maio). (Vol. XXVI.). Nº 877. (26). p. 99. Lisboa: Tipografia de Lisboa.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1903, 10 de Maio). (Vol. XXVI.). Nº 877. (26). p. 100. Lisboa: Tipografia de Lisboa.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1903, 10 de Maio). (Vol. XXVI.). Nº 877. (26). p. 101. Lisboa: Tipografia de Lisboa.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1910, 30 de Outubro). (Vol. XXXIII.). Nº 1146. (33). p. 242. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1910, 30 de Outubro). (Vol. XXXIII.). Nº 1146. (33). p. 242. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1910, 30 de Outubro). (Vol. XXXIII.). Nº 1146. (33). p. 243. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1910, 30 de Outubro). (Vol. XXXIII.). Nº 1146. (33). p. 244. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1910, 30 de Outubro). (Vol. XXXIII.). Nº 1146. (33). p. 244. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1910, 10 de Dezembro). (Vol. XXXIII.). Nº 11450. (33). p. 275. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1910, 10 de Dezembro). (Vol. XXXIII.). Nº 11450. (33). p. 276. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1911, 10 de Outubro). (Vol. XXXIV.). Nº 1180. (34). p. 221. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1911, 10 de Fevereiro). (Vol. XXXIV.). Nº 1156. (34). p. 28. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1911, 10 de Fevereiro). (Vol. XXXIV.). Nº 1156. (34). p. 29. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1911, 10 de Fevereiro). (Vol. XXXIV.).
Nº 1156. (34). p. 32. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial.

Pinheiro, R.B. (1884, 3 de Julho). As eleições em Lisboa. *In O António Maria.* Nº 266.p.209. Lisboa:
Litografia Guedes.

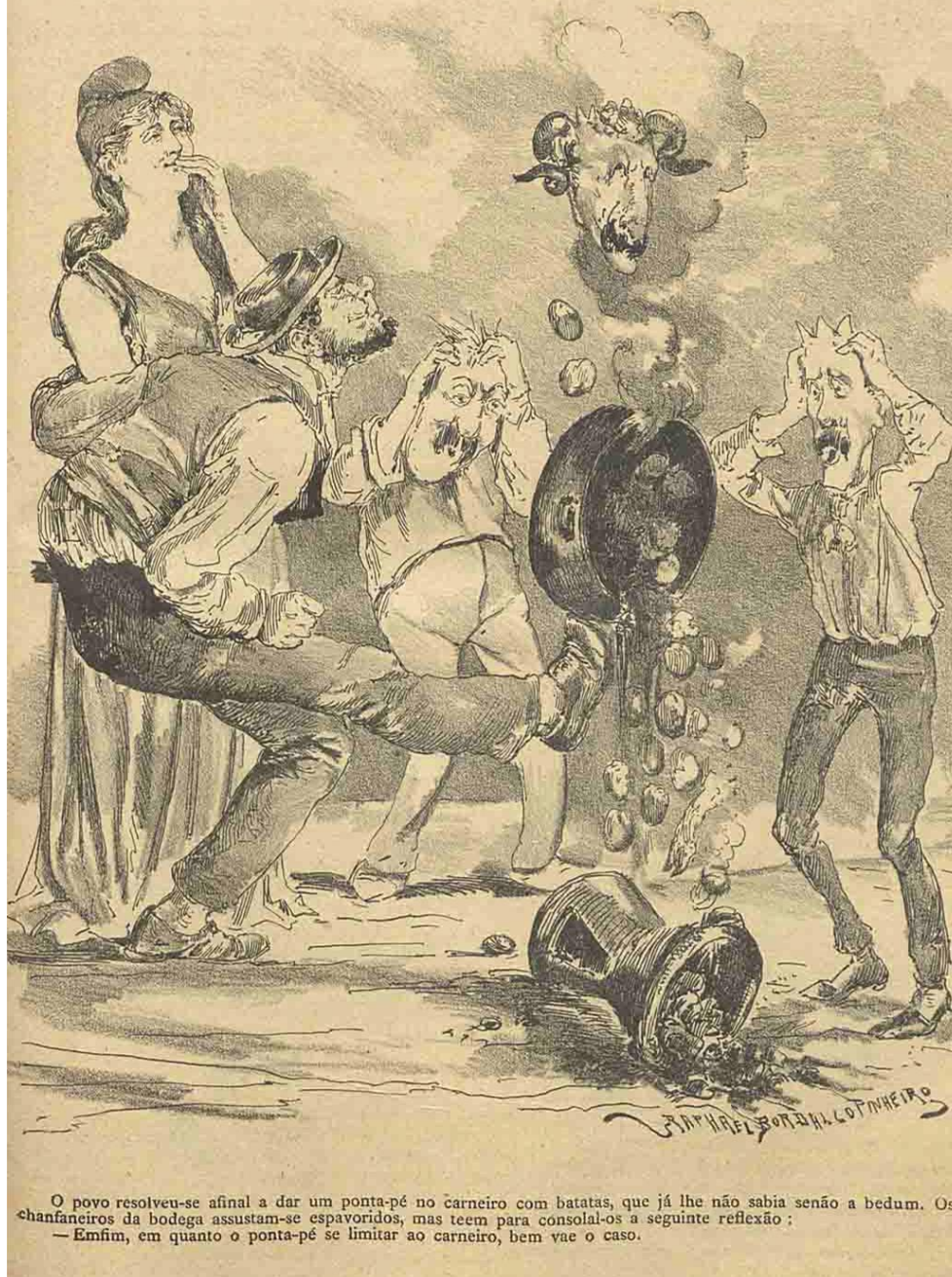
Pinheiro, R.B. (1883, 4 de Janeiro). Botânica política. *In O António Maria.* Nº 188. p. 8. Lisboa:
Litografia Guedes

Pinheiro, R. B. (1884, 26 de Junho). As Fogueiras Eleitorais em Véspera de S. pedro. *In António Maria.*
Nº 265. pp. 204-205. Lisboa: Litografia Guedes.

Pinheiro, R. B. (1885, 28 de Maio). A Galileia Moderna *In Ponto nos ii.* Nº 4. (1). p. 4. Lisboa:
Litografia Guedes.

ANEXOS

AS ELEIÇÕES EM LISBOA
Um ponta-pé magistral



O povo resolveu-se afinal a dar um ponta-pé no carneiro com batatas, que já lhe não sabia senão a bedum. Os chanfaneiros da bodega assustam-se espavoridos, mas teem para consolal-os a seguinte reflexão :
— Emfim, em quanto o ponta-pé se limitar ao carneiro, bem vae o caso.

Figura 1 - O Zé Povinho, figura enigmática celebrizada por Rafael Bordalo Pinheiro, era representativa do povo português. No caso da figura em questão, a República sugestiona que o Zé se revolte. Pinheiro, R.B. (1884, 3 de Julho). As eleições em Lisboa. In *O António Maria*. Nº 266.p.209. Lisboa: Litografia Guedes. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Figura 2 - O Zé é Portugal. Como uma árvore cheia de parasitas, a única esperança são os rebentos republicanos. Pinheiro, R.B. (1883, 4 de Janeiro). Botânica política. In *O António Maria*. Nº 188. p. 8. Lisboa: Litografia Guedes. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Figura 3 - Esta gravura é representativa de que o barrete frígio (uma das imagens da República), ainda que sendo uma sombra, já era uma realidade. Pinheiro, R. B. (1884, 26 de Junho). As Fogueiras Eleitorais em Véspera de S. Pedro. In *António Maria*. Nº 265. pp. 204-205. Lisboa: Litografia Guedes. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

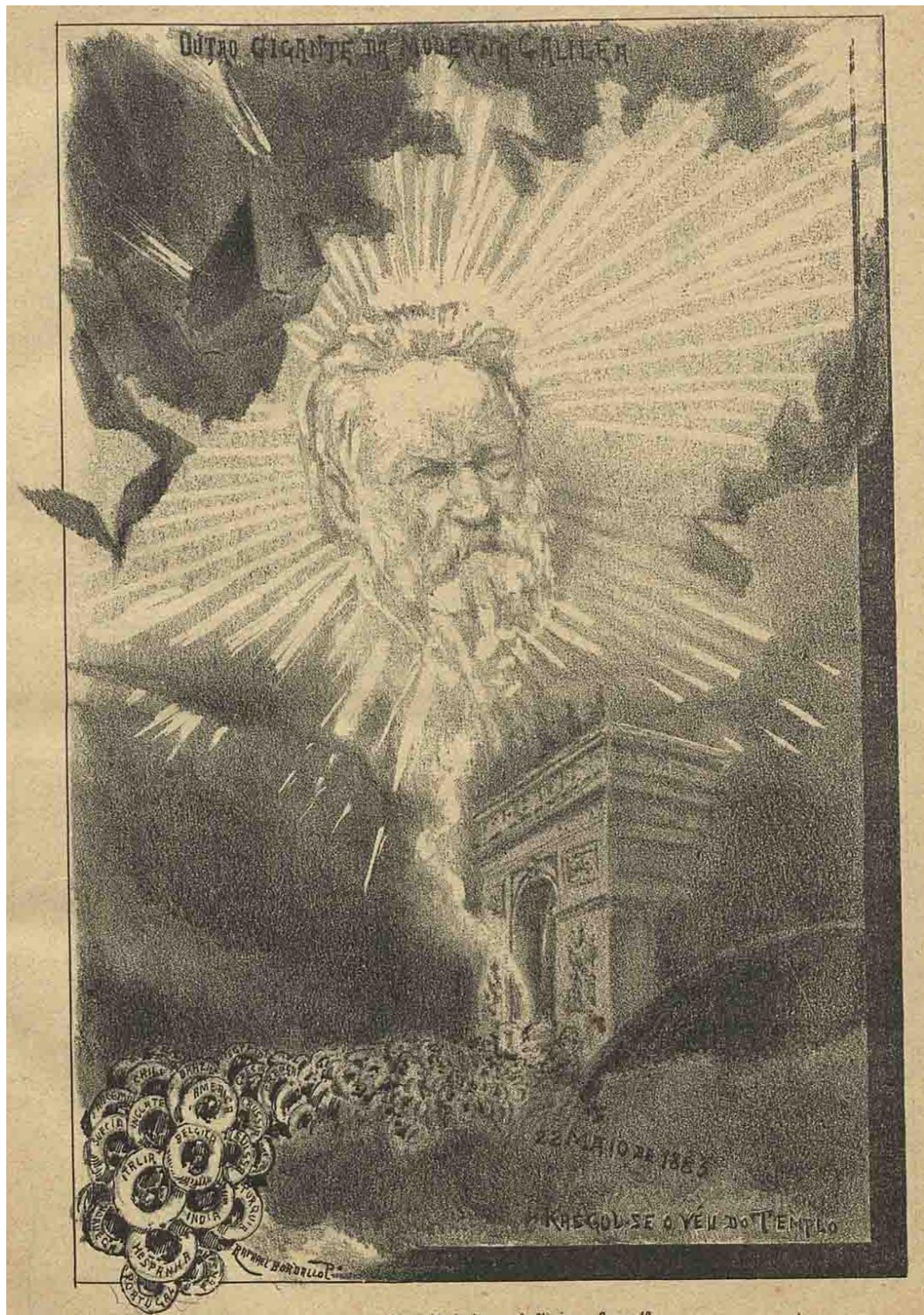


Figura 4 - A França Republicana é um modelo divinizado a seguir por todas as nações, incluindo Portugal. Pinheiro, R. B. (1885, 28 de Maio). *A Galileia Moderna In Ponto nos ii.* Nº 4. (1). p. 4. Lisboa: Litografia Guedes. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO ESTRANGEIRO

5.º ANNO

8 DE MAIO DE 1882

VOL. V — N.º 122

COMMEMORAÇÃO DO CENTENARIO DO MARQUEZ DE POMBAL



I MARQUEZ DE POMBAL (Segundo um quadro da época)



Figura 5 - A figura do Marquês de Pombal será recuperada e reatualizada de forma a servir os intentos da causa Republicana e a comemoração do seu Centenário é elucidativa disso mesmo. Azevedo, G. de. (Dir.). O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. (1882, 08 de Maio). (Vol. V.). N.º 122 (5). p. 107. Lisboa: Tipografia de Lisboa. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

OCCIDENTE

REVISTA ILUSTRADA DE PORTUGAL E DO
ESTRANGEIRO

3.º ANNO

1 DE JULHO DE 1880

VOLUME III — N.º 61



FESTAS DO CENTENARIO DE CAMÕES — CHEGADA DO CORTEJO CÍVICO À PRAÇA DE LUIZ DE CAMÕES (Desenho do natural por Casanova)

Figura 6 - O Tricentenário de Camões foi mote para uma verdadeira inflação de comemorações do género, saldando-se por um enorme sucesso e tendo, nos cortejos cívicos, uma das suas formas mais emblemáticas. Mercês, F. A. das. (Ed.). (1880, 1 de Julho). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. III.). Nº 61. (3). p. 109. Lisboa: Tipografia de Lisboa. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Figura 7 - O Pavilhão Real foi montado na Praça do Comércio, num dos pontos do itinerário do cortejo Cívico, em homenagem ao Tricentenário de Camões. Mercês, F. A. das. (Ed.). (1880, 1 de Julho). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. III.). Nº 61. (3). p. 112. Lisboa: Tipografia de Lisboa. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Figura 8 - Um dos lugares da festa, observado sob o prisma da noite, na ótica da própria população. Mercês, F. A. das. (Ed.). (1880, 1 de Julho). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. III.). Nº 61. (3). p. 113. Lisboa: Tipografia de Lisboa. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Figura 9 - Outro pormenor da festa do Tricentenário na noite Lisboeta, numa das suas ruas. Mercês, F. A. das. (Ed.). (1880, 01 de Julho). *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (Vol. III.). Nº 61. (3). p. 116. Lisboa: Tipografia de Lisboa. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

TRASLADAÇÃO DE ALMEIDA GARRETT PARA O PANTHEON



SAHIDA DO FERETRO DO CEMITERIO OCCIDENTAL

Fotografia 1 - Transladação dos restos mortais de Almeida Garret, do cemitério dos Prazeres para a Igreja de Santa Maria de Belém. O cortejo desfilou pelas ruas da Escola Politécnica, Largo do Rato, Rua do Visconde de Santo Ambrósio e Rua Saraiva de Carvalho, até ao referido cemitério. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1903, 10 de Maio). (Vol. XXVI.). Nº 877. (26). p. 99. Lisboa: Tipografia de Lisboa. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Trasladação de Almeida Garrett para o Pantheon



Fotografia 2 - Observe-se a forma aparatosa e ordeira como o cortejo estava organizado. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1903, 10 de Maio). (Vol. XXVI.). Nº 877. (26). p. 100. Lisboa: Tipografia de Lisboa. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

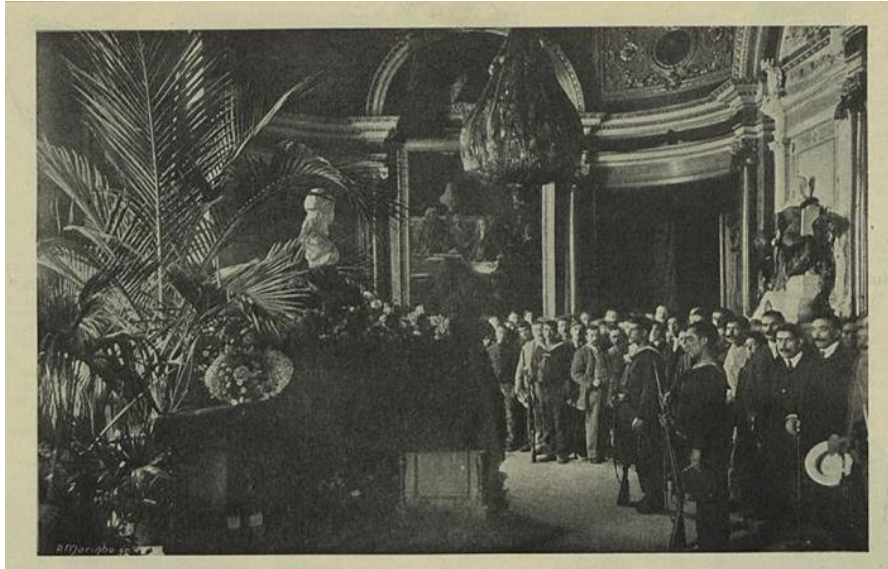
Trasladação de Almeida Garrett para o Pantheon



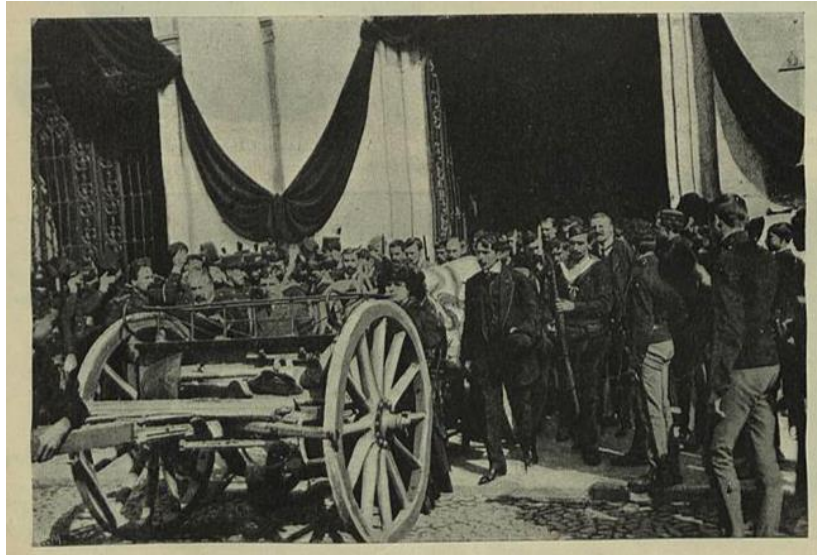
Fotografia 3 – A transladação para o Panteão dos restos mortais de Almeida Garret foi acompanhado por populares, representantes sociais e também por familiares, como a primeira foto documenta. A segunda foto apresenta a chegada do Fereto ao Panteão dos Jerónimos. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1903, 10 de Maio). (Vol. XXVI). Nº 877. (26). p. 101. Lisboa: Tipografia de Lisboa. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



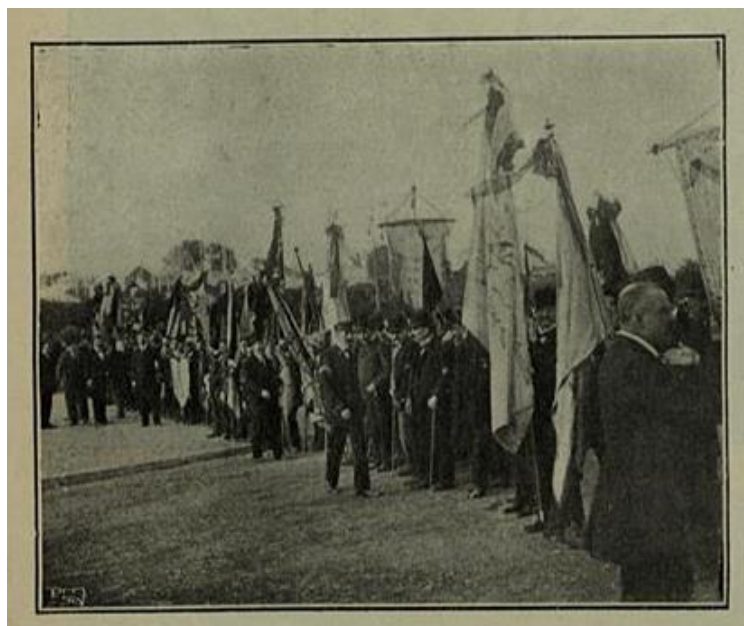
Fotografia 4 - Uma das formas de protesto adotada pelos Republicanos era o desfile cívico, conforme a foto documenta. São visíveis nesta foto personalidades como Bernardino Machado, António José de Almeida e Afonso Costa. Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivo Fotográfico.



Fotografia 5 – Os funerais de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis foram um acontecimento marcante nos primórdios da Primeira República. Os seus corpos ficaram em câmara ardente na sala de honra dos Paços do Concelho, em Lisboa, sendo alvo de honras públicas. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1910, 30 de Outubro). (Vol. XXXIII.). Nº 1146. (33). p. 242. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Fotografia 6– Momento em que os corpos saem da Câmara Municipal de Lisboa a fim de se realizar o cortejo até ao cemitério. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1910, 30 de Outubro). (Vol. XXXIII.). Nº 1146. (33). p. 242. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



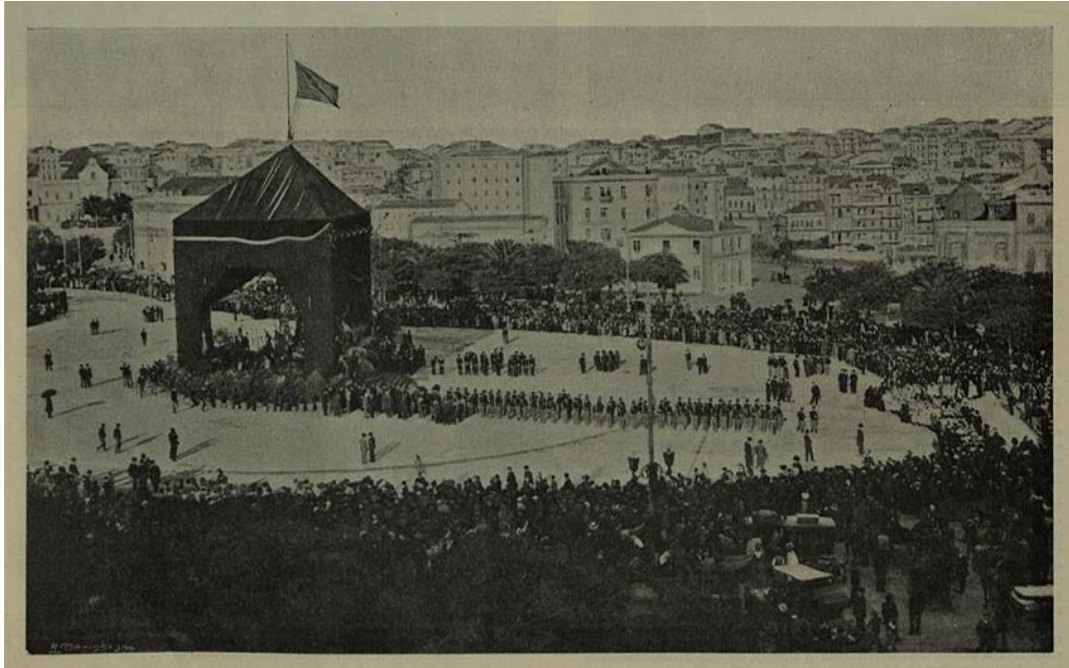
Fotografia 7 – As Corporações com seus estandartes tomaram parte no Cortejo dos funerais de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1910, 30 de Outubro). (Vol. XXXIII.). Nº 1146. (33). p. 243. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



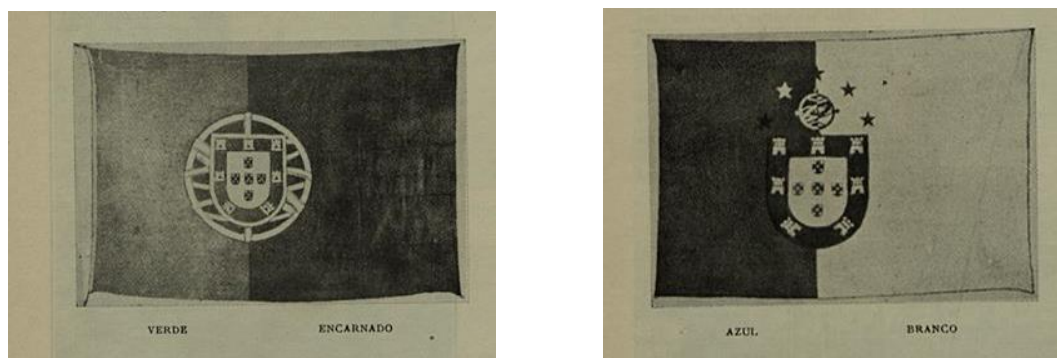
Fotografia 8 – A Academia de Lisboa incorporou-se no cortejo dos funerais. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1910, 30 de Outubro). (Vol. XXXIII.). Nº 1146. (33). p. 243. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Fotografia 9 – A passagem do cortejo cívico dos funerais no Largo de Camões. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1910, 30 de Outubro). (Vol. XXXIII.). Nº 1146. (33). p. 244. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Fotografia 10 – A chegada do cortejo à Rotunda da Avenida, onde são pronunciados os discursos pelos oradores Anselmo Braamcamp, António José de Almeida, Eusébio Leão e José de Castro. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1910, 30 de Outubro). (Vol. XXXIII.). Nº 1146. (33). p. 244. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



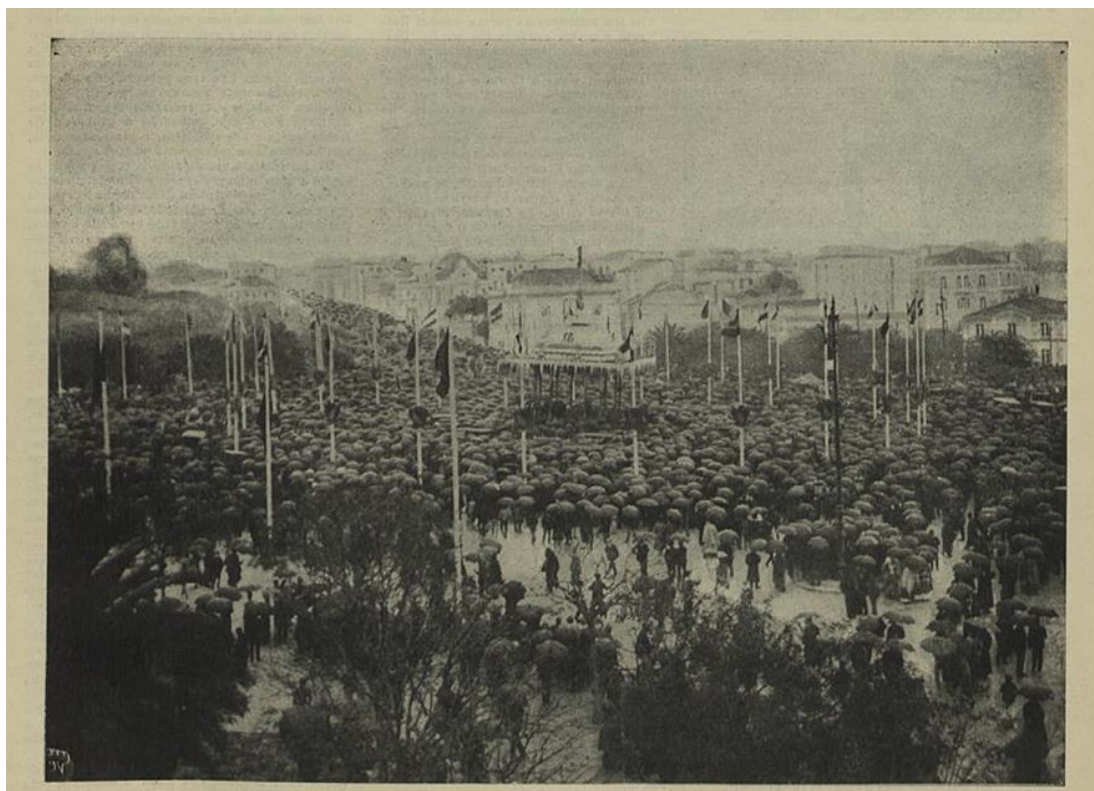
Fotografia 11– Dos vários projetos apresentados para se instituir a nova Bandeira Nacional, após a proclamação da República, serão estas duas as que terão maiores argumentos para poder vencer. Por fim prevaleceu o projeto da Comissão nomeada pelo Governo Provisório, com as cores verde e encarnado como símbolo da revolução, em detrimento do projeto de Guerra Junqueiro, alicerçado na história, na estética e no sentimentalismo. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1910, 10 de Dezembro). (Vol. XXXIII.). Nº 11450. (33). p. 275. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



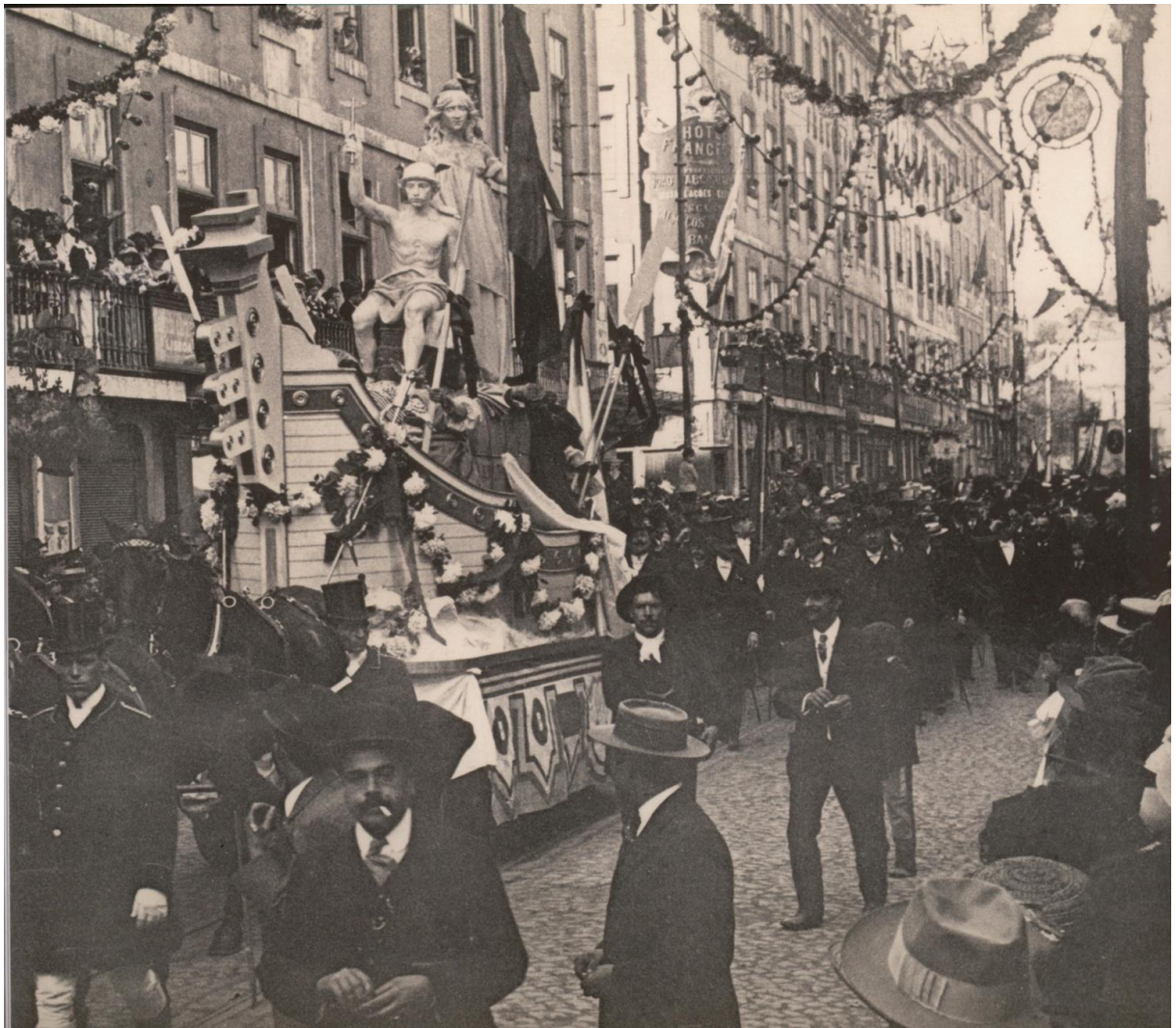
Fotografia 12 – A primeira festa da Bandeira no dia 01 de Dezembro, consagrado como feriado Nacional. A presente foto é demonstrativa da continência à nova Bandeira, à saída dos Paços do Concelho em Lisboa. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1910, 10 de Dezembro). (Vol. XXXIII.). Nº 11450. (33). p. 276. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Fotografia 13 – A primeira festa da Bandeira no dia 01 de Dezembro, consagrado como feriado Nacional. A nova bandeira colocada no monumento dos Restauradores, onde recebe continência. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1910, 10 de Dezembro). (Vol. XXXIII.). Nº 11450. (33). p. 276. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Fotografia 14 – Aspeto da Av. da Liberdade durante a festa da bandeira. Apesar do dia chuvoso, o acontecimento mobilizou a população de Lisboa. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1910, 10 de Dezembro). (Vol. XXXIII). Nº 11450. (33). p. 276. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



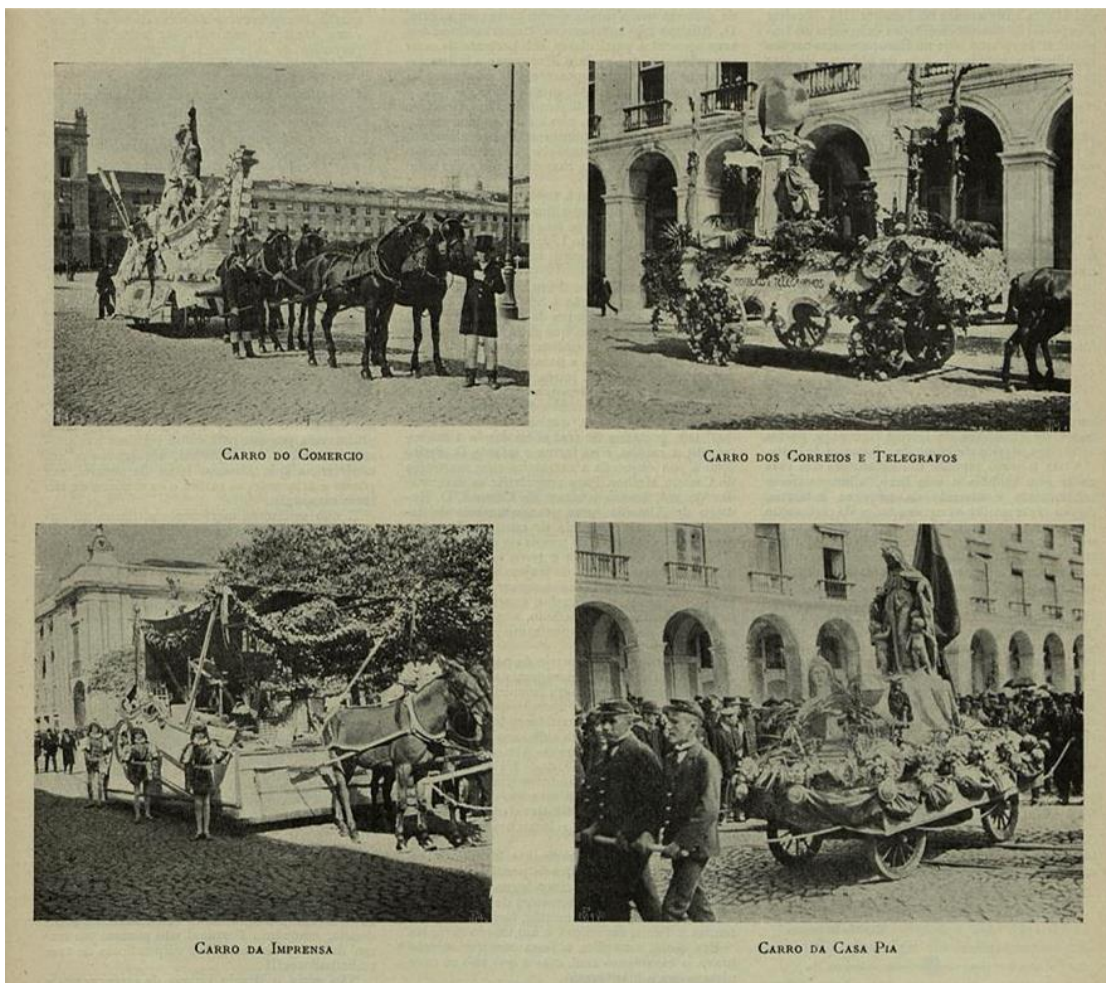
Fotografia 15– No primeiro Aniversário da República, em 1911, como parte da festa, realizou-se o habitual cortejo cívico. Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivo Fotográfico.



Fotografia 16 – O carro alegórico de tração animal no desfile do Primeiro Aniversário da República é revelador duma sociedade que persistia em ser campesina. Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivo Fotográfico.



Fotografia 17– Outro aspeto das festas do Primeiro Aniversário da República, registando a decoração das ruas. Arquivo Municipal de Lisboa/Arquivo Fotográfico.



Fotografia 18 – Fotos respeitantes ao 1º Aniversário da Proclamação da República. Um dos aspetos elucidativos dos cortejos cívicos eram os carros alegóricos representativos dos setores da sociedade de então. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1911, 10 de Outubro). (Vol. XXXIV.). Nº 1180. (34). p. 221. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



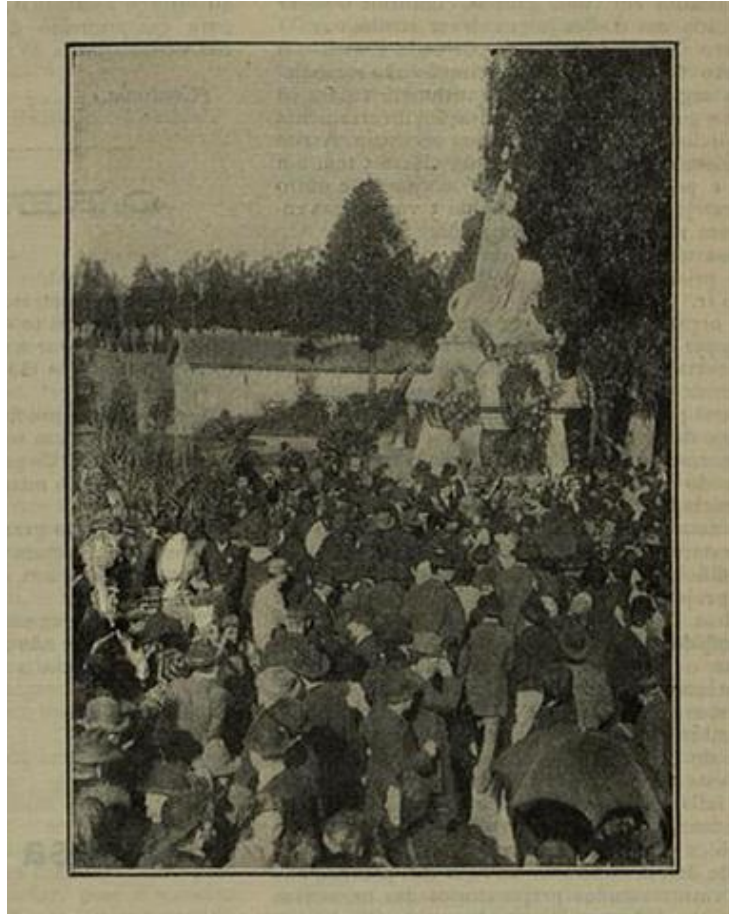
Fotografia 19 – Aspeto do cortejo Cívico do 1º Aniversário da Proclamação da República. O cortejo passa pelo Largo de Camões, acompanhado de uma grande multidão. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1911, 10 de Outubro). (Vol. XXXIV.). Nº 1180. (34). p. 221. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



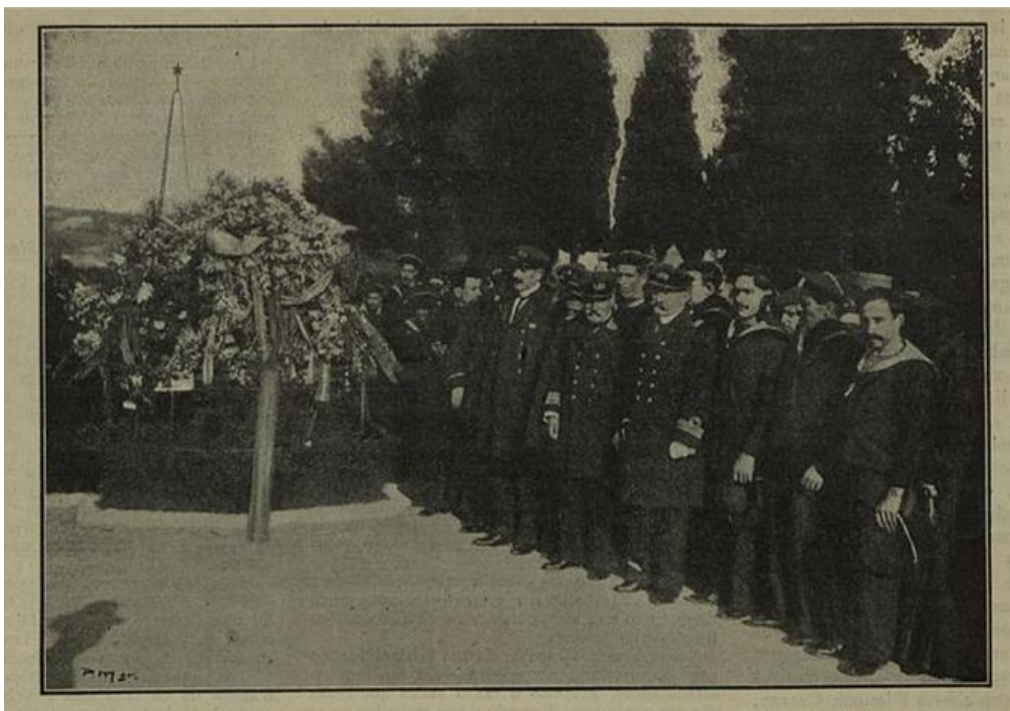
Fotografia 20 – Cortejo relativo ao Vigésimo Aniversário da Revolta de 31 de Janeiro, no Porto. Na primeira foto observa-se a presença da Academia e da Guarda de Honra, em Campanhã, representada pelo Batalhão de voluntários. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1911, 10 de Fevereiro). (Vol. XXXIV.). Nº 1156. (34). p. 28. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Fotografia 21 – Um trecho do cortejo comemorativo do Vigésimo aniversário da Revolta de 31 de Janeiro, no Porto: O Ministro da Justiça, Afonso Costa, saudando os manifestantes. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1911, 10 de Fevereiro). (Vol. XXXIV.). Nº 1156. (34). p. 28. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Fotografia 22 – Romagem cívica e colocação de coroas no mausoléu dos vencidos de 31 de Janeiro, no cemitério do Prado do Repouso, no Porto. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1911, 10 de Fevereiro). (Vol. XXXIV.). Nº 1156. (34). p. 29. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.



Fotografia 23 – Os oficiais e marinheiros do «Vasco da Gama» vão em romagem visitar a sepultura do Vice-Almirante Cândido dos Reis, em homenagem à sua memória. *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*. (1911, 10 de Fevereiro). (Vol. XXXIV.). Nº 1156. (34). p. 32. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial. Hemeroteca Municipal de Lisboa.